

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
CAMPUS DO PANTANAL

CLEIDE MARCELINA MARÇAL DE ABREU

**A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NO PANTANAL
CORUMBAENSE: UM ELEMENTO DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO
INFANTIL**

CORUMBÁ-MS

2018

CLEIDE MARCELINA MARÇAL DE ABREU

**A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NO PANTANAL
CORUMBAENSE: UM ELEMENTO DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO
INFANTIL**

Dissertação para obtenção do
título de Mestre em Educação na
Área de concentração: Educação
Social pelo Programa de Pós-
Graduação em Educação da
Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul - Campus do
Pantanal.

**Orientadora: Prof^a. Dra.
Anamaria Santana da Silva.**

CORUMBÁ-MS

2018

Dedico esta pesquisa as pessoas que trabalham e estudam as comunidades ribeirinhas procurando respeitar suas diferenças tornando os visíveis as políticas de inclusão e qualidade social.

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por acreditar na dádiva da vida.

A **minha Família** por acompanhar todas as experiências profissionais e acadêmicas compreendendo a dedicação e minhas ausências.

A **meus amigos do trabalho** pelo apoio e incentivo diante dos obstáculos na realização dessa dissertação, por vezes me auxiliando para que cumprisse as tarefas diárias.

A **orientadora Profª. Doutora Anamaria Santana da Silva** sendo minha referência profissional pela paciência e zelo por esta produção acadêmica, com disponibilidade de tempo e sempre com palavras de estímulo para conclusão da pesquisa.

A **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Câmpus do Pantanal**, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de concentração em Educação Social, também a todos os professores, funcionários e colegas de sala que nesses meses de estudo e reflexão colaboraram com a concretização dessa pesquisa.

A **equipe da Escola das Águas**, na pessoa da Gestora Rozemeri dos Santos por ser acessível à coleta de informações documentais que muito contribuíram para a análise e ampliação dos conhecimentos sobre povos ribeirinhos do Alto Pantanal.

A **Profª. Doutora Regina Cestari de Oliveira /UCDB** e **Profª. Doutora Claudia Araujo de Lima/UFMS/CPAN** por contribuírem com sua experiência acadêmica na avaliação desta dissertação.

A **equipe da ONG Ecoa** que auxiliou com materiais impressos e arquivos digitalizados relacionados à história das comunidades ribeirinhas.

As **comunidades ribeirinhas** da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim pelo acolhimento e desprendimento durante as entrevistas, colaborando com implementação de informações documentais.

Muito Obrigada!!

“A palavra progresso não terá
qualquer sentido enquanto houver
crianças infelizes.”

Albert Einstein

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal, no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul que surgiram a partir do desenvolvimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, a partir do ano de 2004, especificamente a implantação das escolas na região do Paraguai Mirim e São Lourenço que são comunidades ribeirinhas e tradicionais, que, até aquele momento viviam isoladas da assistência do governo. Trataremos das escolas da região do Paraguai Mirim e São Lourenço observando as singularidades das comunidades tradicionais o qual pertencem. Este estudo nasceu da observação sobre estas comunidades no período em que estive a frente da equipe gestora nestas escolas. Este estudo está dividido em dois capítulos, o primeiro faz uma abordagem sobre a questão do trabalho infantil no Brasil e as ações governamentais que ocorreram ao longo dos séculos XIX e XX no sentido de erradicar o trabalho infantil, dentre elas a criação do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O segundo capítulo descreve a implantação das escolas ribeirinhas e a relação na rede de enfrentamento ao trabalho infantil. A pesquisa compreendeu como recursos os registros dos arquivos das escolas, da Secretaria de Educação do Município de Corumbá, da Secretaria Estadual de Mato Grosso do Sul, do Setor de Assistência Social das comunidades ribeirinhas, dos Ministérios Público Estadual e Federal, além de reportagens jornalísticas. Foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas, gravadas e transcritas, com os seguintes sujeitos: representação da equipe gestora municipal no período de implantação das escolas, lideranças e moradores das comunidades Paraguai Mirim e São Lourenço, professores e funcionários das unidades e representantes da ONG Ecoa, totalizando dez entrevistados. Nossas considerações refletiram sobre as mudanças da realidade nas comunidades ribeirinhas nesse processo de construção do plano de erradicação do trabalho infantil no paralelo com a educação e implementação das leis de assistência que abrangem crianças, jovens e adultos nas situações de vulnerabilidade social, constatando que a implantação das escolas foi fundamental para as mudanças na região e favorecer a presença do poder público nas comunidades Paraguai Mirim e São Lourenço.

Palavras Chaves: Trabalho Infantil, Comunidades Ribeirinhas; Escolas do Pantanal.

ABSTRACT

The present work has the objective of analyzing the process of implementation of schools in the communities of the Upper Pantanal, in the municipality of Corumbá, in the State of Mato Grosso do Sul, which emerged from the development of public policies for the eradication of child labor, in 2004, specifically the implementation of schools in the Paraguay Mirim and São Lourenço, which are riverine and traditional communities that until then had been isolated from government assistance. We will deal with the schools in Paraguay Mirim and São Lourenço, noting the singularities of the traditional communities they belong to. This study was born from the observation about these communities in the period in which I was the front of the management team in these schools. This study is divided into two chapters, the first one addresses the issue of child labor in Brazil and the governmental actions that occurred during the 19th and 20th centuries to eradicate child labor, among them the creation of the PETI Program eradication of child labor. The second chapter describes the implementation of the riverside schools and the relationship in the network to confront child labor. The research included as resources the records of the archives of the schools, the Department of Education of the Municipality of Corumbá, the State Secretariat of Mato Grosso do Sul, the Social Assistance Sector of the riverside communities, the State and Federal Public Ministries, as well as journalistic reports. Interviews with semi-structured, recorded and transcribed questions were carried out with the following subjects: representation of the municipal management team in the period of implementation of schools, leaderships and residents of the communities Paraguay Mirim and São Lourenço, teachers and employees of the units and representatives of the NGO Ecoa, totaling ten interviewees. Our considerations reflected on the changes of reality in the riverside communities in this process of construction of the plan to eradicate child labor in parallel with the education and implementation of the assistance laws that cover children, youth and adults in situations of social vulnerability, noting that the implantation of the schools was fundamental for the changes in the region and to favor the presence of the public power in the Paraguay Mirim and São Lourenço communities.

Keywords: Child Labor, Riverine Communities; Pantanal Schools.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Foto de crianças em situação de trabalho penoso	17
Figura 2- Imagem do Mapa Político do Mato Grosso do Sul	22
Figura 3 – Foto dos catadores de isca recebendo os macacões de borracha	31
Figura 4 – Foto da área da Unidade de funcionamento do SAM Corumbaense	37
Figura 5 – Foto de crianças trabalhando em carvoarias no Mato Grosso do Sul	42
Figura 6 – Cartaz sobre as ações do PETI	52
Figura 7 - Imagem demonstrando (vermelho) as áreas proibidas de 1995 a 2013	65
Figura 8- Imagem sobre áreas liberadas para extrativismo na região do São Lourenço	67
Figura 9 – Foto ilustrativa: Freteira chegando no Porto de Corumbá	69
Figura 10 – Imagem da Comunidade do Paraguai Mirim: dispersa nas margens e ilhas do rio Paraguai e Paraguai Mirim (em amarelo)	70
Figura 11 – Foto de casa de morador região da Boca do Paraguai Mirim, cheia do Pantanal 2018	73
Figura 12 - Foto A: de morador sobre barco a remo; Foto B: moradores sobre Rabeta	73
Figura 13 - Imagem sobre Pantanal Brasileiro e o limite internacional	74
Figura 14 – Imagem de 1º Croqui da Escola na Comunidade da Barra do São Lourenço	80
Figura 15 – Foto Panorâmica da Escola São Lourenço (2004)	80
Figura 16 - Foto de embarcação adaptada para transporte dos alunos Barra do São Lourenço 2007	81
Figura 17 – Foto Panorâmica da Escola Paraguai Mirim (cheia de 2006)	83
Figura 18 - Foto da Oficina de Arte/Jornada Ampliada	84
Figura 19 – Foto de catadores de isca com vestimenta adaptada para lida	86
Figura 20 – Mosaico de fotos da Comunidade da Barra do São Lourenço	87
Figura 21 – Foto da Escola São Lourenço – Região da Barra do São Lourenço (cheia 2018)	90
Figura 22 – Imagem: Planta Baixa da Escola São Lourenço atualizada	91

Figura 23 – Foto: Barco Escola – transporte fluvial do Programa Caminho da Escola/MEC (a partir de 2013)	91
Figura 24 – Foto: Panorâmica da Escola Paraguai Mirim – Região da Ilha Verde (2017)	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quantitativo de produções de 1997 a 2017	26
Quadro 2. Relação de Artigos encontrados 2012 a 2016	27
Quadro 3. Atividades perigosas, penosas, insalubres e degradantes do trabalho infantil	47
Quadro 4. Eixo Pedagógico da Jornada Ampliada	48
Quadro 5. Principais eventos para as Políticas de Erradicação do Trabalho Infantil	49
Quadro 6. Perfil dos sujeitos entrevistados	62
Quadro 7. Situação e encaminhamentos da Ação da Cidadã	79
Quadro 8. Panorama administrativo pedagógico das Escolas Paraguai Mirim e São Lourenço.....	89

LISTA DE SIGLAS

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ARRAIS – carteira de profissional da Marinha Mercante

BDTD - Banco de Dados de Teses e Doutorados

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAEE – número de protocolo do Comitê de Ética na Pesquisa

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIEE- Centro de Integração Empresa-Escola

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DCA – Direitos da Criança e Adolescentes

DNCr – Departamento Nacional da Criança

DRT - Departamento Regional do Trabalho

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

ECOIA – Ecologia e Ação (Ong)

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMREIP – Escola Municipal Rural de Educação Integral Polo

EPM – Escola Paraguai Mirim

ESL – Escola São Lourenço

FACOR – Fundação de Promoção e Assistência Social de Corumbá

FEDEM - Fundações Estaduais de Bem-estar do Menor

FMB – Fundação Manoel de Barros

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPP - Instituto Parque do Pantanal

ISA- Instituto Socioambiental

JA - Jornada Ampliada

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC - Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul (sul-americanos)

MOVA-MS - Programa Brasil Alfabetizado em Mato Grosso do Sul

MPF – Ministério Público Federal

MPT – Ministério Público do Trabalho

MS – Estado do Mato Grosso do Sul

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PARNA – Parque Nacional

PBF – Programa Bolsa Família

PC – Prefeitura de Corumbá

PM – Paraguai Mirim (região)

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPETI – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

PREVFOGO - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais

PRM - Programa de Renda Mínima

PRONAGER - Programa Nacional de Geração de Renda

REDALYC - *Red de Revistas Científicas de América Latina y Caribe, España y Portugal*

RENASCER – Associação das Mulheres Tecedoras da Barra do São Lourenço

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SAMC- Serviço de Assistência ao Menor Corumbaense

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SCIELO - *Scientific Eletronic Library Online*

SDC - Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEED – Secretaria Estadual de Educação

SEMEC- Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (2004)

SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (2018)

SEMTASS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Corumbá

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SESI – Serviço Social da Indústria

SETASS - Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável

TI – Trabalho Infantil

UCs – Unidades de Conservação Ambiental

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIDERP- Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	15
1.1 Apresentando a temática: O trabalho infantil	15
1.2 Situando o município de Corumbá-MS	20
1.3 Revisão de Literatura	26
1.4 Algumas questões metodológicas	28
1.5 Apresentação do trabalho	31
2. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: MARCOS LEGAIS E AÇÕES DESENVOLVIDAS	33
2.1 Histórico e leis: a criação da rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil.....	33
2.2 O PETI: alcance e limites de um programa de erradicação do trabalho infantil.....	45
2.3 A situação Atual do Trabalho Infantil no Brasil e as estratégias de enfrentamento..	55
3. ORIGEM DAS ESCOLAS NO PANTANAL	62
3.1 A comunidade da Barra do São Lourenço	63
3.2 A comunidade do Paraguai Mirim	70
3.3 A criação das escolas nas comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim.....	73
3.4 A escola da Barra do São Lourenço – ESL	79
3.5 A escola do Paraguai Mirim – EPM	82
3.6 Impactos da criação das escolas na região Paraguai Mirim e São Lourenço	84
CONSIDERAÇÕES	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	
Apêndice A . Roteiro das Entrevistas e seus respectivos sujeitos	110
Apêndice B. Termo Livre Esclarecido	116
Apêndice C. Quadro de Dissertações e Teses	118
ANEXOS	
Anexo I. Decreto n. 139/1998 [1ª comunidade ribeirinha com PETI]	121
Anexo II. Ficha de Cadastro PETI [modelo]	122
Anexo III. Relatório da “Ação Cidadã”-Junho/Dezembro.2004 [Extrato].....	123
Anexo IV. Revistas de História em Quadrinhos/MPT.....	128
Anexo V. Ata de Defesa de Dissertação- Mestrado UFMS/CPAN/CPG/PROPP.....	129

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal¹, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, que surgiram a partir do desenvolvimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, no ano de 2004.

No município de Corumbá-MS, em 2004, as escolas da Região do Paraguai Mirim e São Lourenço foram criadas a partir da proposta de erradicação do trabalho infantil. Isso ocorreu após denúncias via matéria da mídia regional, de crianças e jovens acompanhando seus pais na catação de iscas. Tais matérias desencadearam a intervenção do Ministério Público Estadual para que providências fossem tomadas em relação a situação de risco que crianças e adolescentes se encontravam. (MS, Junho: 2004). Assim, foram criadas as referidas escolas que se localizam em comunidades ribeirinhas, que até então eram desprovidas de qualquer assistência do poder público municipal, estadual ou federal.

O interesse pelo estudo deste tema nasceu da observação sobre estas comunidades no período em que estive, por nove anos, a frente da equipe gestora das escolas da comunidade do Paraguai Mirim e São Lourenço.

Ao longo desta trajetória profissional, pude perceber algumas características na comunidade, antes e depois da construção da escola, surgindo assim, o interesse em conhecer a origem das escolas nessas localidades como as políticas de erradicação do trabalho infantil foram constituídas e de que maneira os sujeitos atendidos por esses programas- educacional e assistencial- construíram ou estão construindo a sua cidadania.

A relevância deste tema para a academia está na construção de registros sobre a temática numa reflexão que abrange as políticas de direito a infância, educação², trabalho, saúde, lazer e tudo que esteja no contexto de melhoria da qualidade de vida.

1.1 Apresentando a temática: o trabalho infantil

¹ Essa região corresponde, em sua maior parte, à extensa planície de inundação do Rio Paraguai, desde a Ilha do Caracará, nos limites do Pantanal de Cáceres, até as bordas do Maciço do Urucum, ao Sul de Corumbá (Allem & Valls, 1987).

² Constituição Federal do Brasil, Artigo 6º, 1998 (BRASIL, 1999, p.XX)

Historicamente, o trabalho infantil permeia a sociedade desde as primeiras civilizações, justificado, a cada período histórico, de acordo com o desenvolvimento das figuras sociais, relações de poder e construção ideológica.

A busca pela erradicação da exploração do trabalho sobre os seres humanos desta faixa etária tomou forma a partir do desenvolvimento das relações das forças produtivas. A criação dos órgãos protetores da população infanto-juvenil e o Estado na política de bem-estar do cidadão. Entretanto, mesmo nos dias atuais, esta exploração se fundamenta tanto nos elementos econômicos, como em fatores sociais, ideológicos e muitas vezes, culturais.

O Brasil adota como conceito a definição registrada no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador com seguinte transcrição:

trabalho infantil refere-se às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional (BRASIL, PNPETI, 2011).

A legitimidade deste conceito foi desenvolvida na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 7º, inciso XXXIII³, alterado em 1998, pela Emenda Constitucional nº 20, normatizada no Art. 60⁴ do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990 que foi fundamentada pela Convenção nº 138/1973 da OIT sobre a idade mínima de admissão ao emprego, sendo ratificado pelo Decreto nº 4.134/2002- Brasil.

Art.1-Todo Membro, para o qual vigore a presente Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a abolição efetiva do trabalho de crianças e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho a um nível que torne possível aos menores o seu desenvolvimento físico e mental mais completo (OIT, 1973).

A Convenção nº 138/1973 dispõe em seu texto sobre as piores formas de trabalho (fig.1), que subjulgam a dignidade humana, principalmente, na faixa etária das crianças e jovens. Os organismos internacionais, a OIT – Organização Internacional do Trabalho, a UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, a OMS- Organização Mundial da Saúde e algumas fundações, divulgam em

³ XXXIII proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (BRASIL, 1998, p.22-24).

⁴ Art. 60 – É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz (BRASIL, ECA, 1990).

seus relatórios que 152 milhões de jovens que têm entre cinco e 17 anos de idade e estão envolvidos em alguma atividade produtiva e destes 73 milhões menores de idade trabalham em ocupações perigosas, como agricultura, mineração, construção civil e fábricas com condições precárias⁵ (ONUBR, 2018).

Essas crianças estão trabalhando duramente em minas e campos, fábricas e casas, expostas a pesticidas e outras substâncias tóxicas, carregando muito peso ou trabalhando longas horas”, afirmou o dirigente Guy Ryder⁶ (ONUBR, 2018).

Figura 1. Fotos de crianças em situação de trabalho penoso



Fonte:Foto 1: Esquerda Diário;Amanda Navarro; Ação do MPT/Boa Vista/Roraima, 2017.
Foto 2: Midiamax;Diogo Alves; Ação do Supremo Tribunal do Trabalho/MS, 2015.

Neste contexto, segundo a UNICEF (2017) os maiores desafios para o enfrentamento estão nas leis, pois não tipificam a exploração de mão de obra infantil como crime, como se segue no Art. 23 do Código Penal Brasileiro que considera “estado de necessidade” já que as crianças em sua maioria são oriundas de famílias pobres. Apenas em artigos específicos de tráfico, prostituição e incitação ao crime há sanção, isso depende ainda de denúncia ou uma ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho, Delegacia do Trabalho ou Conselhos de defesa aos direitos da criança (BRASIL, Código Penal, 1940).

O desenvolvimento das políticas públicas no Brasil para crianças e jovens aconteceu lentamente, pois, um país de construção histórica colonizadora, de preceitos ideológicos de maioria agrária e princípios capitalistas, entendia que a criança deveria sempre estar auxiliando os pais, junto ou com terceiros, para que se tornassem ‘pessoas de bem’. E nas áreas urbanas o trabalho assumia a função de limitar a ociosidade infanto juvenil e afastar da marginalidade (FALEIROS, 2007).

⁵ Publicado em 12.06.2018 <https://nacoesunidas.org/oit>.

⁶ Chefe da Organização Internacional do Trabalho em pronunciamento para o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

Somente em 1927, com o Decreto nº 17943-A, promulgado em doze de outubro, reconheceu-se como marco legal de proteção aos direitos específicos da criança e adolescente no Brasil, sendo o primeiro Código de Menores do país (BRASIL, Jornal do Senado, 2015, fl.04).

O segundo Código de Menores foi sancionado em 1979 e orientou sobre os cuidados com este público, percorrendo um longo caminho até a legislação atual com o Estatuto da Criança e Adolescente, promulgado em 1990. A evolução de um código para outro, no tocante as questões laborais, esteve ligada a disposição da idade mínima para o trabalho definindo a condição de aprendiz, preservando sua infância e adolescência, como reconhecimento de sujeito de direito, compartilhando as responsabilidades acionando o papel da família, da sociedade civil e do Estado (SOUZA, 2016).

Conforme Faleiros (2007), Costa Jr (2013) e Souza (2016) nesse ínterim de legislações foram criadas ações e programas que norteariam as responsabilidades de cada segmento da sociedade, tais como: casas de guarda, oficinas e atividades para o segundo turno, obrigatoriedade a escolarização, transferências de renda entre outros. Tudo isso num cômputo de visibilidade do Brasil para o mundo, tendo a influência das convenções internacionais e cartas de compromisso ao desenvolvimento da infância e juventude garantindo seus direitos fundamentais.

Nesta ótica, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e o Programa Internacional de Erradicação do trabalho Infantil fez com que os governos brasileiros assumissem um discurso e compromisso de trazer as crianças aos bancos escolares como forma de desenvolvimento do país. Na verdade, manter crianças e jovens longe das frentes de trabalho, para os ambientes escolares, passou a meta dos Ministérios da Educação e Trabalho (FALEIROS, 2007).

E a partir daí, criou-se em 1996, o PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil como caráter de política pública para tirar crianças e famílias da vulnerabilidade social (CARVALHO, 2008).

Os anos seguintes buscaram sua ampliação e implementação até a extinção do formato original do PETI em 2010, criando a partir daí o acesso a políticas de bem estar social que abrangesse todos os membros da família. A Lei Orgânica de Assistência

Social – LOAS⁷, Lei N.8.742/93, deu forma ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que utiliza a transferência de renda concomitante a uma série de ações a cidadania (SILVA, 2010).

O PETI (1996) teve como meta tirar a população de sete a quatorze anos da condição de exploração do trabalho, seja remunerado ou não, ativando mecanismos para permanência na escola. Este programa teve suas origens no Estado de Mato Grosso do Sul, após denúncia de exploração do trabalho nas carvoarias do estado (ZOCAL, 2013).

A trajetória do programa no Brasil permitiu o constante questionamento de “como erradicar o trabalho infantil” tendo como obstáculo a pobreza, a falta de ensino público, à ausência de trabalho digno e bem remunerado aos adultos da família, a qualificação necessária para garantir um trabalho melhor e a ideia de lucro dos empregadores, apesar das condições servis e insalubres de trabalho, enfim, todos os elementos complexos da ordem social (ALBERTO et. al., 2016).

Nas áreas rurais, esses obstáculos aparecem de forma preponderante nas relações do cotidiano, os elementos pobreza, a falta de ensino e trabalho digno contribui para fortificar a exploração pelo trabalho de todos os membros da família. Segundo Diegues (2000) as famílias em comunidades tradicionais trazem ainda, além da concepção de sobrevivência, a ideia de perpetuar a identidade ensinando aos filhos a atividade que tem perdurado por gerações e tipifica a territorialidade⁸. Como exemplo plantar nas comunidades agrícolas, extrair nas comunidades de florestas, catar isca e pescar nos povos das águas. Em todas essas atividades é comum encontrar crianças e jovens na companhia dos familiares acreditando ser situação de naturalidade.

Seguindo estas características, nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal, que foi o lócus da presente pesquisa, as crianças e jovens estão à disposição dos pais e familiares para ajudar na coleta de isca para o sustento de toda família. Com isso, muitas vezes, colocam-se em situação de perigo devido às condições precárias destas famílias na catação⁹ de isca, passando a caracterizar a situação prevista na Convenção 138 sobre trabalho insalubre e em idade inadequada. Entretanto, no olhar da família, levar os filhos para a catação é mais que garantir a subsistência familiar é,

⁷A sigla faz referência a um benefício criado pela a Constituição Federal Brasileira em 1988, cujo nome oficial do programa é Benefício de Prestação Contínua - BPC, onde é pago uma renda mensal de um salário mínimo para garantir condições dignas de sobrevivência a pessoas que vivem em situação de extrema pobreza.

⁸ Territorialidade é a percepção que temos do poder exercido por um indivíduo ou, um grupo, em dado espaço geográfico. É algo mais cultural do que físico (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

⁹ Termo utilizado pelos moradores destas comunidades para identificar sua prática de coleta de iscas na região.

também, impedir que seus filhos fiquem sozinhos em casa correndo risco de morte com tanta onça e sucuri rondando (MS, Maio: 2004).

[...] Na época de cheia a gente escuta a onça “bufano” perto da casa [...] a gente fica com medo, mas fazer o que, é só fechar a porta, e ficar quieto dentro de casa [...] e às vezes ficar triste de manhã [sorriso] porque a danada comeu nosso cachorro [...] é muito perigoso (Entrevistada Neide, 50 anos).

Essas peculiaridades estão nas reflexões do escopo deste trabalho, pois nos remetem as características sobre o trabalho infantil nas comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal que considera a forma em que a presença da criança e do adolescente está nas atividades do cotidiano. A história destas comunidades data povoamento ainda no século XVIII, com a intensa navegação na região, para atravessar o estado, saindo de Corumbá chegando a Cáceres, ambas nesse período cidades do Estado de Mato Grosso (COSTA, 1999¹⁰, apud. BIGATÃO, 2010, p.46-47).

A presença da educação pública nesta região é muito recente, datando do início do século XXI, com a construção das Escolas Paraguai Mirim e São Lourenço, desde a denúncia de Trabalho Infantil junto ao Ministério Público, que abrem nestas localidades um novo momento histórico-social com a implementação de ações públicas na região.

Nesta perspectiva, a seguir apresentaremos alguns aspectos do município de Corumbá, com suas singularidades, alguns aspectos sociais e econômicos e a questão do trabalho infantil no referido município.

1.2 - Situando o município de Corumbá-MS

Corumbá está localizado no oeste do Brasil e noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com o Estado de Mato Grosso, fronteira com a Bolívia- cidades de Puerto Suarez e Puerto Quijarro e limite com o Município de Ladário. A cidade é a quarta em população no Estado e o maior município em extensão territorial com 64. 965 km² tem uma economia com base na exportação, relações do agronegócio da pecuária. As indústrias instaladas com maior porte na região são de extrativismo mineral de calcário, ferro e manganês, e nas últimas décadas do século XX houve investimento na área de turismo de pesca (PEREIRA, 2007).

¹⁰ COSTA, M.F. História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.

A cidade serve ainda como corredor subterrâneo para a importação do gás natural¹¹ da Bolívia, como política de uso das termoeletricas no país.

Em seus aspectos históricos seu nome é de origem tupi-guarani “*Koru’pa*”, que significa “banco de cascalho” por ter o solo rico em calcário é chamada de “cidade branca¹²”. Teve sua ocupação a partir de 1524, no entanto foi fundada apenas em 1778, de forma impositiva, como estratégia de impedir a invasões dos espanhóis na busca de metais preciosos.

A posição geográfica de Mato Grosso, localizado numa área de fronteira, teve grande ascendência na forma de ocupação e de colonização portuguesa. Na primeira etapa, o confronto de interesses deu-se entre os impérios português e espanhol. Já na segunda década do século XIX, esse confronto deu-se em função das formas de organização dos estados nacionais, contrapondo o governo monárquico brasileiro e as repúblicas paraguaia e boliviana. Desta maneira, a posição estratégica de Mato Grosso tornou-se área divisora e anteparo às aspirações espanholas, como também, em fase posterior, às influências republicanas. Assim, tanto a coroa portuguesa quanto o governo imperial brasileiro posicionaram-se defensivamente contra a presença castelhana nesta região fronteiriça (CORRÊA, 2009, p. 61-62).

Segundo Pereira (2007), Corumbá se constitui como um espaço genuíno de valor histórico patrimonial devido esta diversidade de influências de estilos no período de povoamento na região. Afirma ainda, que seu estilo arquitetônico concede à cidade grande riqueza, embora o sentimento de preservação iniciara na década de 70 do século passado. Entretanto,

[...] o despertar de um interesse preservacionista moveu-se muito menos [...] em se preservar a memória coletiva e a identidade urbana local e muito mais pela possibilidade de ganho, com o turismo, para a cidade que apresentava um baixo dinamismo econômico e uma necessidade de renda (PEREIRA, 2007, p.110).

Esta peculiaridade patrimonial também se estende a sua geografia por estar localizada na extensa rede hidrográfica na planície pantaneira, onde compõe riquíssima fauna e flora, tendo como principal rio o Paraguai que associada à constituição do relevo lhe dá a característica de região de difícil acesso. Por conseguinte “O Pantanal recebeu os títulos de Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988 e Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pela UNESCO¹³” (CORUMBÁ, PC¹⁴, 2018). O Rio Paraguai também imprime na relação comercial grande potência como hidrovía.

¹¹ Marco político o Tratado de La Paz (1996) para uso do gás natural sendo revisto pelo Decreto Supremo (2006).

¹² Disponível em <https://www.corumba.ms.gov.br>, Assessoria de Comunicação Institucional.

¹³ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

¹⁴ Prefeitura de Corumbá, site institucional. Disponível em: www.corumba.ms.gov.br

O potencial de sua hidrovia é sempre associado aos grandes projetos da região especialmente como elemento logístico de integração regional, permitindo maior intercâmbio comercial entre os membros do MERCOSUL¹⁵ (PEREIRA, 2007, p.62).

Figura 2. Imagem do Mapa Político do Mato Grosso do Sul:



Fonte: portal mapsofworld.com (2017).

Nota: o perímetro urbano, em amarelo (grifo meu), compreende apenas a área de 21.57 km² da extensão total de 64. 965 km² /monitoramento por satélite Embrapa- Pantanal;

Essa característica de planície alagada denota outra condição que influencia na dinâmica de vida da população ribeirinha, nosso contexto de estudo, que se movimenta de acordo com os picos de cheia¹⁶ na região onde o nível seja muito elevado, define a

¹⁵ Mercado Comum do Sul, bloco econômico sul-americano com signatários do Tratado de Assunção de 1991, pertencem Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (BRASIL, Dec. n.350, 1991).

¹⁶ “Além do curso principal do Rio Paraguai que, na época das cheias, tem até 25 km de largura, as áreas inundadas se limitam às partes mais deprimidas do terreno, chamadas baías, que geralmente assumem formas circulares ou elípticas. Entre uma e outra baía, as partes mais elevadas são chamadas "cordilheiras", onde o gado das fazendas se refugia quando as águas sobem. Os cursos que interligam as baías durante as cheias são chamadas vazantes, e recebem o nome de corixos quando são permanentes e podem ser navegados mesmo na época de estiagem” (CORUMBÁ, PC, 2018).

vulnerabilidade das moradias e aspectos de sobrevivência local (CORUMBÁ, PC, 2018).

Nos aspectos sociais, o município apresenta estimativa populacional¹⁷ de 109.899 habitantes. E segundo dados IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a incidência de pobreza em 2000 era de 32,24% e 2010 de 16,11% e extrema pobreza em 2000 era de 12,58% e em 2010 de 4,34%. Como fator contribuinte a este quadro a taxa de desemprego que é de 24,46%.

Na educação básica, o município possui 62 escolas, sendo 50 na área urbana e 12 na área rural. Destas 11 escolas são de ensino estadual, 33 de ensino municipal, 17 da iniciativa privada e um Instituto Federal. No Ensino Superior dispomos de uma Universidade Federal e 05 faculdades de curso semipresencial e Ensino à Distância (CORUMBÁ, PC, 2018).

Em relação à questão do trabalho infantil no município de Corumbá, destaco os trabalhos de Kassar (org.,1995) e Lima e Kassar (2003) que retratam a problemática na área urbana e rural no município de Corumbá. Esses registros demonstram que a cidade enfrenta esta problemática desde os anos de 1990.

Em se tratando da área urbana, a pesquisa abordou 170 sujeitos, no período de outubro de 1993, observando seu meio de subsistência para caracterizar crianças e jovens em situação de rua¹⁸. Assim, as autoras retratam:

Quanto a atividade de subsistência da própria criança, 57% diz trabalhar em atividade como: guardador de carros, vendedor ambulante, carregador de sacolas. É interessante acrescentar que, apesar de 42% dizer que não trabalha, várias dessas crianças estava guardando carros ou carregando sacolas no momento da entrevista [...] mesmo as que possuem 14 anos ou mais, recebem em troca de seus serviços roupas, comida, ou o produto que vendem (por exemplo um garoto que entrega pães para uma padaria, recebe pão em troca de seus serviços)[Ipsis litteris] (KASSAR; org., 1995, p.12).

Essa pesquisa caracterizou “quem eram essas crianças e jovens” identificando que em sua maioria permaneciam em suas famílias, retornando a casa, e que “se” estudavam ficavam na rua no contra turno. As crianças definiam-se matriculadas na rede pública de ensino, porém, eram faltosos, com maior incidência entre 3ª e 5ª série do Ensino Fundamental de oito anos. Segundo Kassar (org., 1995) os poucos que se

¹⁷ Dados baseados em nascimentos e mortes no período (IBGE, 2017).

¹⁸ As autoras utilizaram “como conceito de ‘criança de rua’ aquelas que já perderam o vínculo familiar, e ‘crianças na rua’ as que vivem com familiares e buscam complemento a subsistência na rua” (KASSAR; org., 1995, p.10).

encontravam morando nas ruas, não retornavam as suas casas por sofrerem violência doméstica de acordo com relatos.

Como exemplo, temos a história de Odair¹⁹ que, hoje com 12 anos, lembra que não dorme em casa desde os 4 anos, pois “o pai batia muito” (KASSAR; org., 1995, p.11).

Segundo as considerações das próprias autoras, esse registro forneceu aos órgãos públicos e a sociedade um novo olhar sobre estas crianças e jovens, desnudando que provinham de população “economicamente desfavorecida” (KASSAR; org., 1995, p.13).

Em relação a área rural, o município de Corumbá possui grande extensão de propriedades no campo e é prática das famílias terem o auxílio dos filhos na rotina do trabalho. Lima e Contini (2003) caracterizam o contexto do Assentamento Taquaral²⁰ expondo como permeavam as relações de concepção e domínio familiar frente às exigências do mercado no Município de Corumbá, cujas crianças e jovens além de acompanhar os pais na lida do campo também vinham para as feiras e locais de venda na área urbana. O retrato desta visão como a perpetuação de geração a geração foi registrado nas entrevistas pelas autoras a partir da história de vida das famílias.

Desde pequeno, desde os 5 anos [...] eu andava com a enxada nas costas e desde pequeno meu pais já instruiu isso trabalhando. Aos 7 anos eu já pegava empreitada em fazendas pra carpi junto com meu pai. E daí pra frente a vida é assim mesmo, sempre trabalhando. Todo tempo foi isso.[Ipsis litteris] (Sr. Damião)

Veja o que fala sua filha:

[...] olha eu comecei com 7 anos [...] (Lúcia, 19 anos) Trecho gráfico na íntegra da Revista [Ipsis litteris] (LIMA; KASSAR, 2003, p. 83).²¹

Esta visão se contrapõe aos princípios legais; entretanto, as autoras constataram que isso vem de uma postura de socialização pelo trabalho, diante da filosofia dos assentamentos, a partir da relação com a terra de construir seu discurso reivindicatório. Porém, argumentam que “o mundo não tolera mais o trabalho de crianças e adolescentes” (LIMA; KASSAR, 2003, p. 86).

Sendo assim, a presente pesquisa parte das seguintes questões:

¹⁹ Nome fictício.

²⁰ “Foi em 1989 o 4º Assentamento implantado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Município de Corumbá/MS” (LIMA; CONTINI, 2003, p.76).

²¹ Os nomes apresentados pelas autoras são fictícios.

- ✓ Como se dá historicamente o enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil e na região do Pantanal - MS?
- ✓ De que forma a assistência social e a educação do município de Corumbá traçaram seu plano estratégico para erradicar o trabalho infantil nas comunidades ribeirinhas?
 - ✓ Como se deu o processo de implantação e construção das escolas nas comunidades de São Lourenço e do Paraguai Mirim?
- ✓ Houve melhoria na qualidade de vida das crianças e jovens desde a implantação da escola na região?

Nossas referências farão uma *interface* entre as políticas de erradicação do trabalho infantil e o papel da escola como elemento integrador nas ações ao cidadão. Sempre ressaltando o fato que os programas sociais nas áreas rurais ocorreram de forma muito peculiar, envolvendo a escola intensamente como coadjuvante. Ou seja, diferente das ações na área urbana que utilizam outros prédios como associações, igrejas, ginásios esportivos e outros para atividades educacionais no contraturno, nas áreas rurais, a escola é, muitas vezes, o único espaço “estruturado” como ponto de referência na comunidade para atender as crianças, jovens e família.

Desta forma, o presente trabalho teve como objetivo geral: analisar o processo de implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul que surgiram a partir do desenvolvimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, como PETI e transferência de renda, a partir do ano de 2004.

Para isso, pretendeu-se como objetivos específicos:

- ✓ Descrever a forma como se deu a implantação das escolas: (EMREIP) Escola Municipal Rural de Educação Integral Polo Paraguai Mirim e Extensões e (EMREIP) Escola Municipal Rural de Educação Integral Polo São Lourenço e Extensões;
- ✓ Analisar a relação entre a criação dessas escolas e a implantação do PETI e
- ✓ Verificar a importância dessas escolas para as comunidades locais

Consideramos que o primeiro passo para se debruçar sobre uma temática deve ser a busca pelo conhecimento do que já foi produzido a respeito do assunto escolhido para pesquisar, a seguir apresentaremos uma breve revisão de literatura.

1.3 Revisão de Literatura

A revisão de literatura iniciou-se pela busca de pesquisas realizadas sobre a temática e foi feita nos seguintes *web sites*: Banco de Teses do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Anais das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Banco de Dados de Teses e Doutorados (BDTD).

Além disso, foi feita uma busca por artigos científicos disponíveis no portal *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e *Red de Revistas Científicas de América Latina y Caribe, España y Portugal* (REDALYC).

Fizemos um levantamento de dissertações, teses, artigos e obras baseadas nos seguintes descritores: Trabalho Infantil no Brasil, Trabalho Infantil no MS, Trabalho Infantil nas áreas rurais, Trabalho Infantil no Pantanal, PETI, Jornada ampliada nas áreas rurais, Comunidade ribeirinha e Escolas em comunidades ribeirinhas.

Todo levantamento no portal CAPES respeitou-se a ordem dos descritores, estabelecidos pela ordem de construção teórica da pesquisa, em acordo com a perspectiva da dissertação.

Demonstraremos no quadro a seguir o quantitativo de produções encontradas desde a criação deste *website* em 1997:

Quadro 1. Quantitativo de produções de 1997 a 2017:

Descritores	DISSERTAÇÕES	TESES
Trabalho Infantil no Brasil	219.693	81.788
Trabalho Infantil no MS	231.946	86.194
Trabalho Infantil nas áreas rurais	173.195	63.306
Trabalho Infantil no Pantanal	218.602	81.382
PETI	22	08
Jornada ampliada nas áreas rurais	106.250	43.075
Comunidade ribeirinha/ PETI	6.458	2.600
Escolas em comunidades ribeirinhas	222.842	83.711

*organizado pela autora.

No portal acadêmico da ANPED não foram encontradas produções que estivessem em acordo com a perspectiva desta pesquisa. Os grupos de trabalho apresentaram trabalhos relacionados às políticas de escolarização e programas de saúde para a população infantil, mas, sem fazer *interface* com a temática do trabalho infantil.

No *website* BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia encontramos oito produções sobre o Trabalho Infantil no Brasil. No entanto, nenhuma sobre TI no Mato Grosso do Sul ou TI no Pantanal; nem tão pouco trabalhos que se referissem ao TI nas áreas rurais, escolas em comunidades ribeirinhas, escolas pantaneiras e ou Jornada ampliada nas áreas rurais.

Ainda no site BDTD, encontramos 03 obras sobre o PETI e 16 trabalhos referentes a Comunidades ribeirinhas. As produções em sua maioria tinham como abordagem as comunidades da região Norte.

Ao longo deste levantamento no descritor: comunidades ribeirinhas considerou-se as produções do repositório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e de outras universidades do país, embora estivessem sobre perspectivas que diferem da discussão na temática do trabalho infantil nas áreas rurais e o papel da escola, como centro de referência da presença do Estado na comunidade.

No quadro abaixo seguem as dezenove produções com maior relevância na abordagem deste trabalho.

No quadro abaixo relacionaremos artigos encontrados nos sites *Scielo* e *Redalyc*, no período de 2012 a 2016, que se apresentaram com maior relevância ao objeto desta pesquisa, e contribuíram com nossas reflexões.

Quadro 2- Relação de artigos encontrados 2012 a 2016:

TÍTULO	AUTOR	ANO	REVISTA	TEMÁTICA
Brincadeiras em uma Comunidade Ribeirinha Amazônica	REIS, Daniela Castro dos; MONTEIRO, Eline Freire; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa	2012	Revista Psicologia – Teoria e Prática	Brincadeiras de “cultura tipicamente ribeirinha” a influência do cotidiano com fauna e flora
As Medidas de Enfrentamento à Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: Forças em Luta	CONDE, Soraya Franzoni	2013 <i>Scielo</i> FSC	<i>Rev. katálisis</i>	Políticas Públicas Destinadas à Eliminação do trabalho infantil
A Evolução do Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo: Fatores Associados e Limites do PETI para o seu Enfrentamento	BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez	2014 <i>Scielo</i>	Encontro ANPAD, Belo Horizonte	Limites e Contradições do PETI

(continuação)

Circulação de Crianças e Adolescentes na Rede Tecida pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	BONAMIGO, Irme Salete; TODIN, Celso Francisco; SZYTKO, Misael; MORO, Eduarda; RAMOS, Tiago; BIAZI, Giovane.	2015 <i>Redalyc</i>	Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro v. 15 n. 4 p. 1345-1362 2015	Implicações do PETI no cotidiano de crianças
Estado e Terceiro Setor na Produção do Espaço para o Turismo de Base Comunitária na Amazônia Paraense: O Caso da Comunidade Ribeirinha Anã no Município de Santarém-PA	BARRETO, E. O; TAVARES, M. G. C.	2016 FPA <i>Redalyc</i>	Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 211-231, ago. 2016.	Comunidade Ribeirinha de Anã
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Concepções de Educandos e Famílias	ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; PESSOAS, Manuella Castelo Branco; COSTA, Rafaela Rocha; BELÉM, Kassia Kiss Grangeiro; SILVA, Suzany Ludimila Gadelha e;	2016 <i>Redalyc</i>	Rev. Psicologia Ciência e Profissão, p.362 2016	PETI - aspectos positivos e negativos acerca do Programa PETI

Fonte: SCIELO e REDALYC - 2012 a 2016; (Quadro organizado pela autora).

1.4 - Algumas questões metodológicas

Para alcançar o objetivo proposto nessa dissertação, utilizou-se o método de investigação qualitativa compreendendo o objeto de estudo em sua totalidade, historicidade e suas contradições. Pois, segundo Minayo e Deslandes (2009) nas Ciências Sociais, a pesquisa qualitativa consegue responder as singularidades do sujeito.

Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (DESLANDES; MINAYO, 2009, p.21).

Nesta perspectiva, ao abordarmos o objeto dessa pesquisa que foi a implantação das Escolas Paraguai Mirim e São Lourenço como elemento de enfrentamento ao Trabalho Infantil, realizamos o levantamento de dados a partir das informações bibliográficas, documentais e midiáticas, e relatos de entrevistas.

À medida que a pesquisa era construída, estendeu-se o levantamento bibliográfico diante das inquietações que surgiam para análise e argumentação.

Segundo Deslandes e Minayo (2009) a metodologia qualitativa articula a teoria e realidade empírica no conhecimento científico.

Nesta sistematização:

Para efeitos bem práticos, dividimos o processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental (DESLANDES; MINAYO, 2009, p. 26).

Nesta definição de etapas, primeiramente, tivemos como recursos os registros dos arquivos das escolas, da Secretaria de Educação do Município de Corumbá, da Secretaria Estadual de Mato Grosso do Sul, do Setor de Assistência Social das comunidades ribeirinhas, dos Ministérios Público Estadual e Federal. Além disso, utilizou-se os seguintes documentos: Leis, Decretos, relatórios, pareceres, fotos, artigos e reportagens jornalísticas.

Além disso, foram realizadas dez entrevistas²² com os seguintes sujeitos:

- ✓ Liderança do São Lourenço 2004 (Janete),
- ✓ Liderança da Associação do São Lourenço 2018 (Antonia),
- ✓ 2 Moradores do São Lourenço (Mário; Tereza),
- ✓ Liderança do Paraguai Mirim 2004 (Lila),
- ✓ Liderança do Paraguai Mirim 2018(Ana),
- ✓ 2 Moradoras do Paraguai Mirim (Neide; Jô),
- ✓ Gestor da Escola Municipal Rural Porto Esperança – 2004(Célia),
- ✓ Representante da ONG Ecoa 2004 (Carlos), totalizando entrevistados.

As entrevistas foram organizadas com questões semiestruturadas²³ (Apêndice A), para serem gravadas e transcritas. Sua realização demandou tempo, disponibilidade e vontade dos participantes em contribuir com a análise. Os critérios para a escolha dos entrevistados seguiu o limite de idade, foram pessoas que está há mais tempo na comunidade e sujeitos que vivenciaram todo processo de implantação das escolas, tanto os líderes, moradores e pessoas que estavam nos cargos na mesma época.

²² Como clausula do Termo de Livre Esclarecido às identidades são preservadas, Comitê de Ética (CAEE: 79976317.9.0000.0021), os nomes dos entrevistados são fictícios.

²³(LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Os participantes ficaram cientes do objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido²⁴ (Apêndice B). As entrevistas com as pessoas das comunidades ribeirinhas ocorreram de forma a não atrapalhar suas atividades de cotidiano. A minha proximidade enquanto membro da escola facilitou os contatos durante o período desta pesquisa (2016 a 2018), as entrevistas ocorrerão nos meses de dezembro/2017 a março/2018, após autorização do Comitê de Ética. Em algumas situações os entrevistados perguntavam sobre o gravador porque não gostariam que o nome viesse a público, por esta razão sete dos entrevistados ribeirinhos não permitiram que a entrevista fosse gravada. Essa preocupação se deu principalmente, quando o assunto envolvia questões sobre a terra, moradia e suas ações extrativistas.

Apesar disto, todos entrevistados - moradores da região permitiram a captura de imagem da fachada de suas casas, que para esta pesquisa serviu como aporte de comparação desde o início do atendimento do poder público.

Algumas das entrevistas com moradores ocorreram na área urbana por coincidir com o período de defeso²⁵, pois grande parte fica residindo na cidade, na casa de familiares, até a abertura da pesca nos rios da região. Duas entrevistas ocorreram às margens do Rio Paraguai no barco de Coleta de Isca do morador; duas foram na sala da Sede Administrativa da Escola das Águas²⁶; duas na própria região em ocasião de reunião da escola com os pais e uma na residência da própria pessoa quando está na cidade.

Com relação às fotos consentidas das respectivas residências foram registradas depois ao longo do primeiro semestre do ano 2018, retratando os aspectos de cheia e vazante das águas da planície pantaneira. Neste item também serão utilizadas fotos arquivo das organizações e órgãos públicos envolvidos nesta pesquisa.

Além dos moradores e lideranças realizamos uma entrevista com a diretora da escola da gestão no período de 2004-2005, que nos atendeu na própria Secretaria de Educação, visto compor no período a equipe da gestão municipal.

²⁴ Liberação do Comitê de Ética CAEE: 79976317.9.0000.0021.

²⁵ Período do ano que é proibido caçar ou pescar. No Estado de Mato Grosso do Sul: Resolução SEMAC n.24 de 2014. Disponível em www.imasul.ms.gov.br

²⁶ A Secretaria Municipal de Educação – SEMED mantém uma Sede Administrativa na área urbana denominada Escola das Águas cujo núcleo responde pela expediente das Escolas Polo Paraguai Mirim, São Lourenço – do Alto Pantanal; Porto Esperança – Distrito de Porto Esperança; Santa Aurélia e Sebastião Rolon- Região do Taquari (CORUMBÁ, Decreto 1375/2014).

Para encerrar esta etapa entrevistamos o representante da ONG Ecoa- Ecologia e Ação que para a história destas comunidades e de acordo com os registros foi uma organização que contribuiu com o processo de construção da cidadania e territorialidade destes locais.

[...] a nossa participação está diretamente ligada à formações associativas, recursos de projetinhos para escola [...] de grande importância introduzimos o uso dos macacões de borracha²⁷ que virou um programa do Ministério do Trabalho[...] estou fazendo uma escala de importância até chegar ao jurídico e ao territorial (Entrevistado Carlos, 32 anos).

Figura 3. Foto dos catadores de isca recebendo os macacões de borracha:



Fonte: foto de Divulgação MPT- Ministério Público do Trabalho.

1.5 Apresentação do trabalho

O presente trabalho será organizado da seguinte forma: na primeira etapa contextualizamos as políticas referentes ao trabalho infantil no Brasil e os documentos dos organismos internacionais sobre a temática. Nosso marco jurídico como foi anunciado será o Código de Menores de 1927, e assim, descreveremos as ações até a implantação do PETI, a partir de 1996.

Todas as informações desta etapa compõem a estrutura do primeiro capítulo que tem o seguinte formato: ‘Trabalho Infantil no Brasil: Marcos Legais e Ações Desenvolvidas’; 2.1. Histórico e leis: a criação da rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil; 2.2. O PETI: alcance e limites de um programa de erradicação do trabalho infantil; 2.3. A situação atual do trabalho infantil no Brasil e as estratégias de enfrentamento.

²⁷ Macacões de borracha se enquadram no EPI- Equipamento de Proteção Individual utilizado pelos moradores durante a coleta de isca, pois ficam com metade do corpo submerso (Ecoa, 2014).

Na segunda etapa, discorreremos sobre o processo de implantação das escolas na região Paraguai Mirim e do São Lourenço que surgiram como um elemento de enfrentamento a erradicação do trabalho infantil na região do Pantanal - MS. Além disso, discutimos as consequências das políticas de educação e assistência na vida dos moradores destas regiões.

Esse capítulo foi elaborado a partir dos dados encontrados nos documentos, nas informações da mídia e relatos das entrevistas realizadas. E foi organizado da seguinte forma: ‘A Origem das Escolas no Pantanal’; 3.1. A Comunidade da Barra do São Lourenço; 3.2. A Comunidade do Paraguai Mirim; **3.3.** A criação das escolas nas comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim; **3.4.** A Escola da Barra do São Lourenço;- ESL; 3.5. A Escola do Paraguai Mirim – EPM; 3.6. Impactos da criação das escolas na região Paraguai Mirim e São Lourenço.

A finalização desta dissertação trará reflexões sobre o processo de implantação das escolas e a relação com as políticas de enfrentamento ao trabalho infantil; reflexões sobre as mudanças de concepção e realidade nas comunidades ribeirinhas atendidas por essas escolas e sobre processo de relações entre a educação, à implementação das leis de assistência para crianças, jovens e adultos que vivem nessas comunidades, muitas vezes, em situações de vulnerabilidade social. Sendo, este o desafio da seguridade social²⁸ no Brasil, desenvolver mecanismos de “mobilidade nos estratos da população com baixo nível socioeconômico” (FAHEL, 2016) minimizando ou erradicando os complexos elementos da desigualdade social e exclusão que os afasta dos direitos sociais e econômicos, deixando-os vulneráveis.

²⁸ Constituição Federal do Brasil, Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (BRASIL, 1999).

2. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: MARCOS LEGAIS E AÇÕES DESENVOLVIDAS

A intenção deste capítulo é refletir sobre o desenvolvimento dos marcos que tratam especificamente da infância e juventude no Brasil, retratando os aspectos mencionados nas referências sobre os encaminhamentos destas normatizações e seu alcance ao problema vivenciado por diversas nações devido ao trabalho infantil.

Sendo assim, contextualizaremos as políticas referentes ao trabalho infantil no Brasil e a influência dos organismos internacionais sobre o país; nosso marco jurídico será o Código de Menores de 1927 para chegarmos até a implantação do PETI a partir de 1996.

Este capítulo será subdividido em três partes: Histórico e Leis: a criação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Brasil; o PETI- Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e A Situação Atual do Trabalho Infantil no Brasil e as estratégias de enfrentamento.

Traremos para a discussão os impasses sociais que caracterizam a sociedade num círculo vicioso diante da pobreza, falta de escolarização e problemas na saúde pública, visto que este último está relacionado às mutilações e deficiências emocionais que estão sujeitas às crianças e adolescentes que se encontram nestas condições.

2.1 Histórico e leis: a criação da rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil

Segundo Zocal (2013), os processos de desenvolvimento das políticas públicas no Brasil para erradicação do trabalho infantil ocorreram lentamente; faz-se contar o primeiro aporte legal ainda no século XIX, em 1891 (Decreto nº1. 313) que tratava das regras para o trabalho dos menores de 12 a 15 anos e que não foi cumprido. Essas discussões tomaram maior evidência na greve geral de 1917, com a criação do Comitê de Defesa Proletária, que entre outras reivindicações proibia o trabalho de menores de catorze anos, que teve grande resistência dos grupos empregadores. Mas, a consolidação das leis trabalhistas tomou forma somente após a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919 que foram ratificadas, anos mais tarde, com a nossa primeira Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formulada em 1943.

Em 1923, foi criado o Juizado de Menores, constituindo o primeiro juiz de menores da América Latina, Mello de Mattos, que anos mais tarde teria papel

fundamental na história pelo seu trabalho de proteção a esta faixa etária da sociedade (ZOCAL, 2013).

E em doze de outubro de 1927 foi criado o Decreto nº 17.943-A, promulgado, sendo considerado pelo seu contexto jurídico, o marco legal de proteção aos direitos específicos da criança e adolescente no Brasil (BRASIL, Jornal do Senado, 2015, fl.04).

Que limitou em seis horas o trabalho diário, com uma hora para repouso, e proibiu as atividades insalubres para menores de 18 anos (CONDE, 2013, p.242).

De acordo com registros do Jornal do Senado (BRASIL, 2015) a efetivação desta Lei ocorreu mediante a grande indignação da sociedade com relação à prisão do menino Bernardino, engraxate de doze anos que foi preso na mesma cela com vinte adultos, que o espancaram e violentaram brutalmente; foi resgatado, após ter sido jogado na rua pela Santa Casa de Misericórdia em estado lastimável. A opinião pública pressionou o governo levando o então Presidente Washington Luiz a assinar o primeiro Código de Menores do país. Assim, este Decreto foi denominado Lei Mello de Mattos (BRASIL, 2015, fl.04) e se referia a crianças e jovens em situações consideradas “irregulares”, que seriam:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade será submettido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Codigo. [grafia original] (BRASIL, Decreto nº 17.943, 1927).

Em linhas gerais, o Código de Menores regulamentava algumas questões da infância e juventude, mas sob a égide da figura do juiz, a ele competia discernir sobre pátrio poder, tutela, liberdade vigiada e delinquência. Sobre assuntos relacionados ao trabalho infantil o direito institucional foi sancionado apenas sete anos mais tarde pela Constituição Brasileira de 1934, de forma um pouco mais abrangente, pois estávamos em meio ao Governo de Getúlio Vargas numa sociedade econômica em vias de crescimento industrial com interferência internacional da OIT para garantia de direitos ao trabalhador. Nesse período, a legislação trabalhista, a obrigatoriedade do ensino e a cobertura previdenciária representaram a instalação das políticas sociais no país, mesmo ainda atendendo a uma parcela da sociedade (FAUSTO, 1995).

A Constituição de 1934 proibia o trabalho infantil para menores de 14 anos sem permissão judicial; trabalho noturno aos menores de 16 anos; e, nas indústrias insalubres, os menores de 18 anos, conforme previsto em seu 121º artigo. (ZOCAL, 2013, p.3).

A criação em 1939 da UNICEF²⁹ - Fundo das Nações Unidas para a Infância, cujo objetivo era promover a defesa dos direitos das crianças e ajudar a dar resposta às suas necessidades, colaborou para que se intensificassem as políticas relacionadas à infância nos países pobres diante dos efeitos contraditórios criados pelo sistema capitalista de produção. Foram realizados acordos que previam sanções a países que não cumprissem as determinações, deixando a nação desfavorecida no cenário internacional. Mesmo assim, os países acabavam organizando ações pontuais sem atingir o cerne do problema do trabalho infantil (CONDE, 2013).

Em 1941 foi criado o SAM- Serviço de Assistência ao Menor. Com efetivo exercício a partir de 1942 e com o caráter “correcional-repressivo”, semelhante ao sistema penitenciário para população de jovens infratores. O que alguns autores como Faleiros (2007) e Gualberto (2011) definem como instituições de ação tutelar do Estado, por finalidade “reeducar” o indivíduo aos padrões de conduta da sociedade.

Por esta ótica de trabalho, o SAM sofreu várias críticas, pelos defensores dos direitos das crianças e adolescentes, ocorreu uma série de denúncias de maus tratos aos internos, fugindo a proposta de serem protegidos e reeducados ao convívio com a sociedade. Por vez, acabam saindo piores em comportamento do que tinham entrado. Faleiros (2007) registra:

O SAM, que funcionou até 1964, foi muito criticado, principalmente pela Igreja Católica, pois violentava, surrava e torturava crianças. Ao invés de ser um órgão de proteção, tornou-se um órgão de repressão, que deixava as crianças à míngua, com instalações em péssimas condições (FALEIROS, 2007, p.23).

Na perspectiva do trabalho, Faleiros (2007) registra que essas instituições utilizavam de forma ocupacional a mão de obra infanto-juvenil em atividades de pequenas áreas de plantio, criação de animais, marcenaria e artesanato, sob o discurso de menores aprendizes. A ideia era que ao retornarem ao convívio social, eles tivessem algum ofício.

“Na mesma ação de origem do SAM, criou-se o DNCr – Departamento Nacional da Criança, que segundo Faleiros (2007), sua meta era extinguir as “criadeiras”,” mulheres que cuidavam de crianças e que eram consideradas causadoras de doenças

²⁹ Em inglês: *United Nations Children's Fund*.

pela pobreza e falta de condições higiênicas” (p.23). Esse departamento teve sua importância, pois, contribuiu para algumas ações que atendessem a infância brasileira.

Estimulou a amamentação materna e a vigilância dos bancos de leite. O DNCr estimulou também a implantação de creches, junto com a Legião Brasileira de Assistência, fortalecendo a presença das mães nos cuidados e criação dos filhos. Esta política continuou até 1964 (FALEIROS, 2007, p.23).

A LBA – Legião Brasileira de Assistência³⁰, também criada em 1942, segundo Faleiros e Vargas (2007) tinha o caráter ‘eminentemente clientelista e assistencialista’, incorporando ações de “boa vontade”. No início atendeu as famílias descendentes dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira³¹, que se encontravam em dificuldade, depois “estendeu suas ações para as famílias da grande massa não previdenciária, subordinando essa atenção aos momentos de crise ou à ocorrência de calamidades, assumindo um caráter eminentemente paliativo” (VARGAS, 2007, p.46).

A função da primeira dama nesse período assume papel essencial, e esteve concentrada nas ações diretas da família, crianças e adolescentes. A LBA – Legião Brasileira de Assistência promovia ações junto a crianças e adolescentes de acordo com a lei em “situações irregulares”, desenvolvendo as atividades que trabalhavam como ofício de aprendiz, eram denominadas: Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Pequeno Lavrador e Casa do Pequeno trabalhador. Eram intitulados como programas de capacitação e garantiam a escolarização. Entretanto, não se configurou como exemplo de políticas específica e exclusiva para o combate ao trabalho infantil (FALEIROS, 2007).

Casa do Pequeno Jornaleiro: programa de apoio a jovens de baixa renda baseado no trabalho informal e no apoio assistencial e sócio-educativo; **Casa do Pequeno Lavrador:** programa de assistência e aprendizagem rural para crianças e adolescentes, filhos de camponeses; **Casa do Pequeno trabalhador:** programa de capacitação e encaminhamento ao trabalho de crianças e adolescentes urbanos de baixa renda; **Casa das Meninas:** programa de apoio assistencial e sócio-educativo às adolescentes com problemas de conduta- grifo da própria autora (VARGAS, 2007, p.46).

Até a sua extinção, o SAM foi um órgão de caráter nacional que teve ações em vários municípios brasileiros. Segundo Cassanha (2015), o Serviço de Assistência aos Menores foi criado em 1944, no então Estado de Mato Grosso, e se estendeu ao Município de Corumbá cuja atividade foi concentrada no SAMC- Serviço de

³⁰ “Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão assistencial público brasileiro, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então Primeira Dama Darcy Vargas (1895-1968), com o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial contando com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria” (FALEIROS, 2007).

³¹ Combatentes brasileiros na II Guerra Mundial (FALEIROS, 2007).

Assistência ao Menor Corumbaense (fig.4) com uma unidade situada na região da Tromba dos Macacos³².

Figura 4. Foto da área da Unidade que atendia o SAM – Corumbaense:



Segundo Faleiros (2007), o SAM no Brasil funcionou durante vinte e dois anos, como forma de financiamento, o Governo Federal repassava às instituições públicas e privadas, por meio de convênios, valores *per capita* para atendimento às crianças e jovens. Isso levou a fraudes quanto ao número de atendimentos criando meios de corrupção, sendo mais um elemento a extinguir o programa.

Com o Golpe Civil-Militar de 1964³³ e as incessantes cobranças da sociedade, o Governo Federal extingue o SAM e cria a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e cria no âmbito estadual a FEBEM - Fundações Estaduais de Bem-estar do Menor (FALEIROS, 2007).

Faleiros (2007) define que a FUNABEM se assemelha com o mesmo caráter do anterior SAM, mas adquire uma de certa autonomia, pois, agora funciona independente do Ministério da Justiça.

Segundo Zocal (2013) e Fausto (2004), durante o Governo Civil Militar as leis brasileiras passam por retrocesso de direitos sociais, civis e trabalhistas, como ficou configurado na Constituição de 1967.

³² A pesquisa fica caracterizada como uma instituição que “desenvolia trabalhos de cunho pedagógico e formador com crianças e adolescentes até os dezessete anos, com atividades diárias de escolarização, afazeres na fazenda como: horta, carpinagem, criação de aves dentre outros” (CASSANHA, 2015).

³³ “Ditadura Civil-Militar no Brasil em 1964 foi golpe um apoiado pelo imperialismo norte-americano, pelos setores conservadores da alta hierarquia da Igreja Católica, pela burguesia internacional e nacional industrial e financeira, latifundiário, redesenhou o panorama político, social, econômico e cultural brasileiros pelas duas décadas seguintes. Um período que significou a supressão de direitos, a censura aos órgãos de informação, o medo de arbitrariedades e da tortura no contexto brasileiro” (FAUSTO, 2004).

[...] rebaixou a idade legal para o trabalho, até então fixado em 14 anos para 12 anos. No art. 158, inciso X temos descrito: “proibição de trabalho a menores de doze anos e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, em indústrias insalubres a estes e às mulheres”; e retirou a proibição da diferenciação de salário por idade que constava na Constituição de 1946. Assim, a Constituição dos militares amplia a faixa etária do trabalhador menor de idade e abre a possibilidade legal de salário inferior ao mínimo ou estipulado por lei para o adulto (ZOCAL, 2013, p. 4).

Esta conjuntura abriu precedentes para a contratação de trabalhadores de menor idade na condição de aprendiz, pois favorecia ao empregador o baixo custo, mesmo não tendo mão de obra qualificada. Embora o Sistema Educacional público brasileiro com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB nº 5692/71 estivesse em vias de regulamentar o Ensino Técnico para esta faixa etária, visto que a sociedade industrial já convivía com a demanda de jovens provenientes do Ensino Técnico do Sistema S³⁴ (WITTACZIK, 2008).

Zocal (2013) analisa que o segundo Código de Menores sancionado em 1979 através da Lei n. 6.667, de 10 de outubro corrige algumas lacunas, entretanto continua com o caráter arbitrário, de punições e assistencialismo a crianças e jovens menos favorecidos ou abandonados.

Embora sua criação tivesse como intuito dar novo atendimento a criança e o adolescente, passou a reforçar o caráter policial frente ao princípio que estão baseados no Art.2 do Código de Menores:

Para efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor: I- privado de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta de omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II – vítimas de maus-tratos ou castigos imoderados impostos por pais ou responsável; (...) VI- autor de infração penal (BRASIL, 1979).

Para o Código de 1979, proteger os direitos da criança significava tirá-la da situação de risco ou de “doença social”. Faleiros (2007) descreve “ser pobre³⁵” era considerada uma doença, assim como também o eram as situações de maus-tratos, desvio de conduta, infração e falta dos pais ou de representantes legais (p.24-25). Por

³⁴ A partir de 1942 foram criados serviço de qualificação profissional a jovens, foi destinado inicialmente aos filhos de industriários e comerciantes, posteriores deu acesso a outras pessoas. Fazem parte do Sistema S: SENAI, SENAC, SESC, SESI, SENAR, SENAT, SESCOOP e SEBRAE- ver lista de siglas, (Wittaczik, 2008, p.80).

³⁵ “Baseado nos estudos internacionais, a partir de 1970, a pobreza tinha a conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura” (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

esta característica, as FEBEM's atendiam a necessidade de 'higienização social'³⁶, mas não cumpriram seu papel de proteção e de reeducação, segundo relatórios eram lugares de tortura e espancamentos. As ocorrências levaram ao Governo Federal instaurar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor; junto a estas ações, os organismos internacionais influenciavam os movimentos sociais no país para garantir direitos em meio ao regime militar (VARGAS, 2007).

Em síntese, Faleiros (2007) registra que a FUNABEM e FEBEM's não atingiram o objetivo de diminuir a marginalidade, pelo contrário, originaram mais exclusão social.

Durante a ditadura, acentuou-se a exclusão social, ou seja, a marginalização do menor pela pobreza da família, pela exclusão da escola, pela necessidade do trabalho, pela situação de rua que, não raramente, expõe os menores a toda sorte de violência, tais como ações de grupos de extermínio (FALEIROS, 2007, p.24).

Diante de todos esses acontecimentos em relação à criança e o adolescente foi crescente um movimento em favor da “doutrina da proteção integral”, alterando concepções para a garantia de que a infância e juventude fossem preservadas, com saúde, educação, vínculos familiares e, por certo, afastada das frentes de trabalho.

Assim, segundo Faleiros (2007) a ONU- Organização das Nações Unidas, alguns juristas e movimentos sociais na década de 1980 mobilizaram a sociedade e o Estado, “incluindo setores da própria FUNABEM”, para que os direitos da criança e do adolescente passassem a pauta para a homologação de um estatuto próprio (p. 25).

Dentre essas ações, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua foi um dos mais significativos na construção da concepção de criança e adolescente como sujeitos de direito. Silva (2010) ressalta que este movimento mostrava para a sociedade que as “crianças de rua” na verdade eram “crianças que estavam na rua”, pois sua condição econômica e familiar as levava para esta situação. Mostrava que a delinquência disposta no Código de Menores desprezava esta condição e tentava solucionar o problema com as internações.

³⁶ “Movimento constituído em três pontos: elevada taxa de mortalidade infantil, o problema do menor abandonado e a necessidade do médico na medicalização da família tinham como ideologia que a rua era como “a grande escola do mal”. Fundamentada em princípios médicos considerava que a maneira mais eficaz de adestrar a criança pobre era trançá-la em espaços disciplinares, defendiam também o aprendizado de uma atividade profissionalizante inculcando-lhe hábitos de trabalho para mantê-la ocupada. Aspecto teve disposto legal na Constituição de 1934, Art. 138. Foi criticado por ter o sentido oculto de “descartar” tudo que não servia a cidade” (CORREA, 2010).

Silva (2010) descreve ainda que houve uma grande pressão na Assembleia Constituinte (1987-1988)³⁷ pela ‘proteção integral a criança’, desencadeada, principalmente, pela “Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Pastoral do Menor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Nacional Criança e Constituinte” (p.32).

Em 1988, essas entidades organizam-se no Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), com o intuito de resguardar a conquista efetiva dos direitos das crianças e dos adolescentes com base nos Direitos da Criança, sancionado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de setembro de 1959 (SILVA, 2010, p.32).

Assim, foi sancionado no texto da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no Art.227 o reconhecimento à criança e ao adolescente do: “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” sendo dever da família, da sociedade e do Estado “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1991, p.121).

Essas garantias foram reafirmadas em 1990 com Lei nº 8.069 de 13/07/90 Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, que se constituiu um documento na perspectiva de direitos humanos internacionais fazendo valer para toda criança e jovem no território brasileiro. Definindo de maneira mais clara a corresponsabilidade de cada segmento da sociedade civil e Estado com as respectivas atribuições, o avanço estabelece uma política não vendo apenas a população pobre³⁸, mas a sociedade brasileira como um todo.

O ECA amplia o papel do Estado em relação às políticas sociais, aliás, seu teor é mais abrangente do que a própria Constituição Federal. No âmbito nacional, ele continua responsável por orientar e supervisionar as ações, porém reduz sua atuação no campo do atendimento e facilita o surgimento das organizações não governamentais em larga escala (SILVA, 2010, p.34)

³⁷ Formação no Congresso Nacional de membros da sociedade que foram eleitos, exclusivamente, responsável pela redação da nova Constituição tendo o seu mandato expirado depois que o texto ficasse pronto. Os políticos do legislativo que participaram da feitura da Constituição permaneceram em seus cargos após o término desta (SILVA, 2010).

³⁸ “A partir da década de 1980 a concepção de pobreza e de população pobre é entendida como privação relativa enfatizando o aspecto social. O sujeito para sair da linha da pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, certo nível de conforto e o desenvolvimento de papéis e de comportamentos sociais adequados para sua cidadania. Saindo do enfoque anterior de sobrevivência ou simplesmente suprir necessidades básicas” (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

No que diz respeito ao trabalho, o ECA passa a definir como idade mínima para o trabalho, maiores de catorze anos e abaixo dessa idade, salvo na condição de aprendiz, seguindo o texto da Constituição Federal Brasileira de 1988 que colocava como idade mínima catorze anos (BRASIL, 1999).

Devido à história política e econômica do nosso país que tem desconsiderado os direitos sociais, o processo de implantação de políticas específicas para a diminuição do trabalho infantil tomou forma decisiva apenas a partir de 1992. Com a implantação de programas que envolviam outros segmentos do poder estatal, unindo estratégias entre os entes federados e seguindo as orientações do Programa Internacional de Erradicação do trabalho Infantil da OIT (CARVALHO, 2008).

Na verdade, manter crianças e jovens longe das frentes de trabalho, e levá-los para os ambientes escolares, passaram a fazer parte do discurso obrigatório do governo para desenvolver o país (CARVALHO, 2008).

Destacamos como influência de documentos internacionais neste movimento em prol da ‘proteção integral da criança’ as convenções das Nações Unidas para o Direito das Crianças/1989, a Convenção 182 da OIT para eliminação das piores formas de trabalho infantil /1999 e a Declaração do Milênio com ênfase na redução da pobreza e na educação universal/2000 (SILVA, 2010).

No Brasil, evidenciamos os programas de transferência de renda condicionada: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/1996 e a Bolsa Escola/2001 (SILVA, 2010).

Abordaremos nesse trabalho, o PETI que teve como meta manter a população de sete a quatorze anos na escola, com uma atividade complementar no contra turno em diversos ambientes e transferir um benefício financeiro às famílias das crianças e jovens participantes do programa.

O programa se originou no Estado de Mato Grosso do Sul após denúncia³⁹ de crianças que eram exploradas pelas carvoarias (fig.5) localizadas na região de Ribas do Rio Pardo, Águas Clara e Três Lagoas, cujas famílias viviam em condições de

³⁹ [A partir do] “final dos anos 80, começaram a surgir denúncias sobre as condições de vida e trabalho nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, bem como sobre a omissão do próprio Estado em agir para combater esse problema”. [Assim,] “algumas entidades não governamentais (Comissão Pastoral da Terra, Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul, dentre outras) iniciaram um trabalho de denúncia de forma mais organizada e constante” (IPEC, 2008).

vulnerabilidade social⁴⁰ (ZOCAL, 2013). Foi um programa piloto que segundo os resultados positivos se estendeu a outros estados do país.

Figura 5. Foto de Crianças trabalhando em carvoaria- MS



Fonte: arquivo Tribunal Regional do Trabalho; foto preto e branco; Exposição em 2017.

[...] segundo um relatório do FNPETI⁴¹, foram atendidas 1.500 crianças e adolescentes, que trabalhavam em fornos de carvão e na colheita de erva mate. Posteriormente, o programa foi estendido aos canaviais de Pernambuco, na região sisaleira da Bahia, e ampliando-se para Amazonas e Goiás (ZOCAL, 2013, p.6).

Em Corumbá/MS a área urbana foi contemplada com as ações iniciais do projeto, entretanto foi com o Decreto n. 139/1998 que formalizou-se o PETI com “vale cidadania” na primeira comunidade ribeirinha na região do Porto da Manga, a 70 km do perímetro urbano. A comunidade com características econômicas de pesca, coleta de isca, pousadas e sem escola, para que as crianças pudessem ficar afastadas do trabalho com os pais. Inicialmente, foram cadastradas 25 famílias. Assim, neste mesmo período foi implantada a escola pública dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em prédio adaptado. O turno dividia-se matutino com ensino regular e no vespertino o PETI. Neste período era extensão da Escola Rural Nathércia Pompeo dos Santos. (CORUMBÁ, FACOR⁴², 1998).

⁴⁰ “Do latim vulnerare: ferir, lesar, prejudicar ; e ‘bílis – suscetível a, o significado remete a condição inerente ao ser humano, naturalmente necessitado de ajuda em processo de exclusão social”(op.cit. CARMO, 2018).

⁴¹ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

⁴² Fundação de Promoção e Assistência Social de Corumbá – 1998.

Segundo Carvalho (2004), com as parcerias entre Governos Federal, Estados e Municípios em implantar o programa nas áreas mais críticas, favoreceu que ao longo dos anos o PETI se expandisse significativamente.

Em 2000, ele já atendia a cerca de 140 mil crianças e adolescentes no país. Em 2001, houve um grande aumento e, em 2002 esse número chegou a 810.769, beneficiando 2.590 municípios em todos os Estados da Federação (CARVALHO, 2004, p.51).

Nesta perspectiva o programa se estendeu às áreas urbanas das grandes cidades e diversos locais, que apresentavam a presença de crianças e adolescentes, como registra Carvalho (2004):

Como os lixões, o comércio ambulante e em feiras livres, o cultivo de algodão, fumo, café e laranja, a ocupação em cerâmicas e olarias ou em garimpos e pedreiras, entre outras (CARVALHO, 2004, p.51).

Carvalho (2004) apresenta ainda que o programa percorreu um caminho aprimorando as coresponsabilidades sobre a problemática, criando vínculos com as famílias que passaram a outras condicionalidades além de encaminhar os filhos para a escola.

A partir de 2003, no início do Governo Lula⁴³ foi lançado o Programa Fome Zero que vislumbrou uma estratégia com o intuito de maximizar a saída das famílias da linha da pobreza e extrema pobreza no Brasil. Estas ações foram implementadas a partir de 2011 pelo plano do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS, no Programa Brasil sem Miséria já no Governo da Presidente Dilma Rousseff⁴⁴. Pois, organizou estratégias em concomitância, principalmente, com o Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador com a seguinte meta: eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e de erradicar a totalidade do trabalho infantil até 2020 (BRASIL, 2011, p.5).

Segundo Fahel (2016) nesse momento, dos anos 2000, a proposta do programa e estratégias de dar mobilidade às famílias para saírem da linha da pobreza e extrema pobreza foram construídas partindo da concepção unidimensional baseadas na mensuração de pobreza monetária e insuficiência calórica e adotando a recategorização a partir do IPM Índice de Pobreza Multidimensional, que:

⁴³ Luis Inácio Lula da Silva foi Presidente do Governo Brasileiro de 2003 a 2010 (ANDERSON, 2011).

⁴⁴ Dilma Rousseff foi a primeira presidente mulher do continente Americano, seu Governo vigorou de 2011 a 31 de agosto de 2016, com seu *Impeachment*. Disponível em: <http://>

são considerados os indicadores tradicionais de necessidades básicas insatisfeitas: padrão de vida (água, saneamento, eletricidade, combustível para cozinhar, materiais da moradia e amontoamento) e educação (anos de escolaridade e frequência escolar). São considerados pobres todos aqueles privados em ao menos dois dos oito indicadores (FAHEL, 2016, p.5).

A extrema pobreza é definida pelas insuficiências extremas das dimensões, indicadores e critérios de privação dos Índices de Pobreza Multidimensional – IPM (FAHEL, 2016). Exemplificando: Família 1: na Dimensão: educação, no Indicador: escolaridade, no Critério de Privação: não nenhum adulto com Ensino Fundamental I(séries iniciais) completo. E para a pobreza absoluta ou indigência há nulidade dos critérios de privação⁴⁵.

Nessa proposta, os programas envolvendo transferência de renda⁴⁶ tiveram como meta, minimizar problemas sociais, tais como pobreza, pobreza extrema, falta de escolarização, problemas de saúde pública, visto que monitora desde a vacinação obrigatória até doenças endêmicas, situações de violência doméstica, entre outros o trabalho infantil. Mas, como afirma Silva (2010) “É imprescindível pensar que as políticas sociais amenizam as desigualdades, mas não as superam” (p.39). As políticas públicas são importantes e necessárias, entretanto, não conseguem por si transformar uma conjuntura de relações de exploração que mantém o círculo da pobreza e suas consequências.

No aspecto de ampliação e implementação das políticas sociais é possível observar que a eficiência de sua manutenção e demanda da sociedade atendida depende muito mais das ações do Governo⁴⁷ (partido) do que constituído para o Estado⁴⁸ (Lei) realizar. A concepção que um governo possui e o seu compromisso em assegurar uma proposta social e cidadã garantem a eficiência do que está posto pelo Estado, enquanto legislação construída (HÖFLING, 2001). Nesse viés, a sociedade civil necessita ser

⁴⁵ Artigo produzido por Fahel et. al. (2016) analisando dimensões e indicadores do PNAD.

⁴⁶ “São eles: Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa de Renda Mínima (PRM), “Bolsa Escola”, Programa Bolsa Alimentação, Agente Jovem, Auxílio Gás, Previdência Rural. A partir de 2001, por meio do Decreto n. 3.877 é instituído o Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, objetivando a focalização das políticas públicas para a população considerada mais pobre. O “Cartão do Cidadão” aparece no mesmo período como forma de unificação, coordenação e controle da população atendida pela denominada Rede de Proteção Social. Desde 2003, a Bolsa Família unifica os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação, e o Fome Zero passa a ser desenvolvido” (CONDE, 2013).

⁴⁷ “Governo [...] conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período” (HÖFLING, 2001, p. 02).

⁴⁸ “Estado [...] conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo” (HÖFLING, 2001, p. 02).

consciente de seu *status* de direito subjetivo de cidadania e reivindicar sua plena execução para eficácia dos programas.

Na perspectiva de corresponsabilidade, coube ao Ministério da Educação -MEC e de Assistência Social, junto às Secretarias Municipais contribuir na formatação do programa PETI nas comunidades com vulnerabilidade social, oferecendo atividades no contra turno às crianças e adolescentes conforme cadastro social. Esse contra turno foi oferecido em lugares variados, desde barracões de igreja, associações de moradores e alguns casos, na própria escola da comunidade; como exemplo nas áreas rurais pela falta de espaços que pudessem compor as oficinas (BRASIL, PETI, 2001).

2.2: O PETI: alcance e limites de um Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O PETI foi criado no contexto de países signatários da OIT para atender, inicialmente, crianças a partir de sete anos e jovens até catorze anos, incluindo como parte das políticas de concessão de benefícios (bolsa) para famílias em situação de pobreza e exclusão social, que se comprometessem em mantê-los longe das frentes de trabalho e estudando. Esta frequência escolar é monitorada pela Secretaria de Assistência Social que alimenta o cadastro único das famílias, informando ao sistema por meio dos relatórios encaminhado pelas escolas ao órgão central. É financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com participação de estados, municípios e colaboração da iniciativa privada e sociedade civil (BRASIL, Lei n. 10.219, 2001).

A família que for inserida no PETI recebe uma bolsa mensal para cada filho com idade de 7 a 14 anos que for retirado do trabalho. Para isso, as crianças e os adolescentes devem estar frequentando a escola e a jornada ampliada, ou seja, em um período eles devem ir para a escola e no outro, participar das ações realizadas na jornada ampliada, onde terão reforço escolar e atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer (BRASIL, 2001, p.3).

De acordo com a Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, a frequência à escola é uma das condicionalidades para o acesso a bolsa, entretanto, há outros aspectos como: frequência ao médico, cartão de vacina em dia, monitoramento de peso adequado à idade e estatura, possuir todos os documentos civis, senão, a Assistência realiza os encaminhamentos para cartórios e promotoria se for o caso. E nos casos de outros benefícios que dependam da previdência social a equipe deve direcionar o atendimento.

A Lei ainda fixa que as bolsas correspondem na família o equivalente a *per capita* de até um $\frac{1}{2}$ do salário mínimo e que configure situação de trabalho infantil. Esse valor torna-se irrisório frente a algumas situações de trabalho, visto que toda família trabalhando alcança o dobro do valor do benefício. No entanto, em muitos casos, esse benefício e a condicionalidade redefiniu a mudança da família de extrema pobreza para pobreza (TAVARES, 2008; PAIVA, 2013).

Na perspectiva de novo perfil social para a população pobre, a transferência de renda propicia nova condição de circulação de serviço e produtos nos bairros periféricos e a ampliação de matrículas na rede de ensino público. Há melhoria em algumas taxas de desenvolvimento humano, como exemplo o baixo índice de mortalidade infantil e aumento na longevidade da população mais carente (BRASIL, IBGE, 2015). O monitoramento do Cartão de Vacina, saúde das crianças, gestantes e idosos contribui para os aspectos registrados pelos arquivos do IBGE.

No entanto, o programa buscava em seu contexto não apenas mudar qualidade de vida, mas também mudar a concepção de vida para a infância brasileira. Silva (2010) expõe que, culturalmente, o trabalho infantil era como benefício para a “educação doméstica e de provimento material do orçamento da família”. Assim, a mudança de pensamento era necessária, a sociedade passaria “por um processo de reeducação para entender que essa fase não é apropriada para o trabalho, sobretudo de forma obrigatória, muito menos trabalho penoso ou desumano” (SILVA, 2010, p.54).

E esta mudança de concepção, segundo Arroyo (org.; 2010) deve ir além, compreendendo que precisamos pensar os desiguais como um problema a ser resolvido, pois, somente assim, o Estado como formulador de políticas e o Governo como executor dessas políticas públicas podem garantir a eficiência dos programas e projetos como solução para sociedade brasileira.

Zocal (2013) registra em sua análise a caracterização da população que ao longo da década de 2000 movimenta os índices do trabalho infantil citando que há uma maior incidência na participação das meninas no trabalho do que os meninos, principalmente na área urbana. E da população negra e parda em relação à branca. Na área rural, a taxa de trabalho infantil era mais elevada do que na área urbana, porém esse quadro vem se alterando e aumentando nos centros urbanos, de forma singular devido à mecanização agrícola. E em se tratando de regionalidade, as taxas de participação são mais elevadas no Sul e no Sudeste do que no Norte e no Nordeste.

Outro dado importante observado por Silva (2010) refere-se às informações demográficas da população de crianças e jovens no Brasil a partir da década de 80, que, tinha a seguinte proporção:

Em 1980, essa porção era de 37,5 milhões de pessoas, ou 18,8% da população total; em 1990, as crianças e adolescentes somavam cerca de 44 milhões de pessoas, ou seja, 29,93% da população. Esse crescente aumento do número de habitantes, dentro da faixa etária de referência, só recuou ao final desta última década (SILVA, 2010, p.52).

O PETI no começo baseou-se nas orientações da Convenção 138 (1973), porém, após a Convenção nº 182 (1999) da OIT que elucidou a atividade perigosa, penosa, insalubre e degradante do trabalho infantil, o programa estabeleceu novas metas a partir desse padrão, conforme apresenta o quadro abaixo:

Quadro 3: Atividades perigosas, penosas, insalubres e degradantes do trabalho infantil:

Na área urbana	Na área rural
<ul style="list-style-type: none"> • Comércio em feiras e ambulantes; • Lixões; • Engraxates, flanelinhas; • Distribuição e venda de jornais e revistas; • Comércio de drogas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Culturas de sisal, algodão e fumo; • Horticultura; • Cultura de laranja e de outras frutas; • Cultura de coco e outros vegetais; • Pedreiras e garimpos; • Salinas, cerâmicas, olarias; • Madeireiras, marcenarias; • Tecelagem • Fabricação de farinha e outros cereais; • Pesca; • Cultura da cana-de-açúcar; • Carvoaria e Cultura do fumo.

Fonte: Brasil, Manual PETI (2001);

De acordo com Manual PETI, as famílias que foram cadastradas recebiam diretamente o benefício por meio do Cartão Cidadão pelo agente operador Caixa Econômica Federal. Geralmente, o cadastro era feito para a responsabilidade da mãe ou outro membro da família reconhecido no ato do cadastro. Seguindo as orientações os valores em reais eram assim distribuídos:

Na área rural, o valor da bolsa é de R\$ 25,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que for efetivamente retirado do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Na área urbana, o valor da bolsa é de R\$ 40,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que efetivamente for retirado do trabalho. Esse valor pode ser adotado apenas nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250.000 habitantes. Nos demais municípios, o valor da bolsa é de R\$ 25,00 per capita (BRASIL, PETI, 2001, p. 6).

O Programa articulava em sua base o contra turno, denominado Jornada Ampliada - JA, para que o período que a criança e ao adolescente não estivesse em sala de aula, ficasse afastado do trabalho. Propunha um eixo pedagógico que execute atividades complementares “para o desenvolvimento socioeducativo e cultural da criança e do adolescente assistidos – um instrumento de consolidação da inclusão social” (BRASIL, PETI, 2001, p.5).

A organização dessas atividades dispunha de dois núcleos, sendo um básico e outro específico considerando a regionalidade, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4 : Eixo Pedagógico da Jornada Ampliada:

<p>Núcleo básico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enriquecer o universo informacional, cultural e lúdico de crianças e adolescentes, por meio de atividades complementares e articuladas entre si, destacando aquelas voltadas para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e as atividades lúdicas. Apoiar a criança e ao adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua autoestima, em estreita relação com a família, à escola e a comunidade. 	<p>Núcleo específico:</p> <p>Desenvolver uma ou mais atividades artísticas, desportivas e/ou de aprendizagem, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • atividades artísticas em suas diferentes linguagens que favoreçam a sociabilidade e preencham necessidades de expressão e trocas culturais; • práticas desportivas que favoreçam o autoconhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico; • atividades de apoio ao processo de aprendizagem, por meio de reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental e outros, de acordo com interesses e demandas, especificidades locais e capacidade técnico-profissional do órgão ou organização proponente; ações de educação para a saúde, priorizando o acesso a informações sobre os riscos do trabalho precoce, a sexualidade, gravidez na adolescência, malefícios do uso de drogas, DST/AIDS, entre outros temas.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Brasil, Manual PETI, 2001.

A construção do programa ao longo do país ocorreu situações semelhantes desde a formatação dos núcleos até os aspectos de caracterização da comunidade envolvida. Pode-se considerar como aspectos positivos a saída da vulnerabilidade e a oportunização de estudos, como melhoria nos aspectos sociais. Como ponto negativo foi apontado à estagnação a partir da transferência de renda (SILVA, 2010), ou que Tavares (2008) registra como “efeito preguiça” por algumas famílias atendidas que passam a viver apenas com a renda do programa, ocasionando um comodismo em busca de trabalho ou qualificações.

Ainda para Silva (2010), a política pública de erradicação do trabalho infantil teria mais aspectos positivos se alcançasse a determinação de municipalização dos programas de enfrentamento, que houvesse nos municípios interesse político para enfrentar suas especificidades, considerando as áreas com maior criticidade, porém tão somente acolhem as regras do Programa Federal. Assim,

Há uma diferença entre apoiar o PETI e fomentar uma política de prevenção e eliminação do trabalho infantil, que estabelece certo número de programas e projetos, envolvendo as áreas de saúde, educação e agricultura (SILVA, 2010, p.55).

Podemos notar isso pela pesquisa de campo de Alberto et. al. (2016)⁴⁹, que por meio de seus registros é possível constatar a falta de implementação do poder municipal. Participaram da pesquisa 359 educandos e 153 famílias, que relacionaram como pontos positivos: a retirada da situação de risco, a retirada das crianças da rua e a melhora no comportamento. Os aspectos negativos mais relevantes apontados foram: a pouca variedade de cursos nas oficinas, falta de educadores mais capacitados e questões de infraestrutura dos locais onde funcionavam as oficinas, que geralmente eram adaptados. E a variante de um núcleo para o outro, dos vinte e cinco pesquisados, estava a afirmação que não havia mudado nada com relação ao trabalho, continuavam envolvidos de alguma forma.

O PETI como um modelo de transferência de renda e atividades que condicionem a crianças e jovens a estarem afastados da exploração do trabalho infantil, teve sua gênese em 1995, que passou por várias reformulações, agregando outras políticas que serão apresentadas resumidamente no quadro abaixo:

Quadro 5. Principais eventos para as Políticas de Erradicação do Trabalho Infantil:

De *1995 a 1997	Algumas experiências de transferência de renda de cunho municipal e distrital
1996 -	Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em território Nacional e meta de ampliação do tempo escolar
2000 - Portaria nº 2.917	Estabelece as Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.
2005 – PETI e Bolsa Família-	O PETI foi incorporado à Bolsa Família. Perdendo o foco principal de erradicar o trabalho infantil
2009 –	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Abrange ações do PETI.

Fonte: www.fundacaotelefonica.org.br (quadro organizado pela autora).

⁴⁹Pesquisa realizada nos núcleos da capital João Pessoa-PB.

Com todas as mudanças Alberto et. al. (2016), considera que a diferença do programa do início para depois de ser agregado ao Programa Bolsa Família - PBF estava, que, antes havia na estrutura as oficinas da Jornada Ampliada, ou seja, a criança se mantinha afastada das frentes de trabalho após o ensino regular e a família estava incluída na transferência de renda. A seu ver, o PBF, como transferência de renda e condicionalidade fez com que o objetivo de erradicar o trabalho infantil perdesse força.

Como esta pesquisa de Alberto et. al. (2016), tratou de núcleos urbanos a maior parte dos entrevistados afirmou que entraram no programa pela situação de rua e não por configurarem situação de trabalho infantil.

Embora a retirada do trabalho infantil seja vista como um dos objetivos ou contribuições do PETI, o Programa não foi visualizado como o aspecto primordial nem pela totalidade dos educandos e das famílias, não em termos de erradicação, já que apenas 18% dos dois grupos ressaltaram como contribuição do PETI retirar do trabalho infantil. Então os dados reforçam as concepções de que a mudança do programa o descaracterizou (ALBERTO et. al., 2016, p. 466).

Para Silva (2010), o PETI perdeu-se em si mesmo a partir do momento que estabeleceu os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Na sua análise os “gestores públicos desobrigam-se dos serviços” de enfrentamento, pois houve uma acomodação, as crianças vão à escola, mas continuam trabalhando.

Os autores Rua (2007) e Cacciamali, Tatei, & Batista (2010), também discorrem sobre esta proposição de descaracterização da política de erradicação do trabalho infantil, e consideram que as mudanças levaram ao foco de minimização da pobreza, em caráter de consumo, e não a matriz que leva ao desenvolvimento humano.

Os programas de transferência de renda são eficazes ao atender aos mais pobres e elevar a assiduidade escolar e médica a curto prazo. No entanto, ainda não há evidências consistentes sobre a eficácia dessas políticas no combate ao trabalho infantil sem a garantia de ações complementares na oferta de serviços de educação e saúde com qualidade (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010, p.280).

Com essa afirmativa percebe-se a fragilidade de informações dos resultados sobre as políticas de erradicação do trabalho infantil, pois se perde nas causas reais da pobreza e do trabalho, nada fica consistente, ou seja, o programa acaba e a maioria das famílias atendidas volta ao estágio inicial, poucos alcançam uma escolaridade maior, condições de moradia, trabalho e saúde de qualidade.

Conde (2013), em sua tese expõe que o PETI não interrompe o ciclo da pobreza, pois segundo sua pesquisa, muitas crianças que frequentam a escola deixam de trabalhar apenas no período do estudo e ao retornarem para casa retomam a atividade laboral, visto que precisam ajudar no orçamento doméstico. Já que o programa condiciona a frequência mínima, mas não impede de trabalhar, e não possui a obrigatoriedade da jornada ampliada no contra turno escolar. Essa pesquisa foi realizada na região Sul do país, no plantio de fumo cujo período pactuou-se manter a criança fora da área de plantio, estruturando e melhorando as escolas da região.

A mesma autora pondera que mesmo ocorrendo este investimento, ele não se constitui, de forma aleatória está vinculado em assistir o sujeito, mas promovendo uma condição de prepará-lo para o mercado pela educação ou outros mecanismos de qualificação. Como exemplo, houve investimento com ensino da informática a fim de ampliar a formação dos filhos dos camponeses em técnicas e qualificação para a agricultura informatizada.

Carvalho (2004) aponta que, embora tenha mostrado melhoria nas taxas de repetência, evasão e afastamento das frentes de trabalho, o programa continuava ineficiente por não alcançar a raiz do problema social que levava ao trabalho infantil. Em sua pesquisa relata que após auditoria parcial em 2000, o Tribunal de Contas da União relacionou os principais embates na formatação do Programa:

Entre os primeiros estão uma cobertura insuficiente das crianças que exercem atividades laborais; atrasos recorrentes no repasse de verbas e no pagamento das bolsas; insuficiência do apoio e da contrapartida das prefeituras para a implantação da Jornada; ausência de critérios, falta de fiscalização, interferência política e clientelista na escolha das crianças contempladas; carência de maior controle sobre as verbas repassadas aos governos locais; desarticulação entre a escola regular e a Jornada; funcionamento da mesma em condições inadequadas; baixa qualificação dos monitores, cuja capacitação é bastante variada entre os municípios (CARVALHO, 2004, p.51).

Aliado a estas questões, os recursos repassado ao Fundo Municipal de Assistência Social para que fosse efetuada a compra de materiais e serviços como as monitorias, todas as despesas na rubrica de custeio, foram pouco a pouco diminuindo e atrasando para cumprir os processos licitatórios. Até 2004, o PETI caminhou com recursos específicos com a influência da UNICEF e OIT, como forma de garantir que o problema fosse visto com suas particularidades e necessidades reais. Porém, a partir de 2005 passou a verba conjunta com o Programa Bolsa Família trazendo dificuldade na

manutenção e funcionamento da jornada ampliada condicionalidade do PETI. (BRASIL, 2011).

No aspecto de atendimento à família o Programa procurou ampliar algumas ações, como a parceria com o Programa Nacional de Geração de Renda – PRONAGER que pretendia capacitar pessoas com baixo nível de escolaridade e baixa qualificação profissional,

[...] O PRONAGER parte da capacitação de pessoas desempregadas e/ou subempregadas, para sua organização em empresas, associações e cooperativas de produção de bens e/ou serviços, com competitividade no mercado. A parceria com o PETI permite o acesso prioritário das famílias das crianças e adolescentes ao Pronager, de modo a possibilitar a inserção econômica e social das mesmas, contribuindo para a superação de sua situação de pobreza (BRASIL, PETI, 2001, p 12).

Carvalho (2008), na sua pesquisa afirma que “a iniciativa não teve sucesso esperado por falta de assistência técnica, microcrédito e outros apoios para os encaminhamentos. Há registros com exceção na região sisaleira do Estado da Bahia que o programa deslanchou com a parceria municipal do Programa Prosperar e com a participação de uma equipe multiprofissional assessorando as famílias” (2008, p.2).

O PETI no período até 2013 esteve incluso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que no âmbito do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com ações (fig.6) da Proteção Básica e Proteção Especial nos Centros de Referência da Família.

Figura 6: Imagem: Cartaz sobre as ações do PETI:



Fonte: Módulo 2, Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Analisando a evolução do enfrentamento ao trabalho infantil, podemos citar os registros da pesquisa do autor Costa Junior (2013), que baseou no Censo 2000 e 2010 para comparar em uma década como as crianças e jovens pelas diversas regiões do Brasil se movimentaram nas atividades laborais. Seus estudos se atentam as piores formas de trabalho, evidenciando as ações dos programas das políticas públicas.

O referido autor analisou a faixa etária de 10 a 15 anos, de modo que no ano 2000, de acordo com o Censo, 690.538 crianças encontravam-se na condição de trabalho infantil degradante e em 2010, totalizou 620.292 crianças (COSTA JR, 2013).

Costa Junior (2013) contribui ainda mapeando a proporção do problema por região brasileira registrando que de acordo com a população da faixa etária de 10 a 15 anos, no Sul 45%, encontram-se nas piores formas de trabalho, seguido pelo Sudeste com 44%, o Norte com 40% e o Nordeste com 30,6%. Destacando-se no período do ano 2000 a região Centro Oeste com 55,6% de crianças em situação de trabalho infantil. Para o ano 2010,

A região Norte diminuiu consideravelmente os casos de trabalho perigoso, passando a ter 33,5% de crianças nessas atividades. A região Nordeste teve 31,2%, a região Sudeste teve pequena redução, passando a ter 41,8% de crianças em trabalhos perigosos. A região Sul teve 47,8% e a Centro Oeste 48,7% de crianças em atividades perigosas (COSTA JR, 2013, p.59).

A frequência escolar contribui, substancialmente, com o afastamento das crianças do universo do trabalho, e à medida que se tornam mais próxima dos dezesseis anos aumenta o número de desistência à escola e o ingresso em mais horas de trabalho por dia. E as regiões onde o enfrentamento teve maior impacto foram as regiões Norte e Nordeste, pela influência de algumas ações das secretarias municipais com programas auxiliares. Mas, as regiões Sul e Centro-Oeste possuem a maior concentração das piores formas de trabalho infantil no Brasil (COSTA JR, 2013).

Este mesmo autor, conclui que na década de 2000 houve uma diminuição do trabalho infantil, embora ressalte que a incidência de jovens tenha aumentado, principalmente nas frentes de piores formas de trabalho infantil, e que se concentram na maior parte nas regiões metropolitanas.

Ainda, segundo a autora Costa, R. (2014), algumas linhas de análise sob a ótica do desenvolvimento econômico denominam o ponto negativo o ‘efeito de desincentivo’ ao trabalho; ou seja, as famílias ficam dependentes da assistência do Estado. Os

economistas seguem desenhando as contradições do programa caracterizando como ‘efeito-renda’ e ‘efeito-substituição’⁵⁰ que são importantes para minimizar os efeitos da pobreza; expõem que o resultado positivo será alcançado se o efeito substituição for maior do que o efeito renda, pois ao substituir as crianças e jovens que não contribuíram mais com renda familiar e sua força de trabalho, o adulto promove outra referência na qualidade de vida à família.

No entanto, se o efeito-renda foi predominante sobre o efeito substituição, o adulto fica na linha compensatória da transferência de renda e o adulto se acomoda, ou quando muito, tenta compensar buscando a informalidade com baixos salários, não cumprindo requisitos previdenciários para seu futuro. Tende, assim, manter a melhora temporária, ao término do programa volta ao ciclo da pobreza, condenando sua geração. Isso ainda, considerando o fato do programa unificar os valores repassados per capita para todo país, em muitas regiões o valor não corresponde ao valor que aquela criança ou jovem receberia se tivesse trabalhando. (TAVARES, 2008).

Esta análise dos autores que identifica como dependência da assistência do Estado, tornando-se um comodismo em conquistar outros patamares de qualidade ou oportunidades de emprego, assim como também qualificação, nos faz refletir e atentar sobre a realidade das famílias ribeirinhas, sujeitos desta pesquisa, visto que, no local da comunidade poucas são as oportunidades de realizar outras atividades além das que já atuam. E as famílias trabalham na pesca, coleta de isca e outras atividades relacionadas ao movimento do rio mesmo recebendo benefícios. Os autores Amâncio (2011), Pereira (2015) e Santos Jr.(2008) retratam as atividades laborais das comunidades ribeirinhas como um movimento contínuo e diário.

Outra situação identificada como descontinuidade do programa foram os jovens egressos de quinze anos, que até o ano 2000 saiam do programa e deixavam de ser monitorados, como resultado evadiam-se da escola e voltavam-se ao trabalho (COSTA JR, 2013). Com a Lei da Aprendizagem n.10.097/2000 sancionada criou ações específicas para esta faixa etária, como o Agente Jovem e, posteriormente, o Aprendiz Legal, com o intuito de receber qualificação profissional, continuidade da escolarização e futura inserção no mercado de trabalho.

⁵⁰ BRITO, Alessandra Scalioni. Programa Bolsa Família e Mercado de Trabalho: uma análise das limitações e possibilidades da PNAD e do Cadastro Único. 2011.; TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. 2008.

Podemos definir que as contradições e limites do PETI desenvolvido no Brasil geraram efeitos positivos a uma parcela da população atendida. De um modo geral, as produções que tratam do PETI consideram que o enfrentamento ao trabalho infantil está no equilíbrio das ações como: estratégias relevantes a qualidade de vida da população; ao acesso da escola pública de qualidade; a salários dignos para sobrevivência de uma família e perspectivas de emprego, tanto ao jovem aprendiz como define a lei, como também ao adulto ativo.

2.3 A situação atual do trabalho infantil no Brasil e as estratégias de enfrentamento

Como já tratamos aqui a partir da implantação do PETI em nível nacional em 1996, muitas foram as transformações no cenário brasileiro, regiões que possuíam grande índice onde crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho, tiveram a realidade social, substancialmente, modificadas. Desde então, foram implementadas ações e estratégias complementares ao programa, tanto no âmbito municipal quanto estadual a fim de atender as metas do PETI.

Após 2013, com base no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção ao Adolescente Trabalhador e na Carta de Constituição de Estratégias em defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e Adolescente, o Governo brasileiro unificou a rede envolvendo de forma mais direta ações coordenadas pelos seus ministérios a fim de cumprir meta até 2020 para a erradicação do trabalho infantil no país.

Segundo o portal governamental os CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social e os CRAS - Centros de Referência de Assistência Social responsável direto em atendimento as famílias deviam identificar e dar preferência à demanda de famílias que constataste ocorrer à exploração do trabalho infantil.

Nesse fundamento foi constatado pelos órgãos de estatística do país e divulgado pela Fundação Abrinq⁵¹ que cerca de 2,6 milhões de crianças encontra-se em atividade laboral remunerada ou não. Esse índice aumentou a exploração na faixa etária de crianças de 5 a 10 anos. Com evidência na maioria dos casos nas regiões Nordeste e Sudeste.

⁵¹ Fundação Abrinq é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1990 cujo objetivo é de mobilizar a sociedade, por meio de ações, programas e projetos, fortalecendo políticas públicas de garantia aos direitos à infância e adolescência. Disponível em www.fadc.org.br

No panorama nacional fica assim registrado no monitoramento:

que entre os anos de 2005 e 2013 houve uma redução de 81% do trabalho infantil. Em números seria de 312.009 para 60.534. Já de 2014 para 2015, o aumento de 11% foi visto, saltando de 69.928 para 78.527 (MEDINA, 2017).

Nesse viés de análise estima-se que 1,2 milhões de crianças são traficadas por ano para servidão doméstica, prostituição, casamentos precoces e trabalhos perigosos⁵². E que houve aumento significativo na inserção de meninos na prostituição, e que a faixa etária de 15 a 17 anos não consegue concluir o ensino médio e estão mais propensas ao trabalho. Configurando baixa escolaridade, se tornando adultos em busca de subemprego perpetuando o ciclo da pobreza (MEDINA, 2017).

Contribuindo com esse aspecto, o Brasil apresenta em seu quadro educacional o número de escolas insuficientes para atender a demanda dessas crianças, principalmente, nas áreas rurais, o acesso à escolas existente, em muitos casos torna-se uma aventura ou ‘castigo’ diário, como relatado pelo painalista Dr. Ivan Capelato⁵³ que acompanhou o monitoramento de crianças na região Norte que levam cerca de oito horas no transporte para chegar à escola, desestimulando a frequência diária. Ficando assim, mais sujeita a auxiliar nas atividades domésticas ou para acompanhar os pais em frentes de trabalho. São crianças que segundo estatísticas IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística determinam o déficit educacional de 3,5 milhões de pessoas em idade escolar fora da escola, por falta de unidades ou dificuldade de acesso, e que na sua maioria encontra-se em situação de exploração no trabalho infantil.

Segundo o autor Mesquita (2015), apesar dos dados serem desanimadores no que dizem respeito à área rural, as informações atuais demonstra a redução no índice de crianças trabalhando.

Nessa perspectiva de análise, o monitoramento dos problemas social e econômico acarretado pelo trabalho infantil, a ausência de saúde e educação, deu origem desde finais da década de 70 do século passado, de vários organismos sem fins lucrativos com a proposta de discutir direitos da criança e adolescentes. Algumas destas fundações trilharam ações e projetos que são reconhecidos pelo poder público, inclusive com parcerias pública privada. Esta inserção intensificou a criação e participação dos

⁵² PNAD 2012.

⁵³ Painalista do Seminário do Trabalho Infantil: Realidades e Perspectivas, Brasília-DF, 2014. ⁵³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mAgHoTSnUeg>

Conselhos Municipais, contribuindo na organização de estratégias para combate ao trabalho infantil (CONDE, 2013; PAIVA, 2013; ECA, art.88, 1990).

Analisando *sites* de algumas fundações, observa-se que essas fundações desenvolvem as mesmas atividades dos CRAS com o diferencial de possuírem recursos próprios facilitando o atendimento mais pontual, sem os efeitos da burocracia do serviço público, no entanto, sua margem de atendimento é menor em relação aos centros de referência. Assim, como o CRAS, desenvolvem projetos com as crianças e seus familiares, e impõe condicionalidade de acompanhamento da saúde, nutrição e escolaridade. Essas oficinas afastam crianças e jovens da situação de rua e presença precoce no trabalho.

Com a Lei da Aprendizagem essas fundações assumem na atualidade um papel social de acolhimento à faixa etária de 13 a 17 anos, com exemplos positivos de atendimento a jovens, qualificando e inserindo de forma legal no mercado de trabalho. Com situação que não causem problemas de saúde, emocionais e de continuidade na vida juvenil. No terceiro Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Estimulo à Aprendizagem realizada em 21 de outubro de 2016, em Brasília de 2016, foi amplamente discutido no painel Experiências e Boas Práticas no Brasil, que apresentaram algumas fundações⁵⁴ que atendem essa demanda qualificando e afastando da exploração do trabalho e garantia dos direitos à saúde, cidadania e educação.

Ainda no campo dos aspectos educacionais o Plano Nacional de Educação - PNE⁵⁵ define metas de escolarização para a Educação Básica até 2024, para que sejam estruturadas estratégias e ações que alcancem este objetivo, contribuindo que monitorem a faixa compreendida entre 0 a 17 anos. Isso, mesmo que de maneira frágil favorece e concilia às ações protetivas e assistencialistas do MDS, preventivas do Ministério da Saúde e fiscalizadoras do Ministério do Trabalho.

No tocante ao PNE 2014-2024 as metas que contribuem como políticas de garantia de escolarização na idade certa e manutenção de crianças e jovens fora das frentes de trabalho estão: a Meta 1: atender até 50% das crianças de 1 a 3 anos na Educação Infantil. Na Meta 2: atender na conclusão do Ensino Fundamental até 95% da

⁵⁴ Participaram do painel as fundações: CIEE- Centro de Integração Empresa-Escola, Fundação Roberto Marinho, Grupo Salesianos e representantes do Sistema S. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mAgHoTSnUeg>

⁵⁵ Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) aprovado pelo Congresso Federal da Lei 13.0005 [cujas finalidades foram direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país]. Com força de lei, o PNE estabelece 20 metas a serem atingidas até 2024.

população na faixa etária de 6 a 14 anos. Na Meta 3: universalizar o atendimento de 15 a 17 anos na conclusão do Ensino Médio, totalizando 85% desta faixa Etária. Na Meta 6: ofertar em até 50% das escolas públicas o ensino em tempo integral, o que permitiria ocupar o tempo ocioso das crianças e jovens, afastando das situações de rua ou ocupações doméstica para terceiros.

Na faixa etária de 15 a 17 anos acordou como meta qualificar em nível médio para que tenham condições de assumir na maioridade funções com salários melhores. “Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2014, p.10). Em tese desenha um novo perfil de jovem para o mercado de trabalho, com mais qualificação para atender interesses de produção no mercado, discursando a garantia de qualidade de vida.

Em específico às comunidades rurais está definido na Meta 8: como política de inclusão, a fim de igualar a escolarização “para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados” (BRASIL, 2014, p.11). Essa meta é descrita nas considerações do plano como um desafio ao município e ao estado, por ter que ampliar a oferta de vagas e construção de escolas nas áreas afastadas para legitimar o acesso à educação.

Todas as vinte metas descritas no PNE como força de Lei possuem financiamento específico para encaminhamentos estratégicos no fortalecimento da educação pública no país. Entretanto, a sua operacionalização encontra limitações gerando as contradições do Sistema Educacional Brasileiro de atingir, minimamente, os índices frente às demandas existentes. Assim, alcançamos 3,5 milhões de crianças e jovens fora da escola, de uma população estimada em 207.660.929 habitantes, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE-2017.

Na instância do trabalho, o Ministério tem como proposta atual manter a intenção dos acordos internacionais para a erradicação do trabalho infantil, assim como, o combate a todas as formas de exploração dos subempregos. O País avançou na regulamentação na

Contratação de pessoas com deficiência e a instituição de cotas nas empresas, em 1999; a indenização por danos morais e assédio praticado pelo empregador, em 2002; a regulamentação da contratação de aprendiz, em

2005 (grifo meu); a lei de estágio, em 2008; o aviso prévio proporcional, em 2011; e a regulamentação de trabalhadores domésticos, em 2013 (BRASIL, 2016).

Aliada a estas regulamentações vieram o incentivo a combater a informalidade com objetivos diretos de proteger o trabalhador para contribuir na arrecadação previdenciária, no Fundo de Garantia, no imposto de renda e no salário-educação. Isto posta, por ser um dos grandes problemas no Brasil. Esta ação favoreceu a uma situação criada pelas atividades para as famílias nos CRAS, visto que ao promover oficinas de qualificação em diversas atividades as pessoas acabavam partindo para a informalidade. Resolvendo seu problema de renda familiar, porém ficava desprotegido perante as leis de mercado, o que, posteriormente, criava outros problemas sociais (CACCLIAMALI et al., 2010; ALBERTO et. al., 2016).

Frente às inúmeras atividades familiares que surgiram, o Sistema S contribuiu com as formações pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas⁵⁶ para que os pais e responsáveis capacitados nos CRAS e CREAS tivessem acesso a informações que contribuíssem para a legalização do seu negócio e permanência no mercado, por mais simples que fossem facilitando a emissão de notas fiscais. E isto, de certa forma, também monitorava a família envolvida como condicionalidade (WITTACZIK, 2008).

Todas as ações governamentais colaboraram para minimizar a exploração do trabalho infantil, porém, o país está longe de atingir suas metas de erradicação conforme estabelecido nas expectativas e acordos com os organismos internacionais. As secretarias de assistência social não conseguem atender toda demanda pelo fato de algumas famílias não corresponderem aos requisitos para inclusão nos programas e em muitas regiões por falta de vagas para novos cadastros (PAIVA, 2013).

Paiva (2013) analisa que a influência dos programas aliada a algumas mudanças no cenário econômico e educacional do país, favorecendo um perfil diferente na constituição das famílias desde 2003. Como exemplo, a diminuição da quantidade de membros por família, o grau de escolarização do chefe na família, a definição do gênero do chefe da casa, a movimentação da área rural para a urbana e, principalmente, a

⁵⁶ O SEBRAE é um serviço social autônomo brasileiro, parte integrante do Sistema S que objetiva auxiliar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, estimulando o empreendedorismo no país. Inclui a Micro empresas individuais. Disponível em www.sebrae.com.br

definição dos programas por região brasileira, visto que em alguns lugares ocorreram maior investimento e ampliação do programa.

Esses aspectos, segundo Paiva (2013) desenharam um novo público no trabalho infantil, ampliando a faixa etária, entretanto, em contrapartida, como intensificou as fiscalizações e canais de denúncia no trabalho oficial, aumentaram os índices de prostituição, tanto de meninas quanto de meninos, e a exploração em atividades informais ou domésticas no campo.

Nesse panorama, segundo o Observatório da Criança em 2015 o Brasil tem na faixa etária de 5 a 17 anos o equivalente a 2.671.893 pessoas ocupadas. E no Mato Grosso do Sul o correspondente a 45.954 pessoas em situação de trabalho formal e informal.

Segundo Gonçalves (2011) a legislação tem tentado garantir que as desigualdades entre os sujeitos sejam minimizadas, porém as ações que tentam promover esta igualdade esbarram em inúmeros obstáculos para alcançar resultados supra positivos. A economia, a política governamental, a educação e outros elementos sociais compõem os obstáculos que Gonçalves (2011) denomina de ‘persistência intergeracional do trabalho infantil’, que vem da pobreza e gera pobreza em um país. Um ciclo que não se encerra, pois uma ação por vez desencadeia outro problema, como o exemplo da faixa etária que ainda permanece em condição de trabalho, dos 14 aos 16 anos, sem concluir o Ensino Médio, segundo estatísticas do IBGE -2014.

Isto leva jovens que por questões de sobrevivência vão para o mercado de trabalho, se sujeitando as condições de subemprego, abandonando os estudos e se tornando adultos sem escolaridade ou qualificação, seguindo o círculo de serem empregados com salários baixos, definindo como uma das características de perpetuar a situação de pobreza.

Na construção deste capítulo, refletimos a partir dos marcos legais da infância e juventude no Brasil e podemos afirmar que a legislação e as ações oriundas delas se constituíram ao longo dos séculos XX e no início do século XXI criando um sistema de proteção e combate ao trabalho infantil. No entanto, os aspectos relacionados a desigualdade social nos permitem entender que existe uma complexidade em efetivar uma política que garanta condições de renda às famílias ou permita afastá-las da exclusão social para que não justifiquem depender do trabalho de suas crianças e

jovens. E desta maneira os direitos à infância e juventude elaborados até hoje possam ser vivenciados plenamente.

No capítulo seguinte dessa dissertação trataremos sobre as origens das escolas nas comunidades ribeirinhas no município de Corumbá, considerando a peculiaridade desta criação a partir de denúncia ao enfrentamento do trabalho infantil. Esta ação deu origem às Escolas Rurais Paraguai Mirim e São Lourenço na região do Alto pantanal sul mato-grossense e abordaremos a partir daí, o panorama anterior e posterior à criação das escolas para comunidade, numa reflexão da complexidade de envolvimento das políticas públicas e sua efetivação para a inclusão social.

3. A ORIGEM DAS ESCOLAS NO PANTANAL

O presente capítulo tem como objetivo descrever o processo de implantação das unidades escolares nas comunidades do São Lourenço e do Paraguai Mirim, considerando que esse fato se deu como uma das ações de enfrentamento ao trabalho infantil na região de Corumbá, a partir do ano de 2004.

Sendo assim, pretende-se analisar a relação entre a criação dessas escolas e a implantação do PETI nessas regiões acima citadas.

Primeiramente, apresentaremos as características de cada uma das regiões para posteriormente descrevermos o processo de implantação das duas escolas destacadas nesse trabalho de pesquisa.

Além disso, pretende-se discutir, a partir dos relatos dos entrevistados, a importância dessas escolas para as comunidades locais.

Todas as informações contidas nesse capítulo tiveram como base as seguintes fontes: os documentos das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Corumbá, da Secretaria de Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, do Ministério Público Estadual e Federal, e das dez entrevistas realizadas.

Segue abaixo um quadro apresentando os sujeitos entrevistados:

Quadro 6. Perfil dos sujeitos entrevistados: (CAEE 79976317.9.0000.0021)

(*)	Papel que desempenha (ou)	Idade	Sexo	Escolaridade
Janete	Liderança do São Lourenço 2004 (Pescadora e Líder)	47 anos	Fem.	Fundamental. I incompleto
Antonia	Liderança da Associação do São Lourenço 2018-Fiscal da Associação de Moradores, (Pescadora, agricultora)	44 anos	Fem.	Fundamental I incompleto
Mário	Morador do São Lourenço (Pescador)	42 anos	Masc.	Ensino Fundamental I incompleto
Tereza	Moradora do São Lourenço (Pescadora)	35 anos	Fem.	Alfabetizada-Escolarização informal
Lila	Liderança do Paraguai Mirim (catadora de isca 2004)	46 anos	Fem.	Fundamental I incompleto
Ana	Liderança do Paraguai Mirim (catadora de isca 2018)	52 anos	Fem.	Fundamental I incompleto
Neide	Moradora do Paraguai Mirim (pescadora)	50 anos	Fem.	Analfabeto funcional
Jô	Moradora do Paraguai Mirim (Pescadora)	35 anos	Fem.	Escolarização informal
Célia	Gestor da Escola Municipal Rural Porto Esperança - 2004	65 anos	Fem.	Superior Completo com Especialização
Carlos	Representante da ONG Ecoa 2004	32 anos	Masc.	Superior Completo com Mestrado

(*) Todos os nomes constantes neste quadro são fictícios conforme norma do Comitê de Ética.

Assim, iniciaremos apresentando as duas comunidades lócus dessa dissertação: suas características e a história do povoado, enfim, trazendo aspectos sociais, culturais e econômicos para que o leitor conheça um pouco desses lugares.

Em seguida, apresentaremos como se deu o processo de criação das escolas nessas comunidades. E por fim, as ações decorrentes da presença da escola.

Nossa definição permeia os elementos que os individualiza como comunidades ribeirinhas ou povos das águas pela sua relação íntima com o movimento do rio.

Os rios para os ribeirinhos são as fontes de sua energia. Deles, retiram o alimento, fazem o seu trajeto de trabalho, de fé, de alegria e também de tristeza. É das águas que nascem os mitos, as histórias de amor e a essência do viver de uma população que tem sua grandiosidade expressa no seu misticismo e na sua crença (SERRA, 2002, p.2).

Como já foi afirmado anteriormente, nesse trabalho serão estudadas e especificamente duas comunidades ribeirinhas: Barra de São Lourenço e Paraguai Mirim. A seguir, apresentaremos as características do povo que vive em cada uma dessas comunidades para posteriormente apresentar os dados sobre a criação das escolas nessas duas localidades.

3.1 A comunidade da Barra do São Lourenço

Segundo Ribeiro (2005) a comunidade do São Lourenço teve como marco de povoamento final do século XVIII, com maior intensidade na década de 1970. Anterior a esse período há registros de habitar povos indígenas do grupo linguístico Macro-Jê⁵⁷, exemplo a etnia Guató. Na região da Barra do São Lourenço o povoamento se concentrou a partir de 1998. De acordo com Façanha (2011), Almeida (2012), Zerlotti (2014), Siqueira e Pereira (2015) esse histórico está ligado ao movimento da cheias da região pantaneira e a organização político-ambiental da rede de proteção privada ao ecossistema local, que deslocou os moradores da área anterior para o espaço atual definido como “Barra” do São Lourenço.

Pereira (2015)⁵⁸ descreve a Barra do São Lourenço:

A Comunidade Ribeirinha Barra do São Lourenço, localizada no município de Corumbá, situa-se no extremo noroeste do Estado de Mato Grosso do Sul, na divisa com o Mato Grosso e na fronteira com a Bolívia. Do ponto de vista geográfico, a comunidade encontra-se na região do Pantanal Mato-Grossense, nas proximidades da Serra do Amolar, formação rochosa de 80

⁵⁷ Classificação dada pelo professor Ayrton Dall’Igna Rodrigues, revisão especial para o ISA (setembro/1997) site: <https://pib.socioambiental.org>

⁵⁸ Pesquisa realizada por incursão no período de 2013 a 2015 com moradores da Barra do São Lourenço.

quilômetros de extensão, e tem como característica comportar vegetação do Chaco, Amazônia e do Cerrado Brasileiro (PEREIRA, 2015, p.13).

Nos aspectos econômicos Pereira e Siqueira (2015), caracterizam como a atividade principal a pesca e a coleta de isca.

As iscas são comercializadas para turistas que praticam a pesca esportiva na região, ou para comerciantes de iscas, especialmente aqueles que possuem empresas em Corumbá/MS. Assim, o trabalho dos ribeirinhos tem forte influência no desenvolvimento do turismo da pesca, sendo a coleta de iscas fundamental tanto para o sustento familiar dos ribeirinhos, quanto para a prática da pesca esportiva (PEREIRA, 2015, p.14).

Pelos dados de monitoramento socioeconômico da Organização Não Governamental ECOA- Ecologia em Ação, no ano de 2013, da população adulta havia 38% que eram isqueiros, 33% eram pescadores, Lavrador e produtor rural 17%, Dona de casa 13%, diarista 8%, Assalariado 4% e não constou nenhum morador aposentado.

Nesta perspectiva de atividade econômica acontecem as relações interpessoais da comunidade. Pereira (2015) relata que todo movimento permeia este cotidiano, e os “ribeirinhos conversam sobre os sucessos e insucessos de uma pescaria, uma tempestade inesperada durante uma empreitada em algum local de pesca ou até como será o preparo do pescado a ser consumido” (p.14).

Santos Jr (2008), expõe a importância dessa relação na construção do conhecimento e identidade do ribeirinho,

Essa sabedoria se aprende em menino, se aperfeiçoa com a idade e muita prática e, principalmente, com a necessidade de sobreviver. Não há escolha. A lida com a tela exige habilidade, destreza e muita coragem, pois no seu manuseio, o “isqueiro enfrenta as adversidades do ambiente com água à altura do peito”. Manusear a tela é um estado da arte. Todo conhecimento adquirido, ao longo dos anos, é repassado para as gerações futuras (SANTOS JR, 2008, p.07).

Pereira (2015) retrata que esta intimidade com a natureza os privilegia como observadores natos, e contribui com a compreensão dos fenômenos naturais, relacionados ao movimento do rio e dos peixes.

A altura e a coloração das águas do rio, o vento, as chuvas, dentre outros sinais, se revelam enquanto sinais que os ribeirinhos interpretam para ter uma pesca bem-sucedida. Além de serem intérpretes do ecossistema pantaneiro, os moradores da Barra do São Lourenço possuem um amplo conhecimento dos melhores e mais adequados locais para a pesca e capturas de iscas vivas, conhecimentos estes resultantes de uma experiência diária com os rios pantaneiros (PEREIRA, 2015, p.14).

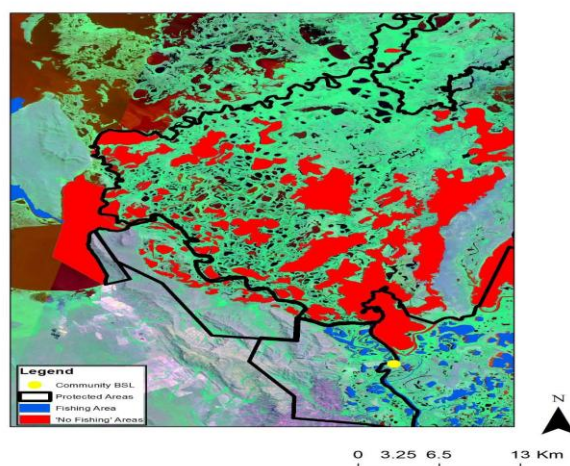
Embora esta seja a relação que caracteriza o morador da região, desde 1995, esta população encontra-se em conflito com a sua permanência na localidade. Segundo Siqueira (2015) todo processo de exclusão dessas áreas iniciou quando a “ONG americana *The Nature Conservancy*, comprou as fazendas Acurizal, Penha e Rumo Oeste - propriedades agropecuárias que juntas somavam aproximadamente 55 mil hectares” passando a áreas de proteção sob o julgo que nenhuma atividade de caráter extrativista poderia ser realizada na região.

A partir da compra, as fazendas foram decretadas RPPN⁵⁹ em 1997 e iniciou-se o processo de gestão pela Ecotrópica (fundação de apoio à vida nos trópicos). Porém, segundo o relato dos moradores da Barra do São Lourenço já na aquisição das fazendas em 1995 as famílias começaram a serem expulsas (SIQUEIRA, 2015 p.50).

Segundo Siqueira (2015) a área ‘cerceada ao uso’ gerou vários conflitos, visto que o morador expropriado da terra passou a situação de extrema vulnerabilidade, sem poder realizar “suas atividades tradicionais como a pesca, extração de produtos da biodiversidade e até de sobrevivência como a palha para cobrir as casas ao acesso de água potável em períodos intensos de decoada⁶⁰” (p.53).

Siqueira (2015) utiliza a figura abaixo para demonstrar o impacto dessa demarcação para comunidade do São Lourenço privada dos direitos adquiridos por seus ancestrais, primeiros moradores da região. A imagem (fig. 7) aponta na cor vermelha as áreas que eram proibidas para a comunidade exercer suas atividades de 1995 até 2013:

Figura 7. Imagem das áreas proibidas de 1995 a 2013:



Fonte: Chiaravalloti RM. Mphil report. University College London. 2014 (apud. SIQUEIRA, 2015).

⁵⁹ Reserva Particular do Patrimônio Natural (ECOIA, 2017).

⁶⁰ Processo intenso de decomposição realizado pelas bactérias, capaz de consumir todo o oxigênio dissolvido na água, liberando o dióxido de carbono livre (ECOIA, 2018).

Esses aspectos históricos ocorreram frente à invisibilidade destas comunidades para o poder público. Segundo Siqueira (2015) fez com que a população do São Lourenço buscasse no Ministério Público Federal vias para que seus direitos de moradores tradicionais fossem resguardados.

O fato é que existiu um quadro de invisibilidade social nesta região, as comunidades se quer eram localizadas nos mapas dos programas e políticas do município de Corumbá, o que permitiu segundo relato dos moradores da comunidade, que geraram inquéritos civis pelo MPF, ações de repressão e intimidação tornaram-se comuns na foram das reservas particulares agirem (SIQUEIRA, 2015, p.58).

Siqueira (2015) relata que apenas a partir de 2013 foi possível legitimar o cotidiano ribeirinho desta comunidade,

somente no início de 2013, após vários anos de negociação com os gestores das UCs⁶¹, Ministério Público Federal, Secretaria do Patrimônio da União, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, governo municipal, organizações não governamentais (ONG), e representantes das comunidades, um acordo foi construído, permitindo que os ribeirinhos tivessem legitimadas suas moradias ao longo do rio Paraguai, por meio de um novo instrumento jurídico aplicado inicialmente no estado do Pará, pensado a resolução de conflitos e foi replicado no Pantanal pela primeira vez nesta região, chamado de “Termo de Autorização de Uso Sustentável”¹⁹ ou TAUS, trazendo alento à comunidade que desde 1995 vivia a insegurança de serem expulsos novamente pelas constantes sondagens de compra de novas áreas privadas ou pela expansão ao sul do Parque Nacional, ou seja, uma luz a resolução do conflito na região (SIQUEIRA, 2015, p.60).

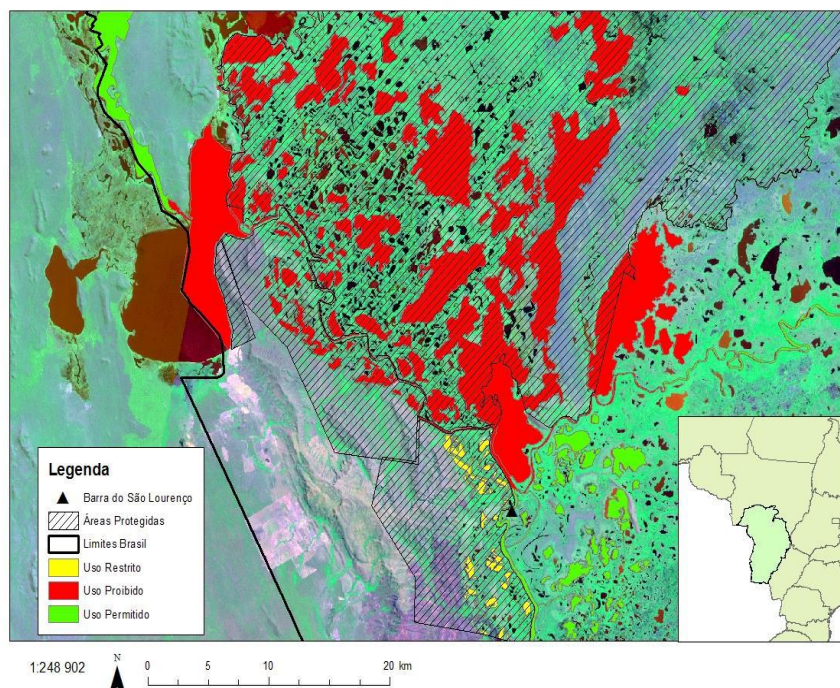
Apesar da condição determinada pela Lei, Siqueira (2015) registra que foram muitos os embates entre a comunidade e as Unidades de Conservação, foi concedido então, o TAUS coletivo do Pantanal pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, para que utilizassem uma área de 13 hectares denominada “Aterro do Socorro ou Piuval”, local em que poderiam ficar ao permanecer nos períodos de cheia intensa, assim como realizar a prática do extrativismo. Os gestores das RPPNs impetraram mandatos de segurança alegando esta área era “de extrema importância para a integridade da propriedade e de sua biodiversidade, e que o uso pela comunidade poderia descaracteriza-la e causar grande impacto ambiental” (p.61).

Para compreendermos a influência destas tensões no cotidiano destas comunidades observemos o mapa abaixo (fig.8) que demonstra em amarelo as áreas liberadas para o extrativismo reduzindo o acesso de subsistência para os ribeirinhos.

⁶¹ Unidades de Conservação.

Segundo Amâncio et. al. (2008), Zerlotti (2014) e Siqueira (2015) muitas destas proibições se configuram como irregulares.

Figura 8 – áreas liberadas para extrativismo na região do São Lourenço:



Fonte: Chiaravalloti RM. Mphil report. University College London. 2015 (apud. SIQUEIRA, 2015).

Siqueira (2015) conclui “que fundamentalmente na prática ideológica ‘preservacionista’ ainda enraizada nos gestores das UCs na região e órgãos fiscalizadores, não se compreende o arcabouço do direito consuetudinário na formação desses territórios tradicionais” (p.63).

Esse conflito perdura até os dias atuais, porém a intervenção do Ministério Público e a mentalidade de alguns empresários do turismo que fomentam o ‘Turismo de Base Comunitária’, traduzem uma nova relação de ‘trabalho’ e exploração ambiental, reconhecidamente, como sustentável, isso tem de certa forma, favorecido a convivência entre as partes, embora os gestores das Unidades de Conservação sinalizem não terem interesse que este projeto seja desenvolvido na região (SIQUEIRA, 2015).

Segundo relatos das entrevistas na região por outra mão de sobrevivência, estas famílias, na Barra do São Lourenço recebem dos programas governamentais de transferência de renda, um auxílio para subsistir e complementar sua renda mensal. Estas famílias foram cadastradas a partir de 2004, juntamente com a ação pública para construção da escola na região, após denúncia de trabalho infantil. Atualmente, as

famílias cadastradas no programa contam com benefícios previdenciários, como aposentadoria, auxílio gestante, aposentadoria por deficiência e invalidez.

[...] meus filhos recebem o bolsa família que ajuda nas coisas aqui de casa [sorriu] e minha sogra agora tá bem [...] ela já tá aposentada e recebendo [sorriu] (Tereza, 35 anos).

Na comunidade a comunicação é feita por cartas trazidas pelas freteiras⁶²(fig. 9), pois não serviço de correios, via aviso nos programas de rádio e via orelhão público conseguido por meio de ações do Ministério Público junto a Anatel⁶³ intermediado pela ONG ECOA.

Às vezes a gente escuta aviso no rádio [...] Programa do Lalá [...] mas tem vez que é carta que vem na freteira [...] mas agora ficou bom tem o orelhão que safa a gente mais rápido,[...]quando tá funcionando bem [sorriu] esse orelhão foi o pessoal da Ecoa que ajudou nós [sorriu] (Mário, 42 anos).

Temos o orelhão que foi um trabalho de um contato de atração do MPF junto a Anatel para a região [...] (Carlos, 32 anos).

E a escola por sua vez pode contar com mais uma via de comunicação que foi a implantação do sinal de internet via satélite, como item integrante dos programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Ministério da Agricultura. Estas ações inicialmente conciliadas à formações da população regional. (Carlos, 32 anos).

De acordo com o relato dos moradores entrevistados, o deslocamento até a região é por via fluvial e aérea, com pistas de pouso na Rede de Proteção do Patrimônio Natural- RPPN. O acesso pelo rio à população que não possui barco e feita pelas freteiras (fig.9), que se constituem em embarcações com acomodações precárias aos passageiros, que navegam deitados em redes pelo convés. Os moradores costumam se queixar sobre o preço cobrado por ser considerado alto em relação aos seus rendimentos pessoais.

[...] aqui tudo é mais difícil pra descer pra cidade a gente pega a freteira, mas ela não aporta, passa aqui de madrugada de descida [...] aí a gente faz sinal de lanterna eles reduz a velocidade e a gente vai atrás com barquinho para embarcar [...] às vezes uma voadeira⁶⁴ vem pegar no barranco [...] é meio perigoso [...] mas a gente tá acostumado, a passagem é cara⁶⁵ [sorriu] fazê o que ?[...] (Janete, 47 anos).

⁶² São embarcações de pequeno calado e fundo chato, normalmente rebocam chatas [...] Transportam mercadorias diversas, tais como, gênero alimentício, combustível, ração para animais, sal para gado, material de construção, gado, além de passageiros, para as regiões do Pantanal e Corumbá (MS)(SANTANA et. al., 2017).

⁶³ Anatel: Agência Nacional de Telecomunicações, é uma agência reguladora, vinculada ao Governo Federal.

⁶⁴ Embarcação de pequeno porte com motor (Entrevistada: Janete, 47 anos).

⁶⁵ Segundo os moradores entrevistados desta região não há uma tabela sobre o preço das passagens, a Capitania Fluvial do Pantanal fiscaliza apenas as questões de lotação e segurança na embarcação.

Figura 9: Foto ilustrativa: Freteira chegando no Porto de Corumbá



Fonte: **Assessoria de Imprensa** Correio de Corumbá, 23/10/2015.

Os passageiros se acomodam, nesses barcos em redes, dispostas uma próxima a outra pelo salão, pelos currais quando estes estão vazios, isso geralmente ocorre ao sair de Corumbá (MS), e pelo piso quando se esgotam os armadores das redes. Há também camarotes, contudo, a maioria das embarcações não oferece essa acomodação aos passageiros, servido de dormitório apenas da tripulação (SANTANA et. al., 2017).

Segundo relato de entrevistado, atualmente, a comunidade dispõe de uma pequena usina com placas solares que armazenam energia solar e distribuem para casa dos moradores da Barra do São Lourenço com algumas condicionalidades de pontos de lâmpada e uso restrito de freezer para acondicionar os pescados para venda. Essa condição favoreceu também a escola que era mantida apenas, com motor gerador a diesel, ligado em horários específicos.

Temos a usina solar que funciona 24 horas e também atende a escola na questão da conservação da merenda e diminuir o uso do gerador a diesel trazendo uma economia de muitos reais para prefeitura, a gente calcula uns 34 mil reais ano, e atende as casas e os freezers para as famílias da região [...] Esse tempo de funcionamento favorece o uso da internet na escola [...] (Carlos, 32 anos).

Assim, em linhas gerais, esta população se caracteriza por sua singularidade enquanto comunidade ribeirinha do Alto Pantanal. Sua história recente é marcada por muitas conquistas que retomaremos ainda neste capítulo.

3.2 A comunidade do Paraguai Mirim

A comunidade do Paraguai Mirim- PM fica aproximadamente a 140 km do perímetro urbano com seu cotidiano ligado a movimentação de cheia e vazante do Rio Paraguai, a maior parte de seu povoamento encontra-se na confluência dos rios Paraguai e Paraguai Mirim (fig. 10), num trecho que compreende o rio, bocas e ilhas. O acesso à região se dá por meio fluvial e aéreo (ECOА, 2014).

Figura 10 – Imagem da Comunidade do Paraguai Mirim: dispersa nas margens e ilhas do rio Paraguai e Paraguai Mirim (em amarelo):



Fonte: Google Earth modificado (apud FONSECA, 2016, p.35).

Diferentemente, da comunidade da Barra do São Lourenço, existem poucas informações acadêmicas sobre a comunidade do Paraguai Mirim. Assim, recorreremos às informações existentes em registros midiáticos, relatórios de ações governamentais e fala dos moradores através das entrevistas realizadas.

Segundo dado divulgado pelo site da ONG ECOA- Ecologia e Ação, em 2014, havia na região do Paraguai Mirim o total de 38 famílias totalizando 220 moradores que têm sua economia baseada na pesca, coleta de isca em função do turismo na região.

Há registros de pequenas agriculturas e criação de animais, que são comercializados em escala mínima; constitui em atividade econômica que envolve toda a família, para fins de subsistência e manutenção das raízes socioculturais, considerando sua base comunal (SIQUEIRA, 2015).

Essa continuidade de relação econômica também se dá pela pouca possibilidade de oferta de emprego na região, e como a escola atende até ao nono ano cria-se outra situação dos jovens irem para cidade dar andamentos no Ensino Médio, porém,

Os jovens que vão para a cidade a fim de concluírem os estudos, não se acostumam com o ritmo da cidade e preferem voltar para a região. Todavia, sem escolarização e sem oferta de trabalho, eles acabam exercendo a única atividade profissional existente no local. A coleta de iscas e a pesca profissional, são as principais fontes de renda das famílias que residem no Paraguai Mirim, na Serra do Amolar e a Barra do São Lourenço (SANTANA et. al., p.256, 2017).

Nesta relação com o trabalho, Siqueira (2015) detalha a construção de uma nova modalidade de divisão de trabalho, com a figura exploratória do “atravessador”, ou seja, a pessoa que compra e revende o pescado e isca com margem de lucro. Isso gera a necessidade do ribeirinho de cumprir metas, obrigando que todos os membros da família participem da atividade laboral, e mesmo assim, não conseguem uma renda significativa.

De acordo com a pesquisa realizada pela ECOA, em 2010, por ter características geográficas de relevo baixo às moradias são construídas com palafitas para evitar alagamento em períodos de cheia, geralmente de madeira e cobertura de “telha de amianto” ou de folhas de acuri com lona, feitas de madeira ou a pau-a-pique, construídas pelos próprios moradores. São casas com poucas repartições, determinando que durmam mais de duas pessoas por cômodos; as famílias possuem na maior parte, de quatro a oito membros na mesma casa. Às vezes, até três gerações moram juntas no mesmo espaço (Lila, 46 anos; Neide, 50 anos).

Segundo os mesmos relatos de moradores, a comunicação é feita via aviso no programa de Rádio em emissoras da cidade, também se comunicam por carta levada pelas lanchas freteiras, por celular, cujo sinal é possível ora por antena própria ora por localidade (Entrevistadas: Lila, 46 anos; Neide, 50 anos; Jô, 35 anos; Ana, 52 anos)

Os moradores da região sofrem com a tensão sobre titularidade da terra, receberam o TAUS- Termo de Autorização de Uso Sustentável em 2014, no intuito de não serem expropriados de suas terras pelos fazendeiros latifundiários, visto que estão na região por várias gerações, muitos vindos de Cáceres, Cuiabá, Coxim e remanescentes de moradores da Serra do Amolar (Entrevistada: Jô, 35 anos).

Na região existem duas associações de moradores, porém apenas a Associação de Moradores do São Francisco está em plena atividade legalizada perante os tramites oficiais.

[...] a gente tem a associação no Paraguai Mirim, mas está parada [...] aqui não são unido...aí criaram uma no rio acima no São Francisco, parece que está funcionando (Entrevistada: Neide, 50 anos).

[...] aqui na região do São Francisco nós organizamo uma associação [...] tá meio parada, mas quando precisa reuni, rapidinho chamano todo mundo. O Ministério faz reunião aqui [...] (Entrevistada: Ana, 52 anos).

Segundo relatos dos entrevistados, essa comunidade sofre as consequências, anualmente, a influência da cheia da planície pantaneira (fig. 11) e quando ela vem de forma incisiva precisam da assistência do poder público em ações emergenciais e auxilio da sociedade civil. Os que permanecem na região permanecem morando em jirau⁶⁶ dentro das próprias casas; alguns levam seus pertences para áreas mais altas na própria região e outros vão para cidade, em busca de auxilio com os seus parentes. Quando a escola precisa parar as aulas pela cheia mais famílias procuram abrigo na cidade. (Entrevistadas: Lila, 46 anos; Ana, 52 anos; Neide, 50 anos; Jô, 35 anos).

Toda assistência na região é feita por ações esporádicas, ora pelo Programa Povo das Águas de cunho municipal e seus parceiros, ora por ações sociais e pontuais da Marinha do Brasil- 6º Distrito Naval/Base de Ladário MS. De tempos em tempos recebem visitas de ONGs e auxílios de grupos de turistas que visitam a região e trazem algumas doações de materiais (Entrevistada: Lila, 46 anos).

Figura 11. Foto: casa de morador região Boca do Mirim, cheia do Pantanal.



Fonte: Arquivo Rodrigo Nascimento; Prefeitura de Corumbá, cheia - 2018.

⁶⁶ “a gente coloca uns paus cruzados dentro do barraco pra gente entrar [...] aí a gente coloca tudo em cima do jirau quando a água vai entrando [...] pra não perder tudo [...]” (Entrevistada: Neide, 50 anos).

O acesso se dá pelo rio com pequenas embarcações, barcos a remo e rabeta⁶⁷ (Fig. 12) para viagens mais longas; utilizam também as freteiras que circulam pelo rio. Há algumas pistas de pouso em fazendas da região para o acesso aéreo (Entrevistada: Ana, 52 anos).

Hoje quase todo mundo tem um motor rabeta pra ir até Corumbá...dá pra levar nossos peixes e iscas para vender em Corumbá, se for de freteira não dá pra ir a família, a passagem fica muito cara, aí a gente vai de rabeta, a gente escolhe o dia de tempo bom e vai, às vezes eu piloto às vezes é meu companheiro [...] (Entrevistada: Neide, 50 anos).

Figura 12 - Foto A: de morador sobre barco a remo; Foto B: moradores sobre rabeta:



Fonte: Arquivo Leonardo Cabral, Jornal Folha MS, 2017.

Esses são os principais elementos que caracterizam a comunidade da região do Paraguai Mirim e sua população o qual percorremos agora sobre a criação das escolas e o que pode se registrar da vida após funcionamento das escolas.

3.3. A criação das escolas nas comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim

Como já foi afirmado, este estudo compreende as comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim (fig. 13) que por estarem localizadas às margens do Rio Paraguai se constituem com características de comunidades ribeirinhas ou povos das águas.

Autores como Amâncio et. al. (2008), Zanatta (2011), Bortolloto & Amarazo (2012), Costa, K. (2013), Zerlotti (2014), Pereira (2015), Siqueira (2015) e Fonseca (2017) retratam as peculiaridades do modo de vida destas comunidades, analisando seus aspectos as peculiaridades do modo de vida destas comunidades, analisando seus aspectos culturais, econômicos e históricos.

⁶⁷ Feita de um barco pequeno, em alguns casos adaptados as tradicionais canoas de madeira, dotado com motor de roçadeira, projetada para abrigar de quatro a seis pessoas, dependendo do peso, é movida a gasolina e pode chegar até 30 km/h (CABRAL, Jornal Folha MS, 24.08.2017).

Figura 13- Imagem sobre Pantanal Brasileiro e a localização das comunidades



Fonte: Google Earth modificado, FONSECA (2016).

Nessas comunidades as relações interpessoais e econômicas ocorrem de forma muito singular. Seguimos a definição de Diegues (2000) que caracteriza como sociedades tradicionais, considerando seus aspectos:

*conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral [...] importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais (DIEGUES, 2000, p.87-88).

Almeida & da Silva (2012) registram sobre a denominação de ‘Povos das Águas’, visto que, todas as suas atividades diárias estão diretamente relacionadas ao movimento do rio, “[...] devido apropriação das margens dos rios”.

Para Costa, K. (2013), as comunidades do Pantanal estão na estreita relação com seus pares e a natureza em si. Destaca ainda que as relações culturais e econômicas permeiam a sua própria compreensão sobre a relação com o trabalho.

A relação com o trabalho é outra questão a ser destacada; são comunidades que possuem sua própria noção de produção e de trabalho. Além disso, a divisão do trabalho também é feita de forma particular, são distribuídas as tarefas por todos os membros da família. (COSTA, K., 2013, p.31).

No Artigo *Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chané/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá, MS*, a pesquisadora Amâncio et. al. (2008) retrata o modo de vida que considera semelhante a toda extensão do Rio Paraguai.

As casas em que as famílias residem, na maior parte, são construídas pelos próprios moradores utilizando recursos naturais fruto do extrativismo local [...]. A infraestrutura das casas é simples, geralmente, dispõem de uma cozinha externa, estrategicamente arquitetada para segurança familiar em caso de incêndio, já que a principal fonte de energia para o preparo de alimentos é a lenha. Além da cozinha, as residências usualmente possuem alguns dormitórios (dependendo do tamanho da família) e uma área que funciona como sala/dormitório (a maior parte dos casos). A água que abastece as residências é proveniente do Rio Paraguai (AMÂNCIO, 2008, p.04-06).

A mesma autora caracteriza a relação de trabalho como:

O segmento da pesca profissional artesanal predominante nestas famílias é a pesca de iscas vivas para comercialização destinada ao setor turístico pesqueiro. Essas iscas são vendidas diretamente para os barcos de turismo. A principal fonte de proteína animal para estas famílias, em ordem de consumo, é o pescado, a carne bovina e a carne de caça, concentrada em alguns animais citados pelos entrevistados (mutum, capivara, jacaré, queixada e porco monteiro) (AMÂNCIO, 2008, p.06).

Sendo assim, a vida dos povos ribeirinhos apresenta certas singularidades que são resultadas dessa relação próxima com a natureza, principalmente, com o rio. Seu modo de viver e pensar apresenta diferenças em relação ao modo de vida urbano.

Nesta concepção, Siqueira (2015) afirma que estas comunidades não “compreendem o fato de levar seus filhos para a coleta da isca ou pesca, onde ensinam a forma de subsistência, como, intencionalmente, negligência paternal, mas como inclusão de seu filho aos aspectos de sua comunidade”; o autor compreende que este pertencimento transpassa a transferência de conhecimentos habituais, pois se configura como “momento de lazer e brincadeira para a família”.

No entanto, uma reportagem realizada pela TV Morena, “*Isclas – crianças catadoras do pantanal*”, veiculada em 25 de maio de 2004 denunciou que havia no pantanal crianças em situação do trabalho infantil; o que casou uma repercussão em âmbito nacional.

As imagens da referida reportagem foram encaminhadas a Coordenadora de Desenvolvimento de Programas e Projetos da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária – SETASS, que até então, desconhecia esta demanda (MS, Maio: 2004).

A Secretaria de Assistência Social do Estado de Mato Grosso do Sul e do Município de Corumbá junto com a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá foram acionadas, via uma denúncia no Ministério Público Federal, da existência de trabalho infantil em situação de insalubridade nestas comunidades.

Assim, segundo Relatório Diagnóstico (MS, Maio: 2004) o poder público iniciou um mapeamento para caracterização das comunidades que residiam na região. Reuniram-se junto as Secretarias de Assistência Social, Educação e Conselho Tutelar do município de Corumbá para realizar o monitoramento e ações que atendessem as populações ao longo do Rio Paraguai.

Segundo relatório foi detectado a seguinte situação:

A região conhecida como Paraguai Mirim. Lá falta tudo, escola, alimento, moradia digna, assistência médica, etc. Algum tempo atrás, o barco da Marinha fazia uma visita mensal, levando atendimento médico, mas, já tem aproximadamente um ano, que não vão. Outro fato que chamou atenção é a maioria das crianças e até mesmo adolescentes não terem registro de nascimento e também adultos. Conversamos com todos e nos foram feitos vários pedidos. Desde agasalhos, alimento, lona, cobertores, calçados e escola. Foi feito levantamento de crianças em idade escolar e, somente nessa comunidade, tem em torno de 32 crianças, todas analfabetas. (MS, Maio: 2004).

Na construção deste relatório dois aspectos detectados favoreceram a ações com articulação junto ao Ministério do Trabalho:

Outro aspecto que despertou a atenção foi à relação dessas pessoas com os “mascateiros”⁶⁸, como não dispõe de dinheiro, a moeda fica sendo muitas

¹⁰ Mascateiros: vendedor de tecidos e outras iguarias de forma ambulante, porta a porta, sejam nas cidades ou regiões interioranas. [No pantanal são comerciantes que possuem um barco, sobem e desce o rio vendendo seus produtos. Eles também trocam seus produtos pelas isclas que os ribeirinhos coletam. Geralmente seus produtos possuem preço muito acima que o de mercado. Eles atuam na região como “atravessadores”. Vendem seus produtos por um alto valor, enquanto pagam um baixo valor pelas isclas, que são vendidas por um preço alto aos turistas] (Entrevistada Jô, 35 anos)

vezes peixe, caranguejo e iscas, em troca de alimentos e outros materiais necessários à sobrevivência. Os valores das mercadorias levados pelo mascate são taxados com valor acima do mercado, o que provoca uma relação de dívida constante entre quem compra em relação a quem vende. São eternos devedores. Há ainda uma situação de um comerciante de cidade de Corumbá, que é o principal comprador das iscas, tendo algumas pessoas relatando que consideram seu “patrão”, fato que será mais bem apurado pelos fiscais do trabalho da DRT⁶⁹ (MS, Maio: 2004).

Com a constatação destas vulnerabilidades vivenciadas pelas comunidades da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim foi criada a “Ação Cidadã” que teve por finalidade organizar metas para assistir estas comunidades. Essa ação deveria contribuir como plano piloto para atingir com as mesmas ações outras comunidades tradicionais e ribeirinhas do município de Corumbá.

Assim, neste mesmo ano de 2004, Estado e Município firmaram o compromisso para a construção das escolas que funcionassem em regime de internato; na contratação de professor e demais funcionários para atender a escola; no transporte escolar; na inserção destas famílias no Programa Segurança Alimentar; nas doações de cobertores, lonas, roupas e calçados; e articular ação compartilhada a outros órgãos para viabilizar registro de nascimento e outros documentos civis (Entrevistada: Célia, 65 anos).

No formato da “Ação Cidadã” neste mesmo ano foram realizadas duas ações, com a presença da Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária – SETASS, Secretaria de Governo Estadual, Técnicos do Programa de Segurança Alimentar de Corumbá, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Educação de Corumbá, Polícia Militar Ambiental de Corumbá, para documentar toda a expedição contaram com funcionários da empresa Vídeo Brasil Central (MS, Junho: 2004).

Como esta expedição tinha o intuito de cadastrar as famílias no Programa de Segurança Alimentar e na implantação do Programa PETI, a equipe se viu diante de um impasse frente aos critérios de seleção: as entrevistas familiares não identificavam a participação das crianças e jovens como situação de trabalho (MS, Junho: 2004). Pois, faziam valer a necessidade de sobrevivência material e imaterial, ensinar os filhos a viver na região.

As famílias eram perguntadas se seus filhos trabalhavam 99% delas afirmaram que não. Esse fato gerou algumas controvérsias no grupo e chegamos à conclusão de que, na realidade, as famílias não encaram a

⁶⁹ Departamento Regional do Trabalho.

cooperação dos filhos como trabalho, uma vez que essa tarefa já está incorporada na sua cultura. (MS, Junho: 2004).

Segundo responsável pela Secretaria de Assistência a polêmica levantada foi discutida nos Colegiados da Comissão Estadual do PETI, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e no Conselho de Educação para deliberarem parecer e encaminhamentos para atendimento a esta região. Na segunda “Ação Cidadã” os cadastros foram efetivados com sua respectiva agenda de atendimento.

De acordo com o relatório de Viagem da segunda expedição (MS, Dezembro: 2004) participaram a Gestora de Processos em Educação Básica do Campo Estadual, a Marinha do Brasil, Secretaria de Estado e Município de Educação, Secretaria de Estado e Município de Saúde, Secretaria de Estado de Segurança Pública – Instituto de Identificação, Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária-SETASS, Técnicos do Programa de Segurança Alimentar de Corumbá, Caixa Econômica Federal de Corumbá, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Instituto Nacional de Colonização para Reforma Agrária (INCRA), Coordenadoria Estadual da Mulher e para documentar a ação a Imprensa do Governo do Estado de MS.

Nesta Viagem (MS, Dezembro: 2004) as responsáveis organizaram um quadro especificando os problemas identificados e as possíveis alternativas para solucionar os problemas nessas comunidades. Os técnicos identificaram muitos moradores sem documentação e condições básicas para viver. A equipe constatou que a presença da escola na região, que é direito social, resolveria tanto as questões de escolarização como também a preservação de crianças e jovens afastados das atividades laborais diárias de seus pais.

E assim, ficou disposto o registro desta ação conforme demonstra o quadro abaixo elaborado a partir das constatações da realidade encontrada na região do Alto Pantanal das famílias mapeadas pela equipe:

Quadro 7: Situação e encaminhamentos da Ação Diagnóstica:

Problemas identificados	Alternativas de Soluções
1. Grande número de pessoas sem documentação; 2. Moradia em condições precárias, áreas alagadas; <u>3. Crianças, jovens e adultos sem acesso a escola;</u> <u>4. Elevado índice de analfabetismo;</u> <u>5. Crianças que realizavam trabalho infantil-catadores de isca;</u> 6. Inexistência de profissionais com escolaridade acima de 5ª série para lecionar 7. Cobrança de transporte de aposentados e pessoas com necessidade especiais, para recebimento dos vencimentos em Corumbá; 8. Famílias sem assistência, vivendo em total exclusão.	1. Ação conjunta para documentá-las; 2. Política de habitação às comunidades ribeirinhas; <u>3. Construção de salas de aula como extensão no Paraguai Mirim proximidade da Serra do Amolar e ou de efetivação de convênios com o Instituto Parque do Pantanal - IPP – Projeto Escola do Parque, em regime de internato em duas fazendas na região da Serra do Amolar;</u> <u>4. Inserção de jovens e adultos no Programa Brasil Alfabetizado- MOVA-MS e Alfabetizado e posteriormente na EJA;</u> <u>5. Inserção de jovens e adultos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI; (grifo meu)</u> 6. Formação inicial e continuada aos interessados em prosseguir estudos e atuar na educação; 7. Isenção de pagamento do transporte fluvial aos aposentados e PNE's, através de convênios com as empresas; 8. Cadastramento das famílias no Programa Segurança Alimentar e outros relacionados à Saúde.

Fonte: Relatório de Viagem “Ação Diagnóstica” (SEED, SEMEC et al., Maio: 2004).

O quadro acima aponta os problemas relacionados às questões da educação e do trabalho infantil (itens 3, 4 e 5) e apontam as soluções que deveriam ser encaminhadas pelo poder público (itens 3, 4 e 5).

Ou seja, o governo estadual de MS e o municipal de Corumbá deveriam se unir para realizar ações que tirassem as crianças e jovens da situação de trabalho infantil e para garantir o acesso à educação para essa população excluída dos direitos básicos da cidadania.

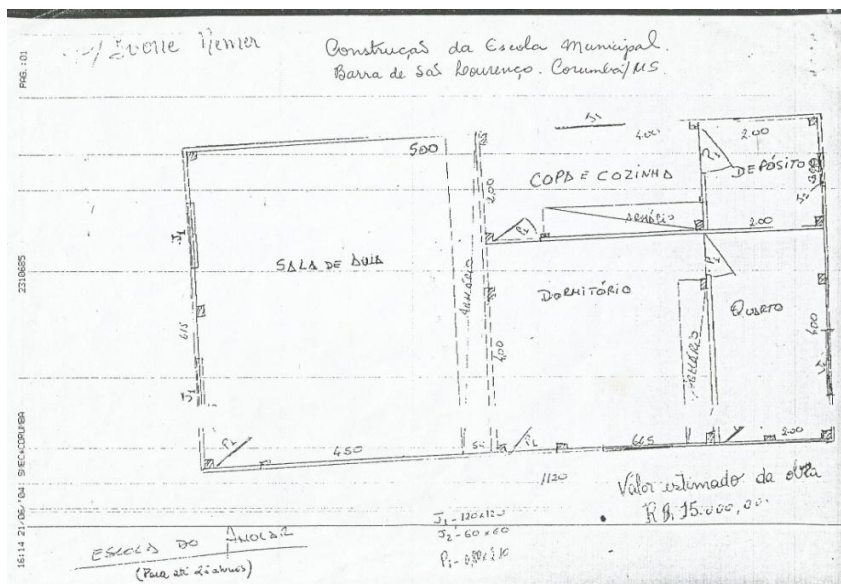
Inicialmente, todas as crianças e jovens estariam em turmas de alfabetização por estarem em situação de atraso escolar, no entanto, aos poucos todos foram sendo enturmados conforme níveis de aprendizagem. O compromisso firmado ficou determinado para início das aulas no primeiro semestre de 2005, após a conclusão das obras (MS, Dezembro: 2004).

3.4 A Escola da Barra do São Lourenço - ESL

A construção da Escola da Barra do São Lourenço ficou a cargo da Secretaria Municipal de Educação e deveria atender a mais ou menos 23 crianças e adolescentes.

A escola foi construída em madeira e em forma de palafita; tinha a seguinte estrutura (fig. 14 e 15): dois quartos alojamentos (um masculino e outro feminino), uma cozinha, um depósito, uma sala de aula que funcionava na varanda, o banheiro único (fora do prédio).

Figura 14. Imagem de 1º Croqui da escola na Comunidade da Barra do São Lourenço:



Fonte: Arquivo Relatório “Ação Cidadã”, Junho: 2004.

Após a efetiva construção dessa escola, evidenciaram-se muitos problemas em reação à segurança dos alunos alojados, visto terem encontrado uns restos de um cão devorado por uma onça. Os entrevistados relataram que após este incidente, a prefeitura ‘apreçou em construir um os banheiros junto ao prédio e a colocar o alambrado’. A partir do final de 2007, implantou também o aparelho do Rádio Amador interligando a unidade a Sede Administrativa (Entrevistadas: Antonia, 44 anos; Janete, 47 anos).

Figura 15: Foto Panorâmica da Escola São Lourenço:



Fonte: Acervo ECOA (2004; 2007).

A merendeira dessa escola era a mãe de alguns alunos e trabalhava como voluntária.

Eu cozinhava aqui pras crianças [...] meus filhos estudava aqui também [...] a gente ia pra casa de rabeta [...] ainda não tinha barco da prefeitura, os pais que tinha condição trazia e buscava os filhos, os outros ficava alojado até chegar o final de semana [...] e ia de carona[...] (Janete, 44 anos).

No início, por falta de transporte escolar os pais acordaram com a Secretaria de Educação levar os filhos em suas próprias embarcações. Algum tempo depois, o serviço de transporte foi contratado de forma terceirizada pela prefeitura por meio da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá. Com embarcações (fig. 16) de grande porte com motor rabeta adaptada para atender os alunos (Entrevistada: Antonia, 44 anos).

Figura 16: Foto de embarcação adaptada para transporte dos alunos Barra do São Lourenço:



Fonte: Rio Vivo ECOA; Fernanda Prado Santana, 2007.

A Escola São Lourenço iniciou suas atividades em 2005, porém teve que suspender em virtude da cheia, ficando fechada até o ano de 2006; neste período, os alunos cujos pais concordaram, ficaram matriculados e alojados na Escola do Paraguai Mirim. As aulas só foram retomadas em 2007 com o oferecimento das séries iniciais do Ensino Fundamental, contra turno com oficinas da Jornada Ampliada e no período noturno a primeira e segunda fase da Educação de Jovens e Adultos – EJA (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Em 2008, em parceria com a ONG Ecoa, a Fundação Manoel de Barros, Universidade para o Desenvolvimento da Região do Pantanal - UNIDERP e Prefeitura Municipal de Corumbá foi iniciado um projeto de inclusão digital com aulas interativas denominado Navega Pantanal⁷⁰, destinado a formação dos ribeirinhos. Foram

⁷⁰ Projeto executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), pela Fundação Manoel de Barros (FMB), com apoio das prefeituras, foi criado em 2006. Disponível em www.navegapantanal.fmb.org.br

trabalhados os temas “de interesse comum tais como: associativismo, pesca, piscicultura, higiene e saúde”; as aulas aconteciam aos sábados nas salas da escola. (ECOIA, 2008).

Em 2007, o projeto trabalhou vários módulos referentes aos eixos temáticos, “Práticas Agropecuárias”, “Inclusão digital”, “Fortalecimento de práticas pedagógicas”, “Empreendedorismo e administração” e “Melhoria da qualidade de vida”⁷¹ (CORUMBÁ, 2008).

3.5 A Escola do Paraguai Mirim- EPM

A Escola Paraguai Mirim- EPM ficou a cargo da Secretaria Estadual de Educação; foi criada em 2005 e deveria atender a 32 crianças e jovens. Tinha como estrutura: duas salas de aulas, uma cozinha, um banheiro masculino e um feminino (ambos com dois sanitários e dois chuveiros), dois alojamentos, sendo um feminino e um masculino, uma lavanderia e uma despensa. Os alojamentos dos alunos eram compostos por treliches em virtude da grande quantidade de alunos que foi matriculado⁷². Os professores ficavam alojados com os alunos; acumulavam a função de monitorar os alojamentos. No anexo da escola um prédio em madeira contendo dois quartos e um banheiro para os pilotos⁷³ que eram terceirizados pela prefeitura do município, e responsável pela confecção da merendeira era feita por uma moradora da região contratada pela prefeitura (Entrevistada: Célia, 65 anos).

A escola atendia cerca de setenta alunos, sendo que quarenta ficavam alojados durante a semana, e alguns às vezes durante o bimestre, pois os pais moravam muito longe. O restante voltava para a casa todos os dias, na embarcação da escola. O período de adaptação foi difícil para algumas crianças principalmente nos primeiros dias, havia um pouco de choro, não estava acostumado ficar longe dos pais (Célia, 65 anos).

Essa fase difícil de adaptação, segundo a entrevistada Célia (65 anos), se constituiu por alguns pontos ligados tanto ao fator emocional de estar longe dos pais, como também pelos hábitos para dormir, visto que, muitas crianças em suas casas dormiam em jiraus ou rede. E ainda em alguns casos dormiam junto com outros irmãos até mesmo com os pais. E agora na escola tinham que dormir cada um em um colchão, mesmo que houvesse outros irmãos no alojamento pelas regras de integridade física não poderiam deitar na mesma cama.

⁷¹ Notícia em 24.07.2008. Disponível em <http://www.corumba.ms.gov.br>

⁷² Isso porque a escola da Barra do São Lourenço estava construída, mas não pode funcionar devido a cheia de 2006 (Entrevistada: Célia, 65 anos).

⁷³ Eram funcionários de empresa terceirizada a Prefeitura de Corumbá, vindos da área urbana (Entrevistada: Célia, 65 anos)

A Escola Paraguai Mirim (fig. 17) foi criada como foi extensão da Escola Municipal Rural Polo Porto Esperança atendendo de primeira a quarta série do Ensino Fundamental. Seu funcionamento compreendia no horário regular as séries iniciais e no contra turno o PETI com as suas oficinas. Estas seguia o planejamento da Secretaria de Assistência Social, as oficinas desenvolviam reforço escolar, recreação e Arte. Os monitores eram os mesmos professores do horário regular. Os conteúdos das oficinas práticas embora tivesse um eixo norteador dependiam muito do notório saber de cada professor para a sua realização (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Figura 17: Foto da Panorâmica da E. Paraguai Mirim em 2006 (após cheia):



Fonte: Arquivo da EMRP Porto Esperança, 2006.

Segundo as normas do PETI, para o desenvolvimento das oficinas práticas não se permitiam tarefas profissionalizantes para menores de 14 anos; assim, as atividades realizadas visavam a ampliação do universo cultural das crianças e adolescentes, incluindo o desenvolvimento de suas potencialidades com vistas e melhoria do seu desempenho escolar.

A Jornada Ampliada funciona como um vetor de ampliação e desenvolvimento do universo sociocultural, educativo e informacional da criança e do adolescente, oferecendo possibilidades de inclusão social. Deve-se ressaltar o fato das atividades da Jornada Ampliada não se tornarem penosas para as crianças, em função de uma carga horária mal distribuída entre as atividades de reforço e lúdicas, bem como pouco qualitativa em oferta de opções de atividades e desenvolvimento de habilidades e talentos singulares a cada criança (PETI, 2001, p. 20).

Pelas características do prédio da escola, baixa luminosidade e ventilação precária, as oficinas do PETI eram ministradas na área externa, embaixo das árvores (fig. 18), com a própria preferência dos alunos que gostavam de ficar ao ar livre. No

período de muito mosquito os alunos permaneciam nos espaços internos (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Figura 18: foto da Oficina de Arte/Jornada Ampliada.



Fonte: arquivo da escola EMRP Porto Esperança, 2006.

Segundo a Entrevistada Célia (65 anos), a partir de 2008 com as orientações do Censo Escolar foi possível ampliar os conteúdos do eixo norteador diversificado da Jornada Ampliada.

Com orientação das grades de conteúdos para Jornada Ampliada do Censo Escolar foi possível implementar alguns conteúdos no universo do eixo norteador do Programa PETI, promovendo aulas de fantoche [...] ampliamos o repertório de jogos de mesa e pátio [...] porque antes só queriam jogar bolita[...] (Célia, 65 anos).

3.6 Desenvolvimento sócio econômico da região Paraguai Mirim e Barra do São Lourenço

O estabelecimento das unidades escolares, tanto na região do Paraguai Mirim quanto do São Lourenço, fomentou outras ações que favoreceram a gradativa mudança de olhar em relação à mão de obra das crianças e adolescentes. Era inegável a necessidade das famílias de utilizar todos os membros para subsistência material e imaterial do grupo. Entretanto, a escolarização agora oferecida também passou a fazer parte da rotina local.

O PETI foi fundamental na garantia da ampliação do horário escolar, teve seu formato de 2005 a 2010 com o monitoramento efetivo do enfrentamento ao trabalho infantil. Assim, como aconteceu em todo país, foi reformatado e incluindo a outras ações junto aos demais membros da família, perdendo um pouco sua força inicial. Mas, em se tratando destas comunidades o ganho foi amplo e real. Ao ponto da gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social criar um setor específico pra tratar das singularidades destas pessoas, como o Centro de Referência da Família Itinerante (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Na prática, o ganho social está ligado desde o monitoramento das vulnerabilidades até o encaminhamento ao acesso a benefícios de cidadania, como tirar documentos pessoais, regularizar a carteira de navegação que muitos não tinham e que pilotavam na clandestinidade. Além disso, foi possível acelerar processos de aposentadoria, auxílio doença e gravidez, ações que permitiram a visibilidade destas pessoas pelo poder público (Entrevistadas: Janete, 47 anos; Lila, 46 anos).

Com o apoio das ações do Ministério Público, Assistência Social e Capitania, a gente teve curso para tirar a carteira de piloto, muitos homens e mulheres daqui tiraram a carteira de ARRAIS⁷⁴ Amador e Marinheiro Auxiliar de convés, inclusive meu sobrinho pode trabalhar embarcado no Transporte Escolar porque tinha a carteira [...](sorriu) (Janete, 47 anos).

Junto às definições de documentos civis podemos listar outros elementos que foram agregados à qualidade de vida dessas regiões, tais como: facilidade na comunicação com o orelhão recebendo sinal de satélite para as duas comunidades; Projeto do Ministério Público do Trabalho junto com ECOA para segurança de trabalho com doações de macacões de borracha na coleta da isca (fig. 19) para evitar picadura de cobra e ferrões de arraia, dentre outros perigos no cotidiano dos ribeirinhos. Este projeto agregou forças com a Prefeitura de Corumbá que também realizou a entrega de alguns macacões pelo Programa Povo das Águas⁷⁵.

⁷⁴ Um arrais é um profissional da Marinha Mercante encarregado de uma pequena embarcação.

⁷⁵ Projeto iniciado em 2005/06 para atender as famílias ribeirinhas do alto, médio e baixo Pantanal contando com vários profissionais, passou a Programa pelo Decreto nº 2.263, em 24 de agosto de 2012. Disponível em <https://correiodamanha.com.br>

Figura 19. Foto de Catadores de isca com vestimenta de borracha:



Fonte: acervo ECOA-Rios Vivos.

Notas: *macacões de borracha doados às comunidades ribeirinhas do Porto da Manga, Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim.

**o projeto iniciou na comunidade do Porto Da Manga se estendendo gradativamente as outras comunidades (MPT/ECOA).

Também outros elementos constituíram essas mudanças como: a Associação de Moradores do Paraguai Mirim referente as famílias do Baixo Mirim (rio abaixo) e a Associação do São Francisco da comunidade do Alto Mirim (rio acima), esta última em efetivo exercício; a Associação de Moradores da comunidade São Lourenço e a mais recente Associação RENASCER das mulheres tecedoras com fibra de camalote da região do São Lourenço (fig. 20); a fundação do entreposto de isca viva iniciativa da ONG ECOA que tem sido um auxílio em tempos de cheia abrigando algumas famílias do São Lourenço; o grupo PREVFOGO - Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais⁷⁶ – Brigadistas treinados para combate as queimadas florestais no pantanal. (Entrevistado: Carlos, 32 anos).

⁷⁶ São atribuições do Prevfogo atender as chamadas da “Linha Verde” do Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, das unidades de conservação gerenciadas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e de particulares preocupados com a problemática das queimadas e dos incêndios florestais. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/prevfogo>

Figura 20. Mosaico de fotos da Comunidade da Barra do São Lourenço:



Fonte: ECOA, 2018.

Notas: Usina de Energia Solar; Reunião para organizar uso da fibra de Camalote; montagem das casas com material sustentável no Aterro do Binega.

As associações se definiram nestas comunidades como elemento fortalecedor das reivindicações. Por meio delas, em seus inúmeros encontros percebeu-se a igualdade de desejos individuais que necessitavam ter força coletiva. O morador percebeu-se sujeito que precisava articular ações e estratégias para alcançar melhoria para si e seus pares. Fazendo valer o disposto na Convenção 169 da OIT que faz valer a permanência de povos tradicionais em seu local de nascimento de seus ancestrais (BRASIL, Decreto 5051/2004).

De todas as ações o que mais impactou as comunidades na visão do Entrevistado Carlos (32 anos) foi o TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável, pois permitiu a titulação da terra para seu usufruto e a área do entorno.

Do ponto de vista de conquista considero o TAUS de suma importância, uma discussão que iniciou em 2011 quando a ECOA atraiu o Estado, por meio do Ministério Público, para garantia dos direitos mínimos a estas comunidades [...] e a partir de 2013 houve a retomada da área para uso e o acordo de Pesca no entorno, e estamos discutindo agora a criação da Rede de Desenvolvimento Sustentável principalmente na região da Barra do São Lourenço [...]. (Entrevistado: Carlos, 32 anos).

Embora a Lei 6.040/2007 defina os direitos a terra das comunidades tradicionais alguns grupos da sociedade tende a negar essa titularidade, pois, não reconhece a relação estabelecida entre estes sujeitos e os conhecimentos tradicionais, paralelo à forma de conservação da natureza que conseguem realizar mantendo sua sobrevivência material e imaterial, que os caracteriza e os identifica (DIEGUES, 2010).

No aspecto educacional, os registros dos arquivos escolares apresentam alguns elementos de mudança nas Escolas tanto da região da Barra do São Lourenço como na comunidade do Paraguai Mirim.

No ano de 2012, segundo Abreu (2016) a Escola Rural Porto Esperança⁷⁷ foi contemplada com a adesão ao Programa Mais Educação que objetivava o desenvolvimento das políticas públicas do Ministério da Educação para a concretização e efetivação das escolas integrais no país. Nesse sentido, as duas escolas objeto dessa pesquisa – Escola São Lourenço e a Paraguai Mirim - tiveram também ações do referido programa. Esses recursos favoreceram o fomento de conteúdos e estratégias de ensino que visavam melhorar a qualidade na educação e estimular a continuidade e a permanência dos alunos na escola.

A Escola Paraguai Mirim implantou oficialmente a matriz curricular (Projeto Político Pedagógico) diferenciada a partir de 2011, onde destacou outros componentes no período integral, que evidenciava em seus conteúdos: oralidade, produção e protagonismo juvenil. Segundo as Atas de resultados finais no ano de implantação apenas as turmas de 1º ao 5º ano frequentavam a escola em tempo integral, e os alunos de 6º ao nono ano que permaneciam apenas no período matutino passaram a auxiliar os pais em casa (ESCOLA, Ata, 2011).

Em decorrência disto, verificou-se que os alunos de sexto ao nono ano começaram a se ausentar das aulas, porque ao saírem da escola, iam para lida na pesca e coleta de isca e no outro dia não tinham ânimo para frequentar a aulas. Como esta era uma queixa dos professores nas reuniões pedagógicas e Ata de Conselho de Classe visto que além de prejudicar a frequência teve consequência nas avaliações desses alunos. Essa situação fez com que se retomasse o projeto inicial de escola de tempo integral para todo Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano (ESCOLA, Ata, 2011).

⁷⁷ Lembrando que as unidades até 2014 eram extensões desta Escola Polo. Em agosto do respectivo ano estas extensões foram elevadas a categoria de escola segundo disposto no Decreto n. 1375 de 10/08/2014 (grifo da autora)

A Unidade São Lourenço implantou o período integral a partir de 2012, para todo o Ensino Fundamental com o horário de funcionamento que compreendia o período das sete até às quinze horas. Essa ideia enfrentou a resistência dos jovens que preferiam trabalhar a permanecer o dia todo na escola; assim era constante a chamada aos pais para auxiliar na conscientização para que concluíssem o Ensino Fundamental e os mantivessem afastados do trabalho infantil. Era notável que as condições de sobrevivência determinavam as prioridades destas famílias. (Entrevistados: Janete, 47 anos; Antonia, 44 anos; Mário, 42 anos).

Como a criação das Escolas Paraguai Mirim e São Lourenço estiveram ligadas a implantação do PETI que previa atividades no contra turno, a implantação da Matriz Integral foi um passo a mais para garantir aprendizagem destes alunos, e cumprir a escolarização na idade certa, mantendo os alunos mais tempo na escola como orientação das políticas públicas de erradicação do Trabalho Infantil.

De acordo com os relatórios do Programa Bolsa Família, as escolas de São Lourenço e do Paraguai Mirim têm raras situações de alunos abaixo de 75% de frequência durante o bimestre de monitoramento (SEMTAS, Bolsa família).

De acordo com os documentos escolares de matrícula ambas as Unidades atendem em tempo integral. Segue abaixo um quadro com o panorama administrativo-pedagógico dos recursos humanos em 2018:

Quadro 8. Panorama administrativo-pedagógico das Escolas São Lourenço e Paraguai Mirim:

Escola	Professores	Operacionais		Alunos		
		Transporte Escolar Barco Escola	Agente de Cozinha e Limpeza	Pré Escolar I e II	1º ao 5º ano	6º o ao 9º ano
EMREIP São Lourenço *	03 Licenciados	02	02	-----	09	11
EMREIP Paraguai Mirim **	05 Licenciados	04	02	09	14	28

Fonte: Arquivo Escolar- Mapa de Lotação, 2018. (elaborado pela autora).

Notas:* Regime de Alojamento Bimestral e turno Integral; ** Turno Integral.

Em relação à estrutura física, atualmente, as escolas apresentam a seguinte configuração:

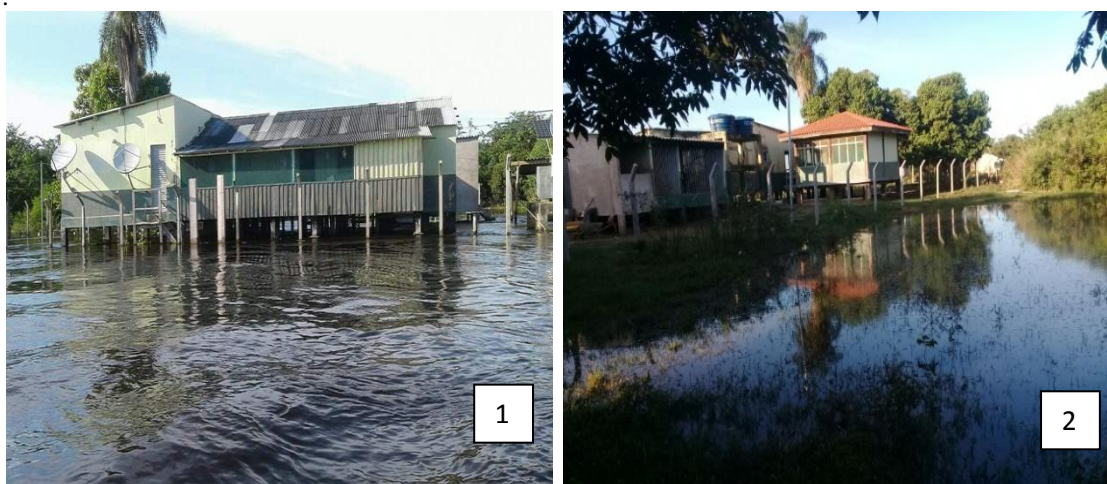
- Escola do São Lourenço (fig. 22):

- ✓ 02 salas de aula,
- ✓ 01 alojamento masculino e 01 alojamento feminino com banheiro,
- ✓ 01 alojamento para pilotoiro,
- ✓ 01 cozinha,
- ✓ 01 despensa,
- ✓ 01 sala multiuso,
- ✓ 01 refeitório adaptado,
- ✓ 01 biblioteca/Brinquedoteca,
- ✓ 01 lavanderia,
- ✓ 01 banheiro com dois sanitários, dois chuveiros masculino,
- ✓ 01 banheiro com dois sanitários, dois chuveiros feminino,
- ✓ 01 casa de gerador com depósito de combustível e
- ✓ 01 lavanderia.

A escola possui ainda uma biblioteca, cuja construção e mobiliário faz parte do Projeto da Fundação Telefônica junto com Instituto Acaia Pantanal.

A escola está aguardando ações de manutenção da estrutura pela Secretaria Municipal de Educação e reparos nos itens de segurança (fig. 21). Até que tramite a construção em outro local denominado ‘Aterro do Binega’. (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Figura 21. Imagem da Escola São Lourenço – Região da Barra do São Lourenço (cheia 2018):



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

Notas: Foto 1. Frente da escola: (da esquerda para direita) salas de aula e refeitório; Foto 2. Perspectiva dos fundos da escola: (da esquerda para direita) lavanderia, casa do gerador, Sala Interativa - biblioteca/brinquedoteca.

- ✓ 01 despensa,
- ✓ 01 lavanderia,
- ✓ 01 banheiro com dois sanitários e 01 chuveiro masculino,
- ✓ 01 banheiro com dois sanitários e 01 chuveiro feminino,
- ✓ 01 banheiro para professoras e funcionárias,
- ✓ 01 alojamento feminino para professoras e funcionárias e
- ✓ 01 varanda pequena.

No bloco de madeira a parte:

- ✓ 03 quartos para alojamento masculino,
- ✓ 01 banheiro masculino com chuveiro.

A escola possui uma biblioteca/brinquedoteca que fica em um anexo próximo ao Bloco de alvenaria, cuja construção e mobília foi proveniente de um Projeto da Fundação Telefônica por meio de parceria com o Instituto Acaia (ESCOLA, Planta baixa e Croqui).

As imagens apresentadas aqui são anteriores a reforma (fig. 24) porque até o término desta pesquisa, a reforma não foi concluída, motivo para a suspensão das aulas com encerramento do 2º Bimestre em agosto, sem previsão para retomada do Ano Letivo 2018.

Figura 24. Foto: Panorâmica da Escola Paraguai Mirim – Região da Ilha Verde:



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016).

É preciso destacar que embora nas regiões apresentadas nesse trabalho, tenha ocorrido a ampliação da escolarização das populações residentes no local, a Educação Básica ainda não atinge toda a demanda dos moradores.

Uma questão é porque, até o momento, apenas a Unidade Paraguai Mirim oferece a Educação Infantil para crianças de quatro a cinco anos. Ou seja, nas demais localidades, essas crianças desta faixa etária não tem acesso à escola, que é responsabilidade do Estado criar mecanismos de atendimento a essa demanda reprimida. (ESCOLA, Censo 2018).

Outra questão é que a maioria dos jovens das comunidades pesquisadas que terminam o Ensino Fundamental tem dificuldades para dar continuidade aos estudos, porque não existe Ensino Médio em nenhuma das escolas da região. Ou seja, precisam se deslocar para a zona urbana e, principalmente, enfrentar o problema da moradia na cidade. Essa situação faz com que os adolescentes da faixa etária de 14 a 17 anos sejam obrigados a voltar às frentes de trabalho e se submeter às situações insalubres do trabalho de coleta da isca, em diversos horários do dia e noite ou outras atividades relativas a pequena produção. (Entrevistada: Célia, 65 anos).

Existe ainda a demanda de jovens e adultos que não concluíram estudos ou são analfabetos funcionais, ou seja, tecnicamente alfabetizados – escrevem o nome e leem palavras e frases (Definição da UNESCO). Existe uma reivindicação junto à direção da escola e a Secretaria Municipal de Educação para a implantação da Educação de Jovens e Adultos, mas, as aulas deveriam ser no período noturno e existem restrições em relação às questões de navegabilidade noturna; isso tem sido um dos obstáculos, principalmente, na região do Paraguai Mirim. Por outro lado, as aulas não podem ser no período diurno porque não há espaço para comportar a demanda de alunos do turno integral e as turmas de jovens e adultos. Segundo o relato da entrevistada Célia (65 anos) “a Secretaria está realizando estudo para a implantação revendo alternativas para os obstáculos apresentados...”.

Enfim, pode-se afirmar que o enfrentamento ao trabalho infantil nessas regiões a partir do ano de 2004 e o início do funcionamento das escolas contribuiu para uma mudança significativa na vida dessas populações: a entrada e a permanência das crianças e adolescentes nos bancos escolares. Para tanto, a rede de proteção a esta faixa etária composta pela Educação, Saúde, Assistência e Conselhos tutelares foi sendo implantada, ampliada e se afirmando com políticas públicas voltadas a essa população.

Ainda há muito a se fazer para que essa rede seja ser eficiente e articulada entre todos os órgãos para que os resultados sejam positivos e mais desenvolvimento seja visto nestas localidades.

CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas do Alto Pantanal, no município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso do Sul que surgiram a partir do desenvolvimento das políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, a partir do ano de 2004.

Para isso, pretendeu atingir os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Conhecer a forma como se deu a implantação das escolas EMREIP Paraguai Mirim e Extensões e EMREIP São Lourenço;
- ✓ Analisar a relação entre a criação dessas escolas e a implantação do PETI e
- ✓ Verificar a importância dessas escolas para as comunidades locais.

Ao iniciar este estudo, considerando a relação direta que eu tinha com o objeto, acreditava ser conhecedora da realidade a qual me via inserida; no entanto, a cada etapa da pesquisa percebi o quanto faltava para expor e responder as questões norteadoras deste trabalho que eram as seguintes:

- ✓ Como foram implantadas as escolas da região do Paraguai Mirim e São Lourenço no Município de Corumbá – MS?
- ✓ Como se deu historicamente o enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil e na região do Pantanal - MS?
- ✓ De que forma a assistência social e a educação do município de Corumbá traçaram o plano estratégico para implantar a educação pública e erradicar o trabalho infantil nas comunidades ribeirinhas?

Primeiramente, é preciso destacar que a pesquisa bibliográfica ampliou minha análise a partir das leituras das produções da Universidade relacionadas à vivência das comunidades pantaneiras e fronteiriças. Estas reflexões permitiram compreender o significado social e cultural do trabalho, da escola e das formas de viver das comunidades pantaneiras, especificamente, Paraguai Mirim e São Lourenço.

No primeiro capítulo dessa dissertação, procuramos refletir sobre o desenvolvimento dos marcos que tratam da infância e juventude no Brasil, contextualizando as políticas referentes ao trabalho infantil no Brasil e a influência dos organismos internacionais sobre o país; desde o Código de Menores de 1927 até a implantação do PETI a partir de 1996. Sendo assim, apresentamos o histórico das leis

referentes à criação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente no Brasil; apresentamos o PETI- Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e discutimos a situação atual do trabalho infantil no Brasil e as estratégias de enfrentamento.

Nesta pesquisa, utilizamos o conceito que ‘independente da atividade ser remunerada ou não, a criança e adolescente que está nesta condição é caracterizada como situação de trabalho infantil’ (PNPETI, 2011).

No segundo capítulo, procuramos conhecer o processo de implantação das unidades escolares nas comunidades do Paraguai Mirim e São Lourenço, considerando que esse fato se deu como uma das ações de enfrentamento ao trabalho infantil, na região de Corumbá a partir do ano de 2004, analisando a relação entre a criação dessas escolas e a implantação do PETI.

Para a coleta dessas informações utilizamos as seguintes fontes: os documentos das Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Corumbá, da Secretaria de Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, e das dez entrevistas realizadas.

As entrevistas realizadas com questões semiestruturadas foram gravadas e transcritas, com os seguintes sujeitos: representação da equipe gestora municipal no período de implantação das escolas, lideranças das comunidades e moradores do Paraguai Mirim e São Lourenço, Gestora Escolar das Unidades e representantes da ONG Ecoa, totalizando dez entrevistados.

As leituras e a pesquisa de campo nos remeteram a sistematizar a implantação das unidades escolares como um marco, tanto no sentido educacional como no gradativo afastamento das crianças do trabalho infantil.

Certamente, essas escolas se constituíram um elemento novo nas relações sociais da região oportunizando a escolarização oficial das crianças e definindo que a partir de então, os adultos assumissem as atividades laborais sem a presença dos filhos como mão de obra (trabalhador), mesmo ponderando e respeitando que esse aspecto de “saber pescar e coletar isca” faça parte da cultura imaterial de gerações nas comunidades ribeirinhas ou povos das águas do pantanal.

Assim, constatamos que isto referendou as decisões sobre a implantação das escolas nas comunidades ribeirinhas e que o poder público e a sociedade civil

responderam a demanda de direito em relação de contribuir para a erradicação do trabalho infantil e a garantia de educação formal.

Todo esse contexto formado, desde então, é percebido a “olhos vistos” no desencadeamento físico das mudanças que ocorreram nos locais investigados: mais acesso à saúde, assistência e educação. Pois, mesmo que a saúde e assistência sejam momentos de agenda pontual, os resultados a partir delas favoreceram uma melhor qualidade de vida para as comunidades ribeirinhas. Como exemplo, pode-se citar a documentação civil, o acesso a benefícios sociais, o monitoramento de saúde familiar e o oferecimento de cursos de formação para o trabalho adulto da região.

A abordagem sobre o trabalho infantil permite a compreensão e a necessidade de fortalecer a educação e o ensino na região para que sejam legitimados os direitos a infância e juventude em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente/1990.

Assim, a estratégia da assistência social e educação se aplica no monitoramento da frequência escolar por meio dos Relatórios do Bolsa Família, e os serviços de atualização do cartão de vacina, pesagem, cadastro em benefícios sociais e palestras informativas e preventivas de temas que envolvem saúde, violência doméstica, animais domésticos, questões trabalhistas e judiciais dentre outros relatados nas expedições. Uma estratégia que está formatada hoje pela presença do poder público na localidade por intermédio do Programa Povos das Águas da Prefeitura de Corumbá.

Em todas essas ações, a escola é o ponto de referência como ambiente para execução das atividades programadas. E o desenrolar destas ações permitiu a criação de um espaço para as famílias ribeirinhas como o Centro de Referência Itinerante, que trata especificamente deste grupo.

Do ano de 2004, data da construção das escolas até os dias atuais percebe-se o empoderamento do ribeirinho se organizando para novas conquistas e buscando qualidade de vida. É fato que necessitaram da ajuda de ONG's para agir, coletivamente, e que pode ser constatado por fotos dessas reuniões e fala dos moradores. A comunidade da Barra do São Lourenço possui um senso de coletividade maior, por isso constata-se mais evidências de melhorias. Já o Paraguai Mirim, até mesmo pela sua característica de povoamento, um morador longe do outro, apresenta maior dificuldade para se organizar, além do próprio conflito de opiniões relatado por suas lideranças durante as entrevistas.

Apesar destas diferenças é inegável que a construção das escolas nestas comunidades favoreceu o princípio de coletividade, pois, percebe-se que o “prédio” tornou-se ponto de referência. E é nesses encontros, ora proporcionado pelo expediente escolar, ora para ações de diversos setores, tanto públicos como de iniciativa da sociedade civil, a comunidade dá voz as suas necessidades e registra sua participação enquanto cidadãos.

Esse princípio da coletividade fortaleceu com a atuação presente dos Ministérios Público –Federal e Estadual - na região, dando luz as garantias previstas para as comunidades tradicionais. E demonstrando que sua voz pode ter eco em vários canais da sociedade, que precisam buscar as informações e organizá-las no coletivo para reivindicar.

Assim, após estudo e análise das informações registradas nesta pesquisa e demais materiais coletados modificaram meu olhar para estas comunidades, constatando suas especificidades. E certificando que a educação, ao qual pertencço, tem compromisso em ser espaço permanente de empoderamento. Realizando aprendizagens em condições de igualdade a toda rede pública, ressaltando nosso papel na rede de proteção a infância. Porque assim, contribuiremos com efetivo combate ao trabalho infantil na região pantaneira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cleide M. Marçal de. **Da Jornada Ampliada à Escola Integral: Pressupostos para Erradicação do trabalho infantil na Comunidade do Paraguai Mirim- Corumbá/MS**. Artigo 19 fls. Especialização em Pobreza, Educação e Desigualdade Social. UFMS/Campus do Pantanal, 2016.
- ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et. al. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Concepções de Educandos e Famílias**. Psicologia: Ciência e Profissão Abr/Jun. 2016 v. 36 n°2, 458-470. DOI: 10.1590/1982-3703001842013
- ALLEM, Antonio Costa; VALLS, José Francisco Montenegro. **Recurso Forrageiros Nativos do Pantanal mato-grossense**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pantanal/pecuaria-do-pantanal> Acesso em 10.08.17.
- ALMEIDA, M. A.; DA SILVA, C. J. **As Comunidades Tradicionais Pantaneiras da Barra de São Lourenço e Amolar, Pantanal, Brasil**. História e Diversidade, v.1, p. 10 – 31, 2012.
- AMÂNCIO, Crithiane O. G. et. al. **Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chalé/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá-MS**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 9 p. (Embrapa Pantanal. Circular Técnica, 82). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=CT82>. Acesso em: 24/janeiro/18.
- ANDERSON, Perry. **O Brasil de Lula**. Tradução Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa. Versão estendida de artigo publicado originalmente na *London Review of Books*, vol. 33, n. 7, 31/03/2011. Rev. Novos Estudos 91, n.03, p.23-30, novembro / 2011.
- ARROYO, Miguel (org.): **Módulo Introdutório. Pobreza, Desigualdades e Educação**. (Org.); 37 p.; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC. Espec. Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília: 2015.
- BIGATÃO, Rosiney Isabel. **A Construção da Imagem do Peão Pantaneiro: A Inscrição da TV e do Rádio na Cultura Mestiça do Pantanal de MS**. 2010; 252 fls. Dissertação: Mestrado em Comunicação e Semiótica. Pontifca Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. São Paulo.
- BORTOLOTTTO, Ieda Maria & AMOROZO, Maria Christina de Mello. **Aspectos históricos e estratégias de subsistência nas comunidades localizadas ao longo do Rio Paraguai em Corumbá-MS**. IN: MORETTI, E.C & BANDUCCI Junior, A (orgs.). Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p. 57 – 88.
- BRASIL. **Constituição Federal 1988**: Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.1/92 a 22/99 e Emendas Constitucionais de Revisão n.1 a 6/94- Ed. Atual, 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.360p.

_____. **Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891.** Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal, 1891. [*Ipsis litteris*]. Disponível em : <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____. **Decreto n.17.943-A, 12 de outubro de 1927.** Código de Menores. Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 10/05/2016 pm.

_____. **Decreto 2824 /1940. Código Penal Brasileiro de 7 de setembro de 1940.** Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10637476/artigo-23-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940> Acesso e 25/12/2018am.

_____. **Decreto nº 350, de 21 de novembro, 1991. Tratado MERCOSUL.** Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção). D.O.U.: Casa Civil; Brasília, 1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0350.htm Acesso em 12/08/18 am.

_____. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei orgânica da assistência social (LOAS).** Que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, e legislação correlata. 4ª Edição, Edições da Câmara, Brasília, 2016. (série Legislação: n.266 PDF).

_____. **Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002.** Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. D.O.U., Casa Civil, Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4134.htm Acesso em 4/4/18 pm.

_____. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro, 2007.** Dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 12/01/2018.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.** Dispõe de atos de infrações penais e define sanções. Casa Civil, Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm Acesso em 23/7/18 am.

_____. **Jornal do Senado** — Brasília, terça-feira, 7 de julho de 2015, fls.4. Disponível em: www.senado.org.br Acesso em: 30/08/16.

_____. **Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979. Código de Menores.** Dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores. Presidência da República. Legislação Digitalizada. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 10/05/2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. ECA. Presidência da República. Legislação Digitalizada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em 8/9/17.

_____. **Lei n.10.097, de dezembro de 2000.** Dispõe sobre contrato de aprendiz. Presidência da República. Legislação Digitalizada. Disponível em: www.aprendizlegal.org.br Acesso em: 13/06/2017.

_____. **Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001.** Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Presidência da República. Legislação Digitalizada. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 10/10/2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005: Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2005.

_____. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação/2014-2024 (2014).** Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE) Disponível em: www.mec.org.br Acesso em 30/01/2018.

_____. PNPETI - Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador/Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (2011). www.portaldatransparencia.gov.br Acesso em 31/08/16.

_____. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI (1996).** Presidência da República; Controladoria-Geral da União; Brasília: 2001. Disponível em: www.portaldatransparencia.gov.br Acesso em 31/08/16.

BRITO, Alessandra Scalioni. **Programa Bolsa Família e Mercado de Trabalho: Uma Análise das Limitações e Possibilidades da PNAD e do Cadastro Único.** 2011; 104 fls. Dissertação: Mestrado em Economia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos Do Programa Bolsa Família Federal sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar.** Rev.: Econ. Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio/ago. 2010.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social.** CSP- Cadernos de Saúde Pública/Reports in Public Health, p.1-14, 2018; 34(3); e 00101417.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo.** Caderno CRH, Salvador, v.21, n.54, p.551-569, set/dez: 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Algumas Lições do Programa de Erradicação Do Trabalho Infantil**. São Paulo Em Perspectiva, 18(4): 50-61, 2004.

CASSANHA, Layze Aparecida Herrera. **História Do Atendimento À Infância: O SAMC em Corumbá-MS (1944- 1990)**. 2016; 105 fls Dissertação: Mestrado em Educação; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS -Campus do Pantanal Corumbá.

CONDE, Soraya Franzoni. **As medidas de Enfrentamento à Exploração do Trabalho infantil no Brasil: forças em luta**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. R. Katállys, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 241-247, jul./dez. 2013.

CONVENÇÃO 138/1973. **Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho: Genebra, 6 de junho de 1973**. Dispõe sobre a idade mínima de admissão ao emprego. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+138+da+OIT++Idade+m%C3%ADnima+de+admiss%C3%A3o+ao+emprego> Acesso em 10/8/16 am.

CONVENÇÃO 182/1999. **Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Genebra, 1ª de junho de 1999**. Dispõe sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/2237892/0/Conven%C3%A7%C3%A3o+182+da+OIT+sobre+Proibi%C3%A7%C3%A3o+das+piores+formas+de+trabalho+infantil+e+A%C3%A7%C3%A3o+imediata+para+sua+elimina%C3%A7%C3%A3o> Acesso em 10/8/16 am.

CORRÊA, Valmir Batista. **Projeto História**. São Paulo, n.39, pp.57-73; jul/dez, 2009.

CORUMBÁ. **Decreto n. 139 de 20 de maio de 1998**. Cria Comissão Executiva para gerir, técnica e financeiramente o Projeto Erradicação do Trabalho Infantil no Município de Corumbá – MS e dá outras providências.PMC/FACOR, 1998.[*Ipsis litteris*], (paginação irregular).

_____. **Decreto n. 115 de 14 de abril de 2005**. Cria Escola Polo Porto Esperança e Extensões.PMC/SEMED. (paginação irregular).

_____. **Decreto n. 2.263 de 24 de agosto de 2012**. Cria Programa Povos das Águas em atendimento as comunidades ribeirinhas de Corumbá. PMC (paginação irregular).

_____. **Decreto n. 1375 de 13 de agosto de 2014**. Dispõe de reagrupamento e criação das Escolas Polos região das águas. PMC/SEMED. D.O. Fls.4. Ano III, Edição Nº 518, Quarta-feira, 2014.

_____.Prefeitura de Corumbá. Portal Institucional. **Aspectos Históricos e Geográficos de Corumbá-(2018)**. Disponível em: Corumbá.ms.gov.br Acesso em: 10/10/18 pm.

COSTA, Kelly Patrícia Carneiro. **Crianças e Adultos da Barra do São Lourenço (Corumbá-MS) e Suas Práticas Educativas**. 2013; 85 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Comunidade da Barra do São Lourenço, Corumbá/MS; Educação Social, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal; Corumbá, 2013.

COSTA, Rayssa Alexandre. **Ensaio sobre O Mercado de Trabalho, Ocupação e Programa Bolsa Família, nas Áreas Rurais do Brasil**. 2014; 126 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Extensão São Lourenço, no Pantanal de Mato Grosso Do Sul. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/ MS, 2014.

COSTA JUNIOR, Geraldo. **O Trabalho de Crianças e Adolescentes com Ênfase nas Piores Formas: Uma Análise dos Censos Demográficos do Brasil De 2000 E 2010**. 2013; 89 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura 'Luiz de Queiroz', Piracicaba, 2010.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**. RAE-eletrônica, Editora Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. ISSN 1676-5648. Disponível em <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID> Acesso em: 25/07/2018 am.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. 169 p. 2000.

ROUSSEF, Dilma. **Biografia Dilma Rouseff**. Portal da Presidência da República. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/conheca-a-presidencia/presidencia/presidenta/biografia> Acesso em: 30/9/18 am.

EOCA. **Escolas do Pantanal precisam de reformas**. Publicado em 27 de outubro de 2006. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Escolas+do+Pantanal+precisam+de+reformas/9800>. Acesso: 18/07/2017.

_____. **(fotos de arquivo do site) 2016 e 2017**. Disponível em: <http://riosvivos.org.br> Acesso em 30/05/2017 pm.

_____. **Ribeirinhos ganham direito de permanência em áreas tradicionais do Pantanal**. Portal Ecoa. Campo Grande. Publicado 20 de Dezembro de 2012. Disponível em: <http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Ribeirinhos+ganham+direito+de+permanencia+em+areas+tradicionais+do+Pantanal/17953>. Acesso em: 15/08/16.

EISNTEIN; Albert. **30 frases para refletir**. (fl.pre-textual). Disponível em: <https://www.asomadetodosafetos.com/2016/04/30frases-de-albert-einstein-para-pensar.html> Acesso em 01/11/2018 am.

ESCOLA. **Atas de Conselho de Classe de 2006 a 2018**. Arquivo das Escolas das Águas (Sede Administrativa). Livro de Conselho de Classe Escolar.

_____. **Mapa de Lotação Administrativo e Pedagógico de 2005 a 2018.** Arquivo das Escolas das Águas (Sede Administrativa) PMC/SEMED. (doc.pdf).

_____. **Planta baixa e Croqui das Escolas Paraguai Mirim e São Lourenço.** Arquivo das Escolas das Águas (Sede Administrativa) PMC/SEMED. (doc.esc.).

_____. **Relatório da Frequência de Bolsa Família 2005 a 2018.** Arquivo das Escolas das Águas (Sede Administrativa) PMC/SEMTAS/SEMED.

_____. **Relatório de Censo Escolar de 2005 a 2018.** Arquivo das Escolas das Águas (Sede Administrativa). Doc. Escolares MEC. (paginação irregular).

ESQUERDA DIÁRIO. Fotógrafa Amanda Navarro; **Ação do MPT/Boa Vista/Roraima/2017.** Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br> Acesso em: 20/07/2018 pm.

FAÇANHA, Cristiane Lima. **Conhecimento Ecológico Tradicional: Base para o Desenvolvimento da Educação Ambiental e do Turismo Ecológico no Parque Nacional do Pantanal/ MT.** 2011; 112 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso; Cáceres, 2011.

FAHEL, Murilo et. al. **Para Além da Renda: Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil.** (MG) Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 31; n. 92; Outubro/2016;

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** (edição eletrônica); Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, 2ªEd: São Paulo, 1995.

_____, Boris – **O Golpe de 1964 e a Democracia.** Tendências Debates, Artigo de Opinião; Folha de São Paulo, sexta-feira:02 de abril de 2004. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinião/fz0204200410.htm> Acesso em: 12/07/2018 am.

FOLHA MS (Jornal). Leonardo Cabral- fotografo; Figura 5: foto A e B. **Reportagem: Imagens da vida dos ribeirinhos.** Publicado em 24.08.2017. Disponível em <http://folhams.com.br/tao-popular-quanto-a-bicicleta-rabeta-e-um-dos-principais-meios-de-transporte-no-pantanal/> Acesso em 23.02.2018.

FONSECA, Tayrine Pinho De Lima. **Os Efeitos dos Impactos Ambientais Naturais nas Comunidades Ribeirinhas da Barra do São Lourenço e Paraguai Mirim na Fronteira Brasil – Bolívia.** 2017; 89 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, Corumbá/MS, 2017.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e adolescência no Brasil- 2017.** Pres. Carlos Antônio Tilkian. João Pedro Sholl Cintra (org.). Nywgraf Editora Gráfica Ltda.; São Paulo/SP, 2017. (60p. PDF).

_____. Observatório da Criança. **Pesquisa sobre temas e indicadores relacionados às crianças e adolescentes de todo o Brasil**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br> Acesso em 04/04/18 am.

GONÇALVES, Michela Barreto Camboim. **Persistência Intergeracional de Trabalho Infantil e de Educação: Ensaio para o Brasil Metropolitano nas décadas de 1990 a 2000**. 2011; 266 fls. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE, 2011.

GUALBERTO, Juliana das Graças Gonçalves. **Educação Escolar de Adolescentes em Contextos de Privação de Liberdade: um estudo de política educacional em escola de centro socioeducativo**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2011; 126 fls. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. p. 30-41

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Síntese de indicadores 2012**. Disponível: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento> Acesso em 24/05/18 am.

_____. - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Síntese de indicadores 2015**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/perfil/populacao/pobre> Acesso em 30/08/18 pm.

_____. - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Síntese de indicadores 2017**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/estimativa/populacional> Acesso em 30/08/18 pm.

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DO CERRADO- IPEC. **Boas Práticas de Combate ao trabalho infantil**. A Experiência no Mato Grosso do Sul. p.85-101, [s.n.: S.l.], 2008.

KASSAR, Mônica de C. Magalhães (org); CONTINI, Maria de Lourdes J. **Meninos de rua versus crianças – Desafios de uma pesquisa**. RECriação/Revista do CREIA – Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência. Campo Grande/MS; p. 7-24, 1995.

LIMA, Luciana Xavier; CONTINI, Maria de Lourdes J. **Uma visão sobre trabalho infanto-juvenil para a comunidade rural do Assentamento Taquaral, no Município de Corumbá-MS**. RECriação/Revista do CREIA – Centro de Referência de Estudos da Infância e Adolescência. Campo Grande/MS; vol.8, n. 1, p. 73-90; jan/jun, 2003.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** SEMAC/IMASUL. Legislação Digitalizada. Disponível em: www.imasul.ms.gov.br Acesso em 12/2/18 am.

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Relatório de Viagem-“Diagnóstico”.** Resp.: Marina Bragança; Maio/ 2004.(paginação irregular).

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Relatório de Viagem-“Ação Cidadã”.** Resp.: Marina Bragança; Junho/ 2004.(paginação irregular).

_____. Secretaria Estadual de Educação. **Relatório de Viagem-“Ação Cidadã”.** Resp.: Marina Bragança; Dezembro/ 2004.(paginação irregular).

MEDINA, Vilma. **Trabalho Infantil no Brasil.** Mídia. Disponível em: <http://br.guiainfantil.com/direitos-das-criancas> Acesso em 28.10.2017.

MENDONÇA, Erasto Fortes (Org.); **Módulo Introdutório. Pobreza, Desigualdades e Educação.** 59p.; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/MEC. Espec. Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Brasília: 2015.

MESQUITA, Shirley Pereira. **Ensaio sobre o Trabalho Infantil.** 2015. 189 fls. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal da Paraíba-UFPB, João Pessoa, 2015.

MIDIAMAX. Fotógrafo Diogo Alves. **Ação do Supremo Tribunal do Trabalho/MS, 2015.** Disponível em: <https://www.midiamax.com.br> Acesso em: 20/07/2018 pm.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Romeu Gomes; 28ª Ed., Vozes; Petrópolis, RJ: 2009.

PAIVA, James Souza. **Trabalho Infantil no Brasil: Determinantes da Redução entre 2003 e 2011 e Efeitos sobre a Escolaridade e o Rendimento na Vida Adulta.** 2013; 59 fls. Dissertação: Mestrado em Economia. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

PEREIRA, Alisson de Souza. **Entre Barras e Barrancas: Elementos da Ecologia dos Ribeirinhos da Comunidade Barra do São Lourenço/MS.** 2015; 120 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2015.

PEREIRA, Joelson Gonçalves. **O Patrimônio ambiental urbano de Corumbá- MS: Identidade e Planejamento.** 2007; 218 fls. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Brasil, 2007.

RIBEIRO, M. S. **Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX).** 2005; 151 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil, 2005.

RODRIGUES, Ayrton Dall'Igna. **CAMALOTE**. Classificação dada pelo professor Ayrton Dall'Igna Rodrigues; revisão especial para o ISA (setembro/1997) Disponível em: <https://pib.socioambiental.org> Acesso em 30.01.2018.

RUA, Maria Das Graças. **Avaliação da Integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ao Programa Bolsa-Família (PBF)-2007**. FNPETI. Disponível em: http://www.fnpeti.org.br/publicacoes/arquivos-aspublicacoes/Final%20integracao_petis. (pdf) Acesso em: 20/07/2017 pm.

SANTANA, Lígia L. T.; SILVA, Aguinaldo; SILVA, Beatriz L. P. **A importância das “freteiras” para as comunidades ribeirinhas do Pantanal** (p. 247-264). Rev. GeoPantanal - UFMS/AGB, Corumbá, MS; n. Especial, 2017.

SANTOS JR, Jean Fernandes dos. Iscas Vivas – **Transformando as Comunidades do Pantanal**. Publ. Ecoa-Ecologia e Ação; s.n., Março: Campo Grande/MS, 2008.

SEMINÁRIO DO TRABALHO INFANTIL: **Realidades e Perspectivas: 2014**, Painel: Dr. Ivan Capelato Brasília-DF, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mAqHoTSnUeg> Acesso em 10/4/18 am.

SERRA, Nara Eliana Miller. **No Ritmo das Águas**. Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, Maio, n. 24, v. VI, 2002.

SILVA, Oderlene Bráulio da; RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior. **As Representações Sociais de Trabalho e Educação em Comunidades Ribeirinhas. 2010**; 194 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2010.

SIQUEIRA, André Luiz. **Conflitos Socioambientais em Comunidades Tradicionais Da Fronteira Brasil-Bolívia e a Experiência de Implantação do Turismo de Base Sustentável como Alternativa de Renda na Comunidade da Barra do São Lourenço**. 2015; 98 fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Campus do Pantanal; Corumbá – MS, 2015.

SOUZA, Ismael Francisco de. **O Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Estratégias para Concretização De Políticas Públicas Socioassistenciais para Crianças e Adolescentes no Brasil**. 2016; 279 fls. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2016.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. **Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães**. In: XIII Seminário sobre Economia Mineira – Economia, História, Demografia e Políticas Públicas. Diamantina, MG, 2008. (paginação irregular).

UNESCO. Jorge Werthein. **Definição de Analfabetismo Funcional**. publicado em 24 de agosto de 2012. Disponível em: <http://jorgewerthein.blogspot.com/2012/08/unesco-analfabetismo-funcional.html> Acesso em 12/12/18 am.

VARGAS, Emiliana. **Os Discursos de Vargas e as Políticas Sociais no Brasil de 1930 a 1940. 2007**; 307 fls. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação Profissional no Brasil: Histórico**. E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.

ZANATTA, Silvia Cristina Santana. **Comunidade Ribeirinha Barra de São Lourenço: um estudo heurístico sobre desenvolvimento local como projeto endógeno e comunitário**. 2010; 163 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2010.

ZERLOTTI, Patrícia Honorato. **Os Saberes Locais dos Alunos sobre O Ambiente Natural e suas Implicações no Currículo Escolar: Um Estudo na Escola das Águas Extensão São Lourenço, no Pantanal de Mato Grosso do Sul**. 2014; 137 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

ZOCAL, Gabriela. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Uma Análise da Trajetória no Brasil**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais expressões Socioculturais da Crise do capital e as Implicações para garantia dos Direitos e para o Serviço Social-7 a 9 de Junho, p. 1 – 15. Belo Horizonte, MG: 2013.

APÊNDICE A. ROTEIRO DE ENTREVISTAS E OS RESPECTIVOS SUJEITOS

-PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021 Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal de Abreu

ENTREVISTA: (**Gestor da Escola**)

Dados Pessoais: Sexo: () fem () masc			
Idade: _____			
Cor da Pele: _____			
Profissão: _____			
Escolaridade: _____			
Função 2004:	que	desempenhava	em
Função			atual:

1. Assunto: Processo de formação da escola e assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço:

2.1: Como foi informada sobre a demanda de crianças e jovens em idade escolar na região das comunidades do Paraguai Mirim e São Lourenço?

2.2: Qual foi sua ideia inicial para gestar uma Unidade construída em a partir de um conflito?

2.3: Quais os principais impasses na implantação destas unidades de forma urgente?

2.4: Como foram organizados os recursos humanos para esta fase de implantação?

2.5: Sobre os alojamentos de professores e alunos, como foi organizado?

2.6: Sobre o transporte dos alunos de que maneira acontecia (se acontecia)?

2.7: Como foi organizado a parte pedagógica, considerando a faixa etária dos alunos, já que precisavam estar em tempo integral na escola?

2.8: Sobre o contra turno, havia um currículo para as atividades da Jornada Ampliada (PETI)? Quem ministrava as oficinas? Quais recursos utilizados?

2.9: Na sua opinião o funcionamento da escola em dois turnos conseguiu afastar as crianças e jovens dos afazeres junto com os pais? Que resultados pode notar hoje?

-PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento
Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021
Abreu

Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal de

ENTREVISTA: (Gestor da SEMTAS exercício em 2004)

1.Dados Pessoais: Sexo: () fem () masc
Idade: _____
Cor da Pele: _____
Profissão: _____
Escolaridade: _____
Função que desempenhava em 2004: _____
Função atual: _____

2.Assunto: Assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço:

2.1: Como foram realizadas as primeiras ações na comunidade do Paraguai Mirim antes da criação da escola?

2.2: Quantas famílias foram cadastradas?

2.3: Como a Assistência Social de Corumbá definia a relação entre filhos e pais frente os afazeres diários? E a comunidade como pensava isto?

2.4: Quando e de que forma efetivamente o PETI iniciou na região?

2.5: A escola contribuiu com a concepção de qualidade de vida na região? É possível perceber isso de que forma?

2.6: Quais foram os maiores desafios para desenvolver a região?

2.8: Houve uma atuação de parcerias na região?

2.9: A escola funcionando em tempo integral realmente colabora com as crianças e jovens em idade escolar para permanecerem longe do trabalho? O que precisa melhorar?

2.10: Quais são as formas de monitoramento dos jovens que não frequentam a escola e estão em situação de trabalho? É possível vencer este problema social?

2.11: Pelos dados de monitoramento qual reflexão faz sobre o desenvolvimento desta comunidade?

-PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento
Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021 Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal de Abreu

ENTREVISTA: (Gestor da SEMTAS exercício em 2016)

1.Dados Pessoais:	
Sexo: () fem () masc	
Idade: _____	
Cor da Pele: _____	
Profissão: _____	
Escolaridade: _____	
Função	atual: _____

2.Assunto: Assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço:

2.1: Quantas famílias estão cadastradas?

2.3: Como a Assistência Social de Corumbá define a relação entre filhos e pais frente os afazeres diários? E a comunidade como pensa isto?

2.4: Quando e de que forma efetivamente o PETI iniciou na região?

2.5: A escola contribuiu com a concepção de qualidade de vida na região? É possível perceber isso de que forma?

2.6: Quais foram os maiores desafios para desenvolver a região?

2.8: Houve uma atuação de parcerias na região?

2.9: A escola funcionando em tempo integral realmente colabora com as crianças e jovens em idade escolar para permanecerem longe do trabalho? O que precisa melhorar?

2.10: Quais são as formas de monitoramento dos jovens que não frequentam a escola e estão em situação de trabalho? É possível vencer este problema social?

2.11: Quais são os instrumentos disponíveis (gráfico ou tabela) da movimentação destas famílias na última década que possamos anexar a esta pesquisa?

2.12: Observando os dados de monitoramento qual reflexão faz sobre o desenvolvimento desta comunidade?

- PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento
Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021 Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal de Abreu

ENTREVISTA: (Gestor da SEMED 2004)

1.Dados Pessoais:

Sexo: () fem () masc
Idade: _____
Cor da Pele: _____
Profissão: _____
Escolaridade: _____
Função que desempenhava em 2004: _____
Função atual: _____

2.Assunto: Processo de formação da escola e assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço:

2.1: Como foi informada sobre a demanda de crianças e jovens em idade escolar na região das comunidades do Paraguai Mirim e São Lourenço?

2.2: Existia algum encaminhamento da Secretaria de Assistência ou de outro órgão municipal sobre esta demanda para a educação antes de 2004?

2.3: Efetivamente qual o resultado desta ação? De onde vieram os recursos? Como foram firmadas as parcerias?

2.4: Sobre a implantação da escola quais as prioridades para a efetivação do expediente? Ex.: Recursos Humanos, Transporte Escolar, Regime de alojamento, Merenda Escolar...

2.5: Como foi organizado a parte pedagógica e o contra turno já que os alunos precisavam estar em tempo integral na escola? Como a Assistência colaborou?

2.6: Quais foram os maiores impasses para o acompanhamento destas Escolas?

2.7: Na sua opinião o funcionamento da escola em dois turnos conseguiu afastar as crianças e jovens dos afazeres junto com os pais? Que resultados pode notar?

- PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento
Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021 Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal de Abreu

ENTREVISTA: (Representação da ONG 2004)

1.Dados Pessoais:

Sexo: () fem () masc			
Idade: _____			
Cor da Pele: _____			
Profissão: _____			
Escolaridade: _____			
Função 2004:	que	desempenhava	em
Função		atual:	

2.Assunto: Processo de formação da escola e assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço:

2.1: Desde quando trabalhavam com estas comunidades? Quais ações desenvolviam?

2.2: Vocês mapearam as necessidades destas comunidades, está em fácil acesso ao público?

2.3: Vocês acionaram algum órgão municipal, estadual ou federal sobre as necessidades detectadas?

2.4: Sobre o modo de vida destas comunidades, qual é o trabalho desta ONG?

2.5: O que pensa sobre as atividades familiares que envolvem as crianças e o adolescentes?

2.6: Na sua opinião o funcionamento da escola em dois turnos conseguiu afastar as crianças e jovens dos afazeres junto com os pais? Que resultados pode notar?

- PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021 Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal de Abreu

ENTREVISTA: (Representação da ONG 2016)

1.Dados Pessoais:

Sexo: () fem () masc
Idade: _____
Cor da Pele: _____
Profissão: _____
Escolaridade: _____
Função que desempenhava em 2004: _____
Função atual: _____

2.Assunto: Processo de formação da escola e assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço:

2.1: No período de 2004 a 2016, das ações desenvolvidas quais permanecem?

2.2: Sob seu ponto de vista quais transformações na comunidade consegue identificar, se positivas ou negativas?

2.3: O que pode ser acrescentado em forma de políticas públicas a estas comunidades? Ou ser realmente efetivado?

2.4: Sobre o funcionamento da escola: consegue perceber a frequência as aulas como fator para afastar as crianças e jovens dos afazeres junto com os pais? Que resultados pode registrar? O que pode ser concretizado?

- PESQUISA PARA DISSERTAÇÃO: Mestrado em Educação: UFMS/CPAN

O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento
Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas

CAEE: 79976317.9.0000.0021
de Abreu

Pesquisadora: Cleide Marcelina Marçal

ENTREVISTA: (Liderança/ Moradores das comunidades)

1.Dados Pessoais:

Sexo: () fem () masc			
Idade: _____			
Cor da Pele: _____			
Profissão: _____			
Escolaridade: _____			
Função 2004:	que	desempenhava	em
Função			atual:

2.Assunto: Processo de formação da escola e assistência a região do Paraguai Mirim e São Lourenço: (vou colocar específico na impressão desta folha qual comunidade pertence o entrevistado)

2.1: A quanto tempo está nesta região?

2.2: Antes de 2004 como eram assistidos? Quais serviços? Era do poder público ou particular?

2.3: Você sabe como se deu a implantação da escola na comunidade?

2.4: Como era a rotina das crianças antes da implantação da escola? E após como ficou?

2.4.1: (se teve filhos estudando) seus filhos ficavam alojados ou retornavam para casa todos os dias? E como era feito esse transporte?

2.5: Após 2004, depois da construção da escola, quais outros serviços além da educação chegou a esta comunidade?

2.6: Estes serviços contribuem para a melhoria de qualidade de vida da comunidade? De que forma?

2.7: Você consegue perceber alguma mudança no pensamento (modo de pensar) da comunidade, se está mais atuante, ativa sobre suas necessidades?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

CAEE: 79976317.9.0000.0021

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar voluntariamente da Pesquisa para Dissertação do Curso de Pós Graduação Lato Sensu de Mestrado em Educação: Área de Concentração em Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal/ UFMS-CPAN, com o título: **O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas**, sob a responsabilidade da Mestranda Cleide Marcelina Marçal de Abreu, cujo objetivo é analisar a criação das escolas localizadas nas regiões do Paraguai Mirim e São Lourenço, no processo de fortalecimento das políticas de erradicação do trabalho infantil.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista gravada em áudio e transcrita; a entrevista será orientada por um roteiro de conversa, no entanto, o (a) senhor (a) terá toda liberdade e flexibilidade para relatar ou não sua opinião. Se o (a) Sr. (a) aceitar participar, contribuirá para a coleta de dados desta pesquisa. Informo também que necessito sua **autorização de imagem** para foto da perspectiva frontal de sua moradia:

() Sim. Autorizo, caso necessário, registro e divulgação da imagem da moradia;

() Não autorizo o registro e a divulgação da imagem da moradia;

Sobre a gravação em áudio:

() Sim, autorizo, a gravação da entrevista para transcrição;

() Não autorizo a gravação da entrevista para transcrição;

Em qualquer etapa de desenvolvimento do protocolo, o (a) Sr. (a) terá acesso à pesquisadora e à orientadora da pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A orientadora do protocolo de pesquisa é a **Profa. Dra. Anamaria Santana da Silva**, UFMS/CPAN Unidade III, Porto Geral de Corumbá, que pode ser encontrada pelo telefone (67) 3234-6201. Se, porventura, tiver alguma dúvida quanto aos procedimentos éticos envolvidos na pesquisa, por favor, queira entrar em contato com a orientadora. E deixo o contato do Comitê de Ética: site cep.sites.ufms.br/plataforma-brasil, Cidade Universitária Universitário - Pioneiros, Campo Grande - MS, 79070-900. Telefone: (67) 3345-7001.

Diante das normativas do Comitê de Ética segue:

1. Garantia de Liberdade: É garantida aos sujeitos participantes a liberdade de se

retirar a qualquer momento da pesquisa e seus consentimentos de participação, sem qualquer prejuízo pessoal.

2. Garantia de Confidencialidade: Os dados relativos à pesquisa advindos dos depoimentos descritos serão analisados conforme a metodologia da pesquisa exploratória, sem identificação dos sujeitos participantes.

3. Garantia do acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa: É direito dos sujeitos participantes e dever da equipe de pesquisadores mantê-los (as) informados (as) sobre o andamento da pesquisa, mesmo que de caráter parcial ou temporário.

4. Garantia de Isenção de Despesas e/ou Compensações: Não há despesas pessoais para os sujeitos participantes em nenhuma etapa da pesquisa, como também não há compensações financeiras ou de qualquer outra espécie relacionadas à sua participação. Caso haja alguma despesa adicional, esta será integralmente absorvida pelo orçamento da pesquisa.

5. Respeito ao Modo de vida: Em se tratando de Comunidade Tradicional em todo projeto será preservada esta identidade, as entrevistas serão agendadas em horário e local sem que traga prejuízos as suas atividades diárias.

6. Garantia Científica Relativa ao Trabalho dos Dados Obtidos: Há garantia incondicional quanto à preservação exclusiva da finalidade científica do manuseio dos dados obtidos. Sem qualquer dado de identificação de cada participante.

Se, depois de consentir sua participação na pesquisa, o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, **tem o direito e a liberdade** de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo.

Eu, _____,
fui informado e aceito participar da pesquisa para Dissertação: **O Enfrentamento ao Trabalho Infantil nas Comunidades do Pantanal – MS: Elemento Impulsionador para a Implantação das Escolas Ribeirinhas**, sendo que a pesquisadora mestranda: Cleide Marcelina Marçal de Abreu me explicou como será toda a pesquisa de forma clara e objetiva.

Corumbá, MS, ____ de fevereiro de 2018.

Assinatura da Pesquisadora

(67) 9 9853-2313

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura pela Digital em caso de não Alfabetizado

Apêndice C. Quadro de Dissertações e Teses

TÍTULO	AUTOR	ANO	Tipo	TEMÁTICA
Mais Tempo na Escola, Menos Tempo no Trabalho: Articulação entre Políticas Sociais e Educacionais no Combate ao Trabalho Infantil	SOUZA, Maria Elizabete Costa de	2012	Tese	Contradições entre “o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Mais Educação
Persistência Intergeracional de Trabalho Infantil e de Educação: Ensaio para o Brasil Metropolitano nas décadas de 1990 a 2000	GONÇALVES, Michela Barreto Camboim	2011	Tese	Analisa a persistência intergeracional trabalho infantil e educação no Brasil nas décadas de 1990 e 2000”ETI
Trabalho Infantil no Brasil: Determinantes da Redução entre 2003 e 2011 e Efeitos sobre a Escolaridade e o Rendimento na Vida Adulta	PAIVA, James Souza	2013	Dissertação	Impacto negativo da entrada precoce no mercado de trabalho para conclusão da escolaridade básica
As Funções da OIT no Combate ao Trabalho Degradante	OLIVEIRA, Erik de Sousa	2013	Dissertação	O papel dos organismos internacionais na proteção dos direitos humanos ligados ao trabalho
A Evolução do Trabalho Infantil no Brasil Contemporâneo: Fatores Associados e Limites do PETI para o seu Enfrentamento	BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez	2014	Tese	Limites do PETI
O Trabalho de Crianças e Adolescentes com Ênfase nas Piores Formas: Uma Análise dos Censos Demográficos do Brasil de 2000 e 2010	COSTA JUNIOR, Geraldo	2014	Dissertação	Determinantes da redução do trabalho infantil no Brasil
O Impacto do trabalho Infantil no Desempenho Escolar	ONO, Ida Bojicic	2015	Dissertação	Impacto no desempenho escolar das crianças e adolescentes que encontram em situação de trabalho
Ensaio sobre trabalho infantil”	MESQUITA, Shirley Pereira de	2015	Tese	paradoxos que envolvem o trabalho infantil e a concepção familiar sobre trabalho e construção da riqueza.
Ensaio sobre o Mercado de Trabalho, Ocupação e Programa Bolsa Família nas áreas rurais do Brasil	COSTA, Rayssa Alexandre	2014	Dissertação	Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na renda das áreas rurais do Brasil

Análise das Produções Bibliográficas sobre Trabalho Infantil e Educação no Período de 2002 a 2012	OLIVEIRA, Daiana Fabiani	2014	Dissertação	Relação entre trabalho infantil e a educação no Brasil
Políticas Públicas: Um Estudo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Campo Grande, MS	SILVA, Cacilda Inacio da	2016	Dissertação	Legislação do PETI frente as ações do Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
O Reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Estratégias para Concretização de Políticas Públicas Socioassistenciais para Crianças e Adolescentes no Brasil	SOUZA, Ismael Francisco de	2016	Tese	Reordenamento do PETI a partir de experiências de municípios do Sul do Brasil
As Representações Sociais de Trabalho e Educação em Comunidades Ribeirinhas	SILVA, Ordelene Braúlio da; RAMOS, Jucelem Guimarães Belchior	2010	Dissertação	Concepção de trabalho e educação para as comunidades ribeirinhas do Alto Solimões, AM
Conhecimento Ecológico Tradicional: Base Para O Desenvolvimento Da Educação Ambiental E Do Turismo Ecológico No Parque Nacional Do Pantanal/ MT	FAÇANHA, Cristiane Lima.	2011	Dissertação	Conhecimento Ecológico Tradicional
Comunidade Ribeirinha Barra De São Lourenço: Um Estudo Heurístico Sobre Desenvolvimento Local Como Projeto Endógeno E Comunitário	ZANATTA, Silvia Cristina Santana		Dissertação	Aspectos vivido do territorial da comunidade da Barra do São Lourenço
Os Saberes Locais Dos Alunos Sobre O Ambiente Natural E Suas Implicações No Currículo Escolar: Um Estudo Na Escola Das Águas – Extensão São Lourenço, No Pantanal De Mato Grosso Do Sul	ZERLOTTI, Patrícia Honorato	2014	Dissertação	Saberes locais dos alunos da Comunidade Barra do São Lourenço
Os Efeitos dos Impactos Ambientais Naturais nas Comunidades Ribeirinhas da Barra do São Lournço e Paraguai Mirim na Frionteira Brasil-Bolívia	FONSECA, Tayrine Pinho de Lima	2017	Dissertação	Comunidades Tradicionais e as vulnerabilidades do impacto ambiental

Conflitos Socioambientais em Comunidades Tradicionais da Fronteira Brasil Bolívia e a Experiência de Implantação do Turismo de Base Sustentável como Alternativa de Renda na Comunidade da Barra do São Lourenço	SIQUEIRA, André Luiz	2015	Dissertação	Conflitos socioambientais e territorialidade nas comunidades tradicionais
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------	------	-------------	---------------------------------------------------------------------------

ANEXO Ia- Decreto 139/1998 – Primeira comunidade ribeirinha receber o PETI:(fl.01)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

D E C R E T O N° 139/98
=====

CRIA COMISSÃO EXECUTIVA PARA GERIR, TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE O PROJETO ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, Re pública Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica criada a Comissão Municipal, para gerir, técnica e financeiramente o "Projeto Erradicação do Trabalho Infantil na Região do Porto da Manga no Município de Corumbá-MS - Assistência Familiar - Vale Cidadania".

ARTIGO 2º - A Comissão criada no artigo anterior será composta dos seguintes membros:

- I - Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - NORMA TACIANA RAMOS.
- II - Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - MONICA DE CARVALHO MAGALHÃES KASSAR.
- III - Representante do Conselho Municipal de Assistência Social - HERMINIA DELGADO MORAES.
- IV - Dois representantes da Fundação de Promoção e Assistência Social de Corumbá - FACOR - KÁTIA RUFINA DE CARVALHO GARCIA e SUZANA DA SILVA BARUKI.

ARTIGO 3º - A Comissão no artigo anterior fica constituída pelos seguintes:

Presidente:

Vice Presidente:

ANEXO I.b. Decreto 139/1998 (fl.2):



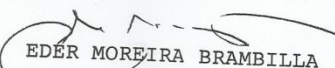
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ARTIGO 4º - Os trabalhos a serem desenvolvidos obedecerão normas do Projeto Erradicação do Trabalho Infantil no Porto da Manga no Município de Corumbá - MS.

ARTIGO 5º - Considera-se empossada a Comissão criada no ato da as sinatura deste.

ARTIGO 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Corumbá
Em 20 de maio de 1.998.


EDER MOREIRA BRAMBILLA
PREFEITO MUNICIPAL

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE MS - PROMOSUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE INSCRIÇÃO

[illegible]

ANEXO III.a Relatório de Viagem Maio/Junho-2004 [extrato]:
(continua)

RELATO ACERCA DAS DENÚNCIAS SOBRE CRIANÇAS CATADORAS DE ISCA

1ª viagem

Fui contatada pela TV Morena que comunicou ter sido realizada uma matéria na Serra do Amolar pela repórter Cláudia Gaigher, na qual foram flagradas crianças trabalhando na cata de iscas, em situação de extremo risco e vulnerabilidade e, gostariam que eu assistisse à fita da matéria e pudesse dizer se a coordenação estadual do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) tinha conhecimento de tal situação e o que poderia ser feito. Fui até lá, assisti à fita e, realmente, as cenas são constrangedoras. Declarei que não tinha conhecimento e que de fato as cenas eram chocantes. Expliquei que o PETI, embora tenha uma coordenação estadual, ele é executado pelos municípios, estando atualmente nos 77 do estado, atendendo 26.470 crianças e adolescentes. E, como o município é o executor, ele constitui uma comissão municipal para realização, acompanhamento e levantamento de demandas. Como para o estado é difícil ter “olhos” em todos os municípios, mesmo monitorando o Programa em âmbito estadual, são as comissões municipais que apresentam as demandas por elas constatadas. Nos comprometemos a ir “in loco” para verificar toda a situação e poder ter alternativas de superação. E foi o que fizemos. Contatamos o GECTIPA da DRT, convidando para nos acompanhar nessa empreitada, a Sec. de Estado de Educação, o Conselho Tutelar do município de Corumbá e a Sec. Municipal de Educação de Corumbá, uma vez que fomos transportados pelas lanchas da Polícia Ambiental e não comportava muitas pessoas mais. Da SETASS, fui eu, Marina, e a Sra. Sueli Viçoso, Superintendente da Política de Assistência Social. Ao chegarmos no município, reunimos com as secretarias municipais de Assistência, Educação e Conselho Tutelar para discutirmos a situação e acertamos que, muito embora tal situação não tenha me parecido surpresa para as pessoas, tomaríamos decisões após a visita no local. Embarcamos nas lanchas às 5:00 horas do dia 25/05 (terça-feira), debaixo de chuva que não cessou. Levamos em torno de 04 horas navegando no sentido do Mato Grosso (subindo o rio), até chegarmos a comunidade que foi alvo da matéria. Havíamos levado conosco kits de leite em pó e bolachas para serem distribuídos às famílias. No percurso, paramos em duas outras comunidades antes, com intuito de verificar a situação de vida das famílias e, sobretudo das crianças, e constatamos que não era diferente umas das outras, todos envolvidos na caça de iscas para pesca, a tal da “truvira”, e em situação de extrema vulnerabilidade. A comunidade que era nosso foco de visita não fica localizada necessariamente na Serra do Amolar, como havia sido dito. A região é conhecida como Paraguai Mirim. Lá falta tudo, escola, alimento, moradia digna, assistência médica, etc... Algum tempo atrás, o barco da Marinha fazia uma visita mensal, levando atendimento médico, mas, já tem aproximadamente um ano, que não vão. Outro fato que chamou atenção é a maioria das crianças e até mesmo adolescentes não terem registro de nascimento e também alguns adultos. Conversamos com todos e nos foram feitos vários pedidos. Desde agasalhos, alimento, lona, cobertores, calçados e escola. Foi feito levantamento de crianças em idade escolar e, somente nessa comunidade, tem em torno de 32 crianças, todas analfabetas.

Conseguimos identificar a única pessoa que teria condições de exercer a função de alfabetizadora. É uma jovem de 16 anos, grávida do segundo filho e que cursou até a 6ª série.

ANEXO III.b – Relatório (continuação):

Outro aspecto que despertou a atenção foi à relação dessas pessoas com os “mascateiros”. Como não dispõem de dinheiro, a moeda fica sendo muitas das vezes peixe, caranguejo e iscas, em troca de alimentos e outros materiais necessários à sobrevivência. Os valores das mercadorias levados pelo mascate são taxados com valor acima do mercado, o que provoca uma relação de dívida constante entre quem compra em relação a quem vende. São eternos devedores. Há ainda uma situação de um comerciante da cidade de Corumbá, que é o principal comprador das iscas, tendo algumas pessoas relatado que o consideram seu “patrão”, fato que será mais bem apurado pelos fiscais do trabalho da DRT.

Diante a toda essa situação, assumimos alguns compromissos, a saber:

- a) construção de escola e contratação de professor
- b) inserção no Programa Segurança Alimentar
- c) doação de cobertores e calçados
- d) desencadear ação que possa viabilizar registro de nascimento

Ao retornarmos, ainda debaixo de chuva, seguimos de volta a Campo Grande, chegando por volta de 1:00h da madrugada do dia 26/05 (quarta-feira) e fomos surpreendidos com a notícia da veiculação da matéria, na noite de terça-feira, no Jornal da Globo. De qualquer forma, foi realizada reunião na Governadoria em que apresentamos o resultado de nossa viagem e os compromissos que havíamos assumido, tendo a garantia de que todos seriam honrados.

2ª Viagem

Embarcamos, novamente, com uma equipe maior, na terça-feira, dia 01/06/04, já levando cesta básica, cobertores, roupas, calçados e brinquedos, prontos a subir todo o rio, cadastrando todas as famílias no Programa Segurança Alimentar.

Nessa expedição foram além de mim, mais duas técnicas de nossa Secretaria, Secretarias municipal e Estadual de Educação, Defesa Civil do município de Corumbá, duas Fiscais do Trabalho, dois técnicos e uma coordenadora do Programa de Segurança Alimentar, um técnico da Secretaria de Governo, quatro pessoas da Sub-Secretaria de Comunicação do Governo do Estado, além da tripulação do barco da Polícia Militar Ambiental (04 pessoas) e da embarcação Engenheiro Avidio Melo (05 pessoas), esta última como colaboradora, cedida pela AHIPAR (Administração da Hidrovia do Paraguai/Ministério dos Transportes), na pessoa do Dr. Iarzon, uma vez que, em sendo muitos, não comportaria em uma única embarcação. Mas, além dessas embarcações maiores, foram utilizadas 02 lanchas “voadoras” da polícia Ambiental como apoio, para termos mais agilidade e facilitado o acesso a alguns domicílios, que se encontram em desvios do leito principal do rio.

Alguns contratemplos se apresentaram, como, por exemplo, o carregamento das cestas básicas e cobertores que, pelo peso e volume, demandaram ser transportados parcialmente em um rebocador que iria naquela direção, nos encontrando já na Barra do São Lourenço, próximo a divisa com o Mato Grosso. Como nosso propósito era o de cadastrar de imediato todas as famílias no Programa Segurança Alimentar, fizemos uma estimativa que se mostrou super estimada. Levamos 250 cestas e, na realidade, cadastramos em torno de 78 famílias, havendo uma sobra, por não termos conseguido cobrir toda a região, faltando a visita à região do Castelo, Palmital e famílias residentes do lado da margem pertencente ao Mato Grosso, onde pretendemos retornar. Para essa situação, contatamos a direção do

ANEXO III.c. Relatório (continua):

Parque Nacional do Pantanal, na pessoa do Dr. José Augusto/IBAMA e contraímos uma parceria significativa, deixando armazenadas, no referido Parque, as cestas sobranças para distribuição no mês seguinte, o que facilitará a tarefa.

Considerações:

Após verificação das localidades, ficou acertada a construção de 02 escolas, sendo uma no Paraguai Mirim, pelo Governo do Estado e uma segunda na Barra do São Lourenço, pela Prefeitura de Corumbá. Nas duas situações, já foram identificadas as professoras, que serão capacitadas em serviço e contratadas pela Prefeitura. A primeira escola irá absorver cerca de 32 crianças e adolescentes e a segunda 23 crianças e adolescentes, todos em classe de alfabetização.

Sabemos que as duas escolas não irão resolver toda a situação, uma vez que muitos domicílios encontram-se pulverizados e distantes uns dos outros. Estudamos a possibilidade de uma escola flutuante, com calendário diferenciado que possa responder a essa demanda. No momento estamos levantando custos e verificando apoio por parte do Governo Federal. Como a região nessa época do ano é bastante fria, os cobertores que foram distribuídos individualmente (500) e as roupas, serão de grande valia. Em relação às cestas básicas do Programa Segurança Alimentar, acreditamos que irão contribuir para minimizar a deficiência alimentar, como também para romper o vínculo de dependência/dívida, com os mascateiros.

A distribuição de calçados, brinquedos e colchões também se constituiu em uma contribuição importante, uma vez que falta tudo as famílias.

Durante todo esse trabalho, o grupo discutiu algumas situações que reputamos dignas de menção. Por exemplo: quando da aplicação do cadastro do Programa Segurança Alimentar, as famílias eram perguntadas se seus filhos trabalhavam. 99% delas afirmavam que não. Esse fato gerou algumas controvérsias no grupo e chegamos a conclusão de que, na realidade, as famílias não encaram a cooperação dos filhos como trabalho, uma vez que essa tarefa já está incorporada na sua cultura. Mesmo assim nós, técnicos, entendemos se tratar de trabalho. E, frente a essa situação, há que se pensar em estratégias que possibilitem a mudança de hábitos e costumes que colocam crianças e adolescentes em situação de extremo risco e vulnerabilidade. Outra observação é a de que as crianças não desenvolvem essa ação de catadores de iscas sozinhas. Vão acompanhando os pais.

Outra problematização que surgiu no grupo foi em relação às professoras. Como é uma região de difícil acesso e os domicílios são dispersos, fica muito difícil levar um/a professor/a da cidade, o que gera uma ação, em caráter emergencial, de contratação de professor/a da própria comunidade, que não apresenta a escolaridade desejável, devendo-se verificar, posteriormente, outra alternativa.

No tocante a inclusão dessas crianças e adolescentes no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, não houve consenso no grupo. Particularmente entendo que, para inclusão no PETI, deverão ser superadas algumas dificuldades, a saber:

- para o CADÚNICO se faz necessária a documentação;
- a forma de pagamento da bolsa poderia ser em "espécie", uma vez que os barcos freteiros cobram em média R\$60,00 de ida e volta a cidade, levando aproximadamente de 10 a 25 horas de percurso, dependendo da localização do domicílio, o que dificulta bastante para as famílias. Outra forma poderia ser o deslocamento do agente pagador da CEF todos os meses;

ANEXO III.d – Relatório (conclusão):

- uma outra situação é a da Jornada Ampliada. Em havendo dificuldade de identificar professor habilitado, como seria realizada a Jornada?

Em resumo, no retorno, colocamos a problemática no âmbito da Comissão Estadual do PETI, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e, também, no Conselho de Educação. Todos esses colegiados estão se debruçando sobre a questão e devem sair alguns encaminhamentos em breve. O que está sendo acenado é uma grande reunião ampliada, envolvendo diversos segmentos, que possibilite uma discussão mais ampla, com foco na família.

Em relação a situação de registro/documentos, já está sendo providenciada uma 3ª expedição com esse fim para breve.

No retorno, foi agendada reunião na Secretaria de Governo para discussão e impressões, (dia 15 de junho), quando ficou acordada uma próxima reunião com a participação de outras Secretarias de Estado para se discutir habitação e geração de renda para as famílias ribeirinhas.

Custo básico estimado para uma expedição:

- combustível para embarcação: 2000 litros de diesel = R\$ 3.200,00
300 litros de gasolina = R\$ 600,00
- diárias para os técnicos e tripulação: 12 pessoas x 55,00/dia x 8 dias = R\$ 5.280,00
- alimentação: aproximadamente R\$ 100,00/dia x 08 dias = 800,00 (para 12 pessoas)
- diária para cozinheiro/a: R\$ 40,00 x 08 dias = R\$ 320,00

Total: R\$ 10.200,00

Percurso:

- saída de Corumbá – distante 430 Km de Campo Grande – dia 01 de junho de 2004;
- percurso pelo Rio Paraguai até a divisa do Mato Grosso, incluindo-se desvios e braços de outros rios - 224 Km. Levou-se em média 28 horas de navegação, não incluindo o período noturno, o que significa 2 dias e meio e uma noite, até chegarmos ao ponto mais distante, na Parque Nacional do Pantanal, em Mato Grosso.
- Chegada em Corumbá dia 06 de junho.

Famílias cadastradas no Programa Segurança Alimentar: 78 famílias, ressaltando-se que a média de pessoas por família gira em torno de 07 pessoas.

Marina Rosa de Sampaio Bragança

ANEXO IV. Revistas de História em Quadrinhos, material distribuído pelo Ministério Público do Trabalho:



ANEXO V – Ata de Defesa de Dissertação- Mestrado UFMS/CPAN/CPG/PROPP



Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria de Pós-Graduação (CPG/PROPP)



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às oito horas, no Auditório Unidade III - PPGE/CPAN, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Anamaria Santana da Silva (UFMS), Claudia Araujo de Lima (UFMS) e Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho da aluna: **CLEIDE MARCELINA MARÇAL DE ABREU**, CPF 49192787134, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "**A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NO PANTANAL CORUMBAENSE: UM ELEMENTO DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL**" e orientação de Anamaria Santana da Silva. A presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra à aluna que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as arguições, a presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se para avaliação, e após, emitiu Parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR**ASSINATURA****AValiação**

Dra. Anamaria Santana da Silva (Interno)

Dra. Claudia Araujo de Lima (Interno)

Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira (Externo)

[Assinatura de Anamaria Santana da Silva]
[Assinatura de Claudia Araujo de Lima]
[Assinatura de Regina Tereza Cestari de Oliveira]

AP
AP
AP

RESULTADO FINAL:☒ Aprovação☐ Aprovação com revisão☐ Reprovação**OBSERVAÇÕES:**

O texto atende as exigências de uma dissertação de mestrado devido considerar os requisitos da banca. O texto foi recomendado para publicação.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

[Assinatura]
Presidente da Banca Examinadora

[Assinatura]
Aluna